

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CARLA APARECIDA LOPES SILVA

**TRABALHO, CIDADE E VIDA:
CORTADORES DE CANA DA USINA ALVORADA S/A
(ITUMBIARA/GO, 1970-2000)**

UBERLÂNDIA

2015

CARLA APARECIDA LOPES SILVA

**TRABALHO, CIDADE E VIDA:
CORTADORES DE CANA DA USINA ALVORADA S/A
(ITUMBIARA/GO, 1970-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586t Silva, Carla Aparecida Lopes, 1990-
2014 Trabalho, cidade e vida : cortadores de cana da Usina Alvorada S/A
(Itumbiara-GO, 1970-2000) / Carla Aparecida Lopes Silva. - 2014.
110 f. : il.

Orientador: Paulo Sérgio Morais.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores da
agroindústria açucareira - Itumbiara - Teses. I. Morais, Paulo Sérgio. II.
Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

**TRABALHO, CIDADE E VIDA:
CORTADORES DE CANA DA USINA ALVORADA S/A
(ITUMBIARA/GO, 1970-2000)**

Dissertação aprovada para obtenção do título de
Mestre em História no Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Uberlândia
(MG) pela banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Paulo César Inácio

Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as vivências e experiências dos trabalhadores cortadores de cana que vieram a residir na cidade de Itumbiara, compreendendo como se constituem as relações de vida e trabalho destes entre 1970 e 2000. Por meio do diálogo com os trabalhadores busca-se entender como essas pessoas elaboram sua trajetória de vida, abordando as tensões enfrentadas na luta por sobreviver e garantir o pão de cada dia. Assim, pela interpretação das narrativas orais, pudemos observar como se estabelecem as formas de coerção e exploração da mão de obra dos trabalhadores da cana, analisando os caminhos e as alternativas de sobrevivência e “solidariedade” criados por esses sujeitos. Nesse sentido, pretende-se compreender as memórias e histórias produzidas nas relações sociais e como as políticas públicas as constroem e ordenam. Sendo assim, colocamos em estudo sujeitos reais e como estes elaboram suas experiências e agem no social.

Palavras-chave: Trabalho. Modos de vida. Cortadores de cana. Políticas públicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the experience of the rural workers specialized in sugar cane extraction. The goal is to understand how they develop their life and work relationships. The study was conducted in the city of Itumbiara, Brazil and the information requested from the year of 1970 up to the year 2000. By interviewing the workers this research tries to understand how their lives developed focusing on the struggle to survive and assure theirs and their family survival. Analyzing the workers narration, it can be observed how was established different forms of coercion and exploration of the worker labor. It was analyzed the survival alternatives and the solidarity developed by the subjects of the present study. The objective is to understand the memories and history generated from the social relations and how the public policies construct and organize them. So this study looks from the perspective of the real person, how they elaborate their experience and how they behave.

Keywords: Work, Sugar Cane extraction, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNH - Carteira Nacional de Habilitação
Cais - Centro de Assistência e Atendimento Ambulatorial
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNT - Confederação Nacional da Indústria
CNC - Confederação Nacional do Comércio
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
Diatri - Distrito Agroindustrial de Itumbiara
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPI - Equipamentos de Proteção Individual
Funsol - Fundação Solidariedade
Funrural- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST - Movimento Sem Terra
PSDB - Partido Social Democracia Brasileira
PND - Plano Nacional Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Proálcool - Programa Nacional do Alcool
SSR - Serviço Social Rural
SUS - Sistema Único de Saúde
Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1 INTERPRETAÇÕES DAS VIVÊNCIAS DOS CORTADORES DE CANA NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO.....	21
2 TRABALHADORES: LUTA, SOBREVIVÊNCIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA ...	49
3 MODOS DE VIDA: EDUCAÇÃO, VALORES E RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo interpretar as condições de trabalhadores da cana na Usina Alvorada S/A em Itumbiara-GO no período de 1970 a 2000.

O contato com esses trabalhadores advém do meio social com o qual convivo desde minha infância, ocorrendo por intermédio dos círculos de amizade de meu pai, que trabalhou por doze anos como cortador de cana. Com esse convívio, passei a refletir sobre as vivências e experiências desses trabalhadores, suas tensões em busca da sobrevivência no dia a dia e seu sonho de melhores condições de alimentação, moradia, saúde, transporte e educação formal para seus filhos. Dessa forma, nesta pesquisa, buscamos interpretar os viveres compartilhados entre os sujeitos por meio diálogo com as narrativas orais e com o trabalho com memórias e história.

Nesse sentido, entendemos a memória como um processo ativo e interpretativo, constitutivo das relações sociais dos sujeitos, as quais expressam suas vivências e experiências, relacionando a suas visões de mundo em um processo interpretativo de escolhas, esquecimentos e antagonismos que emerge no momento de suas falas.

Ao buscar investigar a relação entre história e memória na perspectiva da história social temos como intento analisar o vivido dos sujeitos, a dinamicidade das transformações no tempo, entendendo como compõem as mudanças sociais, trazendo à discussão os diferentes valores, sentimentos e perspectivas das pessoas.

Essa direção tomada como caminho para a investigação das evidências e transformações sociais parte da relação inversa presente-passado, pois possibilita perceber, com base nessa inversão, o trabalho com a memória além do viés de um passado como depósito de coisas dadas e definidas, analisando-o como caminho a ser explorado de modo a compreender os significados/sentidos das experiências sociais dos trabalhadores da cana, permitindo, assim, trazer à tona esses sujeitos como pertencentes ao processo histórico.¹

Entendemos que quando os definimos como trabalhadores da cana apresentamos uma perspectiva generalizante e indefinida, que os despotencializa de suas particularidades, portanto esclareço que a importância dada a esses trabalhadores tem o objetivo de pensá-los além de uma perspectiva homogênea, propondo entender quem são esses sujeitos que investigamos, o que fazem, como vivem, quais seus sonhos e angústias, compreendendo as

¹ Essas discussões sobre memória e história foram estabelecidas em diálogo com o trabalho do grupo Procad 2000, em conjunto com as obras *Muitas memórias e outras histórias* Olho d' Água 2004 e *Outras histórias: memórias e linguagens*. Olho d' Água, 2006.

semelhanças desse grupo, mas também as suas particularidades, percebendo-os em seu tempo e lugar social.²

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.³

Dessa maneira, entendemos classe com base nas relações entre as pessoas com interesses comuns no seu tempo histórico, na perspectiva de um processo histórico articulado à sua capacidade de organizar resistências contra as formas de poder e exploração de que estas vivenciam no cotidiano. Nesse viés, partilhamos da concepção de que esses “trabalhadores existem, têm voz própria e estão longe de serem considerados alienados e passivos”.⁴

A concepção de classe relacionada ao processo histórico, conforme Thompson, instiga-nos a pensar na ampliação da abordagem das formas de organização desses trabalhadores além do viés de militância organizada partidária, mas como um processo social que só pode ser entendido partindo das relações vivenciadas por estes em seu tempo histórico. Assim, interpretamos o vivido dos sujeitos em um processo relacional que

verificamos que com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc... Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades ou através de formas mais elaboradas, na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura, e é uma metade completa, pode ser descrita como consciência afetiva e moral [...] significa dizer que toda contradição é um conflito, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada ‘necessidade’ há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num dever e vive versa; que toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.⁵

² Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. Cada um tem um sonho diferente: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: **Outras histórias: memórias e linguagens**. :São Paulo: Olho d’ Água, 2006. p. 44-60.

³ THOMPSON, E.P.. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-10.

⁴ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987. p. 54.

⁵ THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981a. p. 189-190.

Investigar como vivem os trabalhadores da cana está além do ideário dominante e dominado como relação apenas de exploração e submissão. Buscamos a discutir condições de trabalho e vida, “uma luta acerca de valores”.⁶

Feitas tais considerações a respeito de como compreendemos memória e classe social na perspectiva da história social, passo para o segundo momento que proponho discutir, a minha problemática em estudo e como trilhei o caminho para constituí-la. Essas inquietações foram discutidas na disciplina Seminário de Pesquisa I e nas orientações que fizeram com que as indagações e provocações intelectuais me levassem a pensar e repensar qual seria meu foco, que aqui defino diretamente como os cortadores de cana e as condições de trabalho oferecidas pela Usina Alvorada S/A, sendo que no decorrer da escrita explicitarei como compreendo esses sujeitos no campo social.

Sendo as fontes orais primordiais para trilhar os caminhos da pesquisa, temos, a nosso ver, que estas são documentos que necessitam ter tratamento metodológico comum como as outras fontes e serem investigadas, para que sejam interpretadas com base no lugar social de que falam esses sujeitos, refletindo sobre as tensões no espaço-tempo em que vivem.

Ressaltamos que as fontes orais serão articuladas e discutidas ao longo da construção da pesquisa juntamente com periódicos e legislações:⁷

Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos.⁸

As narrativas orais condicionaram os caminhos da pesquisa, possibilitando, por meio do diálogo, entender os sentidos e significados das experiências vividas e compartilhadas por esses sujeitos comuns no processo histórico dinâmico: “Um campo de possibilidades compartilhadas reais ou imaginárias”.⁹

Os diálogos estabelecidos com os trabalhadores da cana permitem-nos entender os sentidos/significados que expressam em suas narrativas construídas por meio da memória e de suas interpretações do vivido. Dessa maneira, o trabalho do historiador vai além do processo de gravação e transcrição das narrativas orais dos sujeitos, seu objetivo é perceber como constroem suas falas a expressão de suas experiências constituídas de valores e significação

⁶ THOMSPON, 1981a, p.189-190.

⁷ Como serão trabalhadas essas fontes será explicitado no decorrer da estruturação de cada capítulo na dissertação.

⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 14, fev. 1997b. p. 26.

⁹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. p. 7.

em suas relações sociais: “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acredita estar fazendo e que agora pensa que fez”.¹⁰

Os entrevistados, ao darem significação às suas vivências, constroem suas narrativas ao longo do diálogo nas entrevistas com base nos sentidos que dão ao passado diante das suas próprias experiências vividas, possibilitando-nos encontrar caminhos para entender valores, crenças, angústias, sentimentos, transformações, antagonismos, particularidades e expectativas. Alessandro Portelli analisa essa dinamicidade da história oral:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.¹¹

Nesse sentido, buscamos construir a pesquisa por meio do viés do materialismo histórico para compreender as relações, ou seja, avaliar a formação dos sujeitos em suas vivências e experiências, tanto no campo social quanto no cultural, político e econômico, interpretando cultura como processo ativo, constitutivo, contraditório, conflituoso e dialético das relações dos trabalhadores da cana no cotidiano, nas dimensões de sua vida, nos valores, nas emoções, nas crenças, nos hábitos, nos sentimentos.

“cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em só um feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.¹²

Nessa perspectiva historiográfica, não partimos do pressuposto de conceitos definidos sobre a forma do trabalho e a vida dos sujeitos, mas interpretamos tais conceitos à luz da

¹⁰ PORTELLI, 1997b, p. 31.

¹¹ PORTELLI, 1996, p. 7-8.

¹² THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22.

expressão das experiências, de como constroem essas relações, de como esses sujeitos elaboram sua visão de mundo. O conceito torna-se problema e não definição de chegada para a pesquisa no campo da história social.¹³

Os diálogos¹⁴ com os trabalhadores abrem caminhos para a pesquisa e têm como sentido explicitar quem são esses trabalhadores que residem em Itumbiara e quais foram as tensões ao longo de seu processo de manutenção na cidade para entender as suas vivências.

Nossa proposta ao estabelecer diálogos com entrevistados era perceber quais os problemas relatados pelos trabalhadores que poderiam ser discutidos ao longo da pesquisa. Partindo desse viés, um dos pontos que foram apresentados para construir a pesquisa foi a delimitação que parte das vivências dos trabalhadores quando vieram residir em Itumbiara até o término do trabalho nos canaviais, uma vez que destacam em seus relatos que chegaram aqui ainda crianças; assim, percebemos que sua infância e trabalho constituem aspectos de sua trajetória de vida.

Por meio do diálogo constatamos que vieram com os pais e chegaram a Itumbiara por volta da década de 1970 alguns antes desse período outros depois. É com base nas relações vividas dos trabalhadores que propomos a delimitação desta pesquisa.

Outra questão que se impôs ao analisar o cotidiano desses trabalhadores foi trazer como reflexão e discussão quem eram esses sujeitos que chegaram de outras regiões, o que buscavam, sendo que em suas falas apresentam as dificuldades e desigualdades sociais na sociedade brasileira, que são compreendidas ao se referirem aos enfrentamentos de sua família em busca de emprego e sobrevivência em outra cidade, estando o trabalho infantil presente em suas trajetórias de vida, a busca por direitos trabalhistas na justiça, as formas e condições em que estava sendo comprada a sua força de trabalho.

Nesse caminho, identifica-se que os trabalhadores da cana constroem suas narrativas baseadas no reconhecimento de suas condições de vida. É possível detectar em suas falas a compreensão de que trabalho e infância estão entrelaçados em suas vidas na busca de sobrevivência juntamente com seus pais, e as dificuldades impostas em suas regiões de

¹³ THOMPSON. E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b. p. 56-57.

¹⁴ Esclareço que as questões apresentadas são constituídas diante do conjunto de realizações de entrevistas com os seguintes cortadores de cana: Agnaldo José Silva (Madeira), 50 anos, residente em Itumbiara desde 1975, tendo trabalhado na Usina Alvorada de 1988 a 2000, sendo atualmente ajudante de pedreiro; Eunóquio Luciano Araújo, do Rio Grande do Norte, cidade de São José, 72 anos, residente em Itumbiara desde 1970, tendo trabalhado na Usina de 1972 a 1990, estando atualmente aposentando por idade; Divino Pereira (Pepe), de Uberlândia, 51 anos, residente em Itumbiara desde 1973, trabalhador da Usina de 1976 a 1986, atualmente na empresa Construba Serviços Gerais; José Jenuíno, 65 anos, de Teixeira, na região da Paraíba, residente em Itumbiara desde 1970, trabalhador da Usina de 1970 a 1989, estando aposentado atualmente.

origem é que fizeram com que suas famílias buscassem lugares melhores para viver e encontrassem como caminho buscar outra cidade para morar. Essa opção torna-se uma alternativa na luta do dia a dia para “ganhar o pão”.

Ao chegarem à cidade de Itumbiara com a expectativa de conseguir melhores condições de vida, alimentação, moradia, saúde, educação e lazer se defrontaram com uma realidade que não esperavam, decepcionando-se ao perceber que o ideal de uma vida melhor não seria fácil de alcançar. Percebemos em suas falas a compreensão das desigualdades e a falta de oportunidades na sociedade.

Sendo assim, busco discutir na pesquisa como vivem esses trabalhadores que residem na cidade de Itumbiara-GO, tendo como questões que caminham na investigação em estudo entender quem são essas pessoas, quais os motivos de terem vindo residir em Itumbiara, quais as tensões enfrentadas no momento de sua chegada no processo de instalação para morar/viver na cidade, a busca por emprego, moradia, alimentação, saúde, educação, lazer.

Pretendemos entender as formas de exploração sofridas pelo trabalhador da cana, tendo como exemplo o trabalho sem carteira assinada e o que significa para o trabalhador não ter direitos trabalhistas como décimo terceiro, férias remuneradas, faltas justificadas por atestados médicos. Outra questão importante é o fato de não terem um transporte seguro para se locomover da cidade de Itumbiara para os canaviais, pois a Usina utilizava como transporte os caminhões ditos “pau de arara”. Outro aspecto ressaltado em suas narrativas é que não tinham equipamentos de proteção individual para trabalhar, correndo grande risco de cortarem as pernas ou os braços no trabalho cotidiano, além de não terem direito sequer a um almoço oferecido pela Usina, tendo que levar marmita de casa e comer comida fria.

Nessa perspectiva de análise, colocamos em estudo sujeitos reais e seus sentimentos e necessidades cotidianas, investigando como elaboram suas vivências e agem em função dessas motivações.

São essas as questões que discutimos neste trabalho de pesquisa, entendendo que o processo histórico será investigado articulando a teoria e as expressões das experiências dos trabalhadores da cana, seus valores, sentimentos, hábitos e costumes como evidências para compreender as relações sociais e suas visões de mundo, que são (re)elaboradas diante de suas vivências no presente: “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado, e a pesquisa empírica do outro.”¹⁵

¹⁵ THOMPSON, 1981, p. 49.

Nesse campo de reflexão inserem-se alguns estudos que discutem as condições dos trabalhadores, portanto faremos a leitura e análise de algumas dessas pesquisas para entender como estão sendo construídas a vivência destes na historiografia.

Nesse aspecto, o primeiro trabalho que nos propomos a analisar é a dissertação no campo de História de Horácio dos Reis Marques, intitulada *Os trabalhadores boias-frias de Pontalinda-SP: trajetórias e cultura – 1991-2010*.¹⁶ A sua proposta é entender como os trabalhadores boias-frias de Pontalinda vivem, ressaltando as dificuldades da vida destes e destacando o processo de colonização e formação dessa cidade, em especial os acontecimentos de 1975, a geada e, em 1986, a queima de cafezais que impulsionaram em sua perspectiva a migração desses sujeitos, pois a política neoliberal de modernização agrícola da década de 80 e 90 não atendia aos anseios e à realidade dos pequenos produtores.

A dificuldade da vida dos boias-frias, o fato de levantarem de madrugada recebendo um salário miserável, também demonstra a necessidade de habilidades e resistência física para exercer esse tipo de atividade.

Para sistematizar sua pesquisa, o autor utilizou os jornais *Folha de São Paulo* (reportagem sobre os trabalhadores boias-frias realizada em 2009), *Gazeta* e *Jales* (foto da boiada, 1979); processos judiciais de ações trabalhistas de trabalhadores boias-frias na década de 1990 contra fazendeiros e instituições; e documentos oficiais, como a Ata de Formação dos moradores do Jardim da Paz e guias e taxas de impostos cedidos pelo colecionador Jesus Pupim.

Dessa forma, apresenta os sujeitos condicionados a uma estrutura, com conceitos definidos de uma transformação na agricultura nos anos 70 como resultante, em 1991, da consolidação da população de boias-frias na cidade de Pontalinda-SP em virtude do êxodo rural provocado pelo avanço de pastagens, canaviais e da política do agronegócio, apresentando em sua pesquisa um trabalhador inativo nesse processo, esquecendo que o objetivo seria interpretar as condições de trabalho e não descrevê-las.

No campo da História, o trabalho de Renata Carolina Resende, *Os trabalhadores de cana sob múltiplos olhares: instituições, narrativas e interpretações – Centralina e Araporã-MG (1980-2009)*,¹⁷ discute a propaganda, a expansão das usinas e a procura pelo trabalho do corte da cana na região do Triângulo Mineiro, trazendo como centro para a pesquisa o

¹⁶ FERREIRA, Horácio Marques. **Trabalhadores bóias-frias da cidade de Pontalinda-SP: trajetórias e cultura 1991-2010**. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹⁷ RESENDE, Renata Carolina. **Os trabalhadores da cana sob múltiplos olhares: instituições, narrativas e interpretações – Centralina e Araporã-MG (1980-2009)**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

incentivo do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975, ao cultivo de cana nessas regiões, atraindo contingentes de trabalhadores em busca de emprego, no entanto relata que esses trabalhadores vieram a residir em Centralina e Araporã porque nas cidades em que estavam instaladas as usinas já não cabia mais a população que vinha em busca de emprego.

Para construir sua pesquisa, utiliza fontes orais, com entrevistas com cortadores de cana e moradores antigos das cidades de Centralina e Araporã, jornais como *Correio* (1980-2009, *Folha de São Paulo* (2008) e *Folha Regional* (Centralina, 2009), além de atas da Câmara Municipal de Araporã (1993-2009), relatórios da Plataforma de Direitos Humanos, Plataforma DHESCA Brasil e Relatórios Nacionais ao Direito Humano ao Trabalho (2008).

Em sua escrita, priorizou mais as instalações das usinas do que as vivências dos sujeitos, trazendo uma “visão de que esses sujeitos estão fadados aos salários impostos pelas usinas porque não têm estudos”.¹⁸ Tal fato condiz com a visão de que a reivindicação dos trabalhadores da cana é apenas por melhores salários, mas devemos nos atentar a uma análise mais ampla, pois se buscam melhores salários é em virtude de suas necessidades básicas de alimentação, saúde e moradia. Assim, a autora esboça uma perspectiva dos trabalhadores da cana como sujeitos condicionados àquele tipo de trabalho braçal por não terem qualificação profissional, criando um estereótipo de que estes seriam inativos no processo histórico.

Na área das Ciências Sociais, temos o trabalho de Pablo Guilherme Marcelino Pereira, *Reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e os impactos no sindicalismo rural: um estudo de caso no município de Ituiutaba-MG na década 2000*.¹⁹ Ao se utilizar de referenciais próprios da área das Ciências Sociais, o autor se distancia de nossa perspectiva de História Social. Na sua dissertação, busca entender o processo produtivo do setor sucroalcooleiro, trazendo uma perspectiva generalizante com definições dos trabalhadores da cana como cultura de massa e conformistas em uma cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro no estado de Minas Gerais.

Em sua proposta de estudo, destaca um breve histórico de como surgiu o sindicalismo rural brasileiro em um viés de glorificação, utilizando um roteiro de entrevista com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Ituiutaba-MG para entender os trabalhadores da cana.

Seu trabalho retrata uma visão desses trabalhadores como figurantes na pesquisa, pois apresenta o setor sucroalcooleiro apenas estruturado por máquinas, não relatando as condições

¹⁸ RESENDE, 2011, p. 35

¹⁹ PEREIRA, Pablo Guilherme Marcelino. **Reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e os impactos no sindicalismo rural: um estudo de caso no município de Ituiutaba/MG na década de 2000**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

de vida dos trabalhadores da cana; e quando se propõe a fazer um breve balanço, o faz na perspectiva unilateral do sindicalista.

Um dos trabalhos que trouxe contribuições para refletir sobre a questão da migração de trabalhadores foi o de Sérgio Daniel Nasser: *“Eu vou entrar no mundo”: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto (1980-2007)*.²⁰ Em sua pesquisa, traz como discussão a migração de trabalhadores para a região de Ribeirão Preto, interpretando as experiências desses trabalhadores, colocando como campos a serem discutidos os motivos que os levam à migração, o que buscam, quais as condições de viver e morar na cidade, as disputas por pertencimento ao local, a luta por espaço e sobrevivência, as transformações na cidade de Ribeirão Preto com as migrações, as ações políticas públicas de restrições e as formas de lutas contra tais políticas.

O autor utiliza fontes tais como entrevistas com os trabalhadores migrantes; periódicos como o jornal *Folha São Paulo*; o boletim *Cá e lá*, das décadas de 1980-1990 –Arquivo Municipal do Migrante de Guariba; *A cidade na década de 1980-1990* – Arquivo Municipal de Ribeirão Preto; e correspondências da Pastoral Migrante (1980-1990).

As análises de Sérgio Daniel Nasser contribuem com alguns aspectos de reflexão que podem aproximar-se de meu estudo, pois, ao tratar de cortadores da cana, dialogo com migrantes de outras regiões que passaram a viver com suas famílias em Itumbiara na busca de emprego e, nesse diálogo, percebi que compartilham algumas questões vivenciadas nas condições de trabalho e relativas ao fato de morar/viver em Itumbiara.

As dificuldades de trabalho nas regiões em que moravam com sua família; a busca por emprego em outras regiões; a dificuldade de alugar moradias; as dificuldades financeiras que faziam com que tivessem que trabalhar juntamente com seus pais na Usina para ajudar no sustento da família; as condições de trabalho que eram oferecidas, como a não assinatura da carteira de trabalho; as reivindicações dos cortadores de cana por melhor pagamento pela produtividade da tonelada cortada; as formas de repressão da usina para a submissão do trabalho, assim os trabalhadores compartilham o fato de estarem no corte de cana lutando por sobrevivência, alimentação, moradia e saúde.

Buscar investigar as vivências dos sujeitos é atentar para as formas que constroem suas narrativas orais, interpretar em seus relatos de experiências vividas os sentidos e

²⁰ NASSER, Sérgio Daniel. **“Eu vou entrar no mundo”**: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto – 1980-2007. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

significações que priorizam em sua descrição, pois é por meio desse diálogo que será possível entender as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana.

Nesse sentido, para tornar compreensível a forma como será articulada a construção da narrativa e os métodos utilizados nas diferentes fontes estudadas, apresento a estruturação dos três capítulos e quais as discussões que serão realizadas nestes.

No primeiro capítulo analiso, por intermédio das narrativas orais²¹, com base nas vivências e experiências dos cortadores de cana, quais sentidos/significados que estes expressam sobre a necessidade de suas famílias de buscar outra região para viver, entendendo o sentido de morar/viver na cidade de Itumbiara.

Nesse caminho, para buscar articulação com as fontes orais, proponho recompor o período da chegada dos trabalhadores em Itumbiara por volta da década de 70. No entanto, o objetivo é discutir tais perspectivas partindo do diálogo com as experiências e vivências dos cortadores da cana, pois este constitui o caminho que orienta para a interpretação do enredo social nas dimensões temporais e espaciais da pesquisa.

Alguns problemas me motivaram a pensar em como recompor esse período, pois ao buscar periódicos que pudessem ser investigados em articulação com as entrevistas dos cortadores de cana, percebi o descaso com as documentações relativas à cidade de Itumbiara.

O primeiro problema foi evidenciado no Palácio da Cultura, em que está situado o Museu Major Militão, e na Biblioteca Pública de Itumbiara, pois estes não possuem documentações sobre a cidade.

O responsável pela Biblioteca Pública de Itumbiara é o professor Alan. Ao conversarmos sobre livros que poderiam estar disponíveis para a pesquisa, encontrei alguns livros de memorialistas sobre Itumbiara, como o de Getúlio Lima, *Mergulhos no passado*; Rogério Aredio Ferreira, *Recortes de Itumbiara*; e Nilson Freire, *Itumbiara, cidade imaginária*.

Refletindo sobre tais questões, busquei reconstruir minhas indagações tendo como contínuo objetivo recompor esse período por meio das narrativas orais como caminhos para interpretar as relações que são constituídas pelas pessoas diante dos seus lugares e espaços sociais que articulam suas vivências e experiências dialeticamente com outros sujeitos, construindo significação sobre o viver em Itumbiara.

²¹ A forma metodológica como trabalho as fontes orais foram explicitadas no decorrer do texto nas páginas 1-5, por isso não irei explicar novamente essa questão nos capítulos.

Trata-se de afirmar que o debate historiográfico que propomos deverá produzir memórias, dotando-as da mesma força do esquecimento ao qual estiveram relegadas, e dotar sua interpretação histórica de possibilidades de transformação deste presente no sentido da realização da utopia. E que os nossos “sonhos utópicos” de um presente melhor, mais justo e feliz, advenham de nossa esperança e engajamento, nunca cedendo à tentação de resvalar para o discurso unificador e para a busca do consenso, mas que apontem para o múltiplo e o diferente e, portanto, para a rejeição categórica de projetos totalizadores.²²

Refletir sobre essa dimensão apontada por Fenelon, Heloísa Cruz e Maria Rosário significa que parto das narrativas orais para entender quem são esses sujeitos que vieram em busca de emprego na cidade e como constroem suas vivências, as contradições, desigualdades e angústias que compartilham de morar/viver na cidade.

Dessa forma, busco entender como os trabalhadores da cana enfrentavam as formas de exercício de poder, exploração e dominação exercida pelos donos da produção.

No segundo capítulo, propomos retomar a discussão de como era viver e trabalhar sem as garantias dos direitos trabalhistas, trazendo como problema a luta de alguns cortadores que entraram na justiça no Tribunal Regional do Trabalho²³ em busca de conseguir que a Usina assinasse a carteira de trabalho no período de 1976-1986, como foi esse processo, como o sindicato agiu nessa situação, quais os caminhos e enfrentamentos que foram vividos por esses trabalhadores na busca pelos seus direitos trabalhistas, compreendendo essas manifestações dentro da conjuntura social decorrente nesse período analisado na pesquisa, remetendo-nos a manifestações sociais de trabalhadores como a greve de Guariba em 1986.

Colocamos como discussão nesse capítulo como modificou a vida dos trabalhadores a garantia de possuírem décimo terceiro e o sentido/significado que constituía o contrato estabelecido no sindicato dos trabalhadores rurais juntamente com a Usina Alvorada com tais garantias. Tais questionamentos serão discutidos analisando-se algumas legislações pertinentes para o trabalhador rural, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) n.º 5452/1943; a Lei Ordinária n.º 4214/1963 (Estatuto do Trabalhador Rural); a Lei n.º 5889/1973 (que instituiu normas reguladoras do trabalho rural e outras providências); o

²² FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 13.

²³ Ao buscar as ações judiciais no Tribunal Regional do Trabalho em Uberlândia, pois a ação foi aberta nessa sindicância em razão de o advogado Elizeu Domingos Marinho ser dessa cidade, saliento que não havia registros disponíveis para acessar no protocolamento, pois o cortador Élio não sabia sequer em que vara havia sido constituído o processo. A responsável pelo atendimento, Luciene, acessou o sistema buscando o processo, mas isso não foi possível, porque não havia registros, afirmando que este já estava “morto e enterrado”.

Decreto n.º 76593/75 (que instituiu o Programa Nacional do Álcool e outras providências);²⁴ e os Relatórios Nacionais ao Direito Humano ao Trabalho.²⁵

A interpretação desses aspectos conjuntamente com as legislações nos leva a refletir sobre a experiência vivenciada por esses sujeitos, as condições de trabalho oferecidas pela Usina Alvorada e como se constituiu o espaço entre a legitimação legal e a realidade concreta do trabalhador.

No terceiro capítulo tomamos como discussão a questão da educação formal nas vivências desses trabalhadores para compreender como essas pessoas relatam as condições de vida que a afastaram da instituição escolar, quais foram as dificuldades enfrentadas por elas, entendendo os valores e sentidos/significados das relações que estão além do trabalho.

Refletimos sobre os modos de ver o mundo e as atuações dos cortadores de cana na cidade e como se dão as relações com o poder público, compreendendo como as transformações sociais se deram na vida desses trabalhadores ao longo dos anos.

Nessa perspectiva, propomo-nos a discutir como se constitui a relação social com os programas de assistência do governo como Salário Escola, trazendo como questão para refletir se significou melhores condições de vida para essas pessoas, entendendo assim como vivem e elaboram essas experiências na sua trajetória de vida.

Salientamos que quando trazemos em discussão nesse capítulo “inclusão à pobreza” é no sentido de perceber como se constituem as relações e formas de organização dos programas sociais oferecidos pelo governo aos beneficiários, como é o processo de “incluir” essas pessoas em programas sociais, entendendo as formas de caracterização social das pessoas vinculadas ao benefício do governo.

Nesse aspecto, partimos dos relatos desses sujeitos sobre as dificuldades enfrentadas, as circunstâncias que os levaram ao distanciamento da instituição escolar e as formas de preconceito sofridas tanto no ambiente escolar como no cotidiano da cidade em razão de serem trabalhadores da cana.

Enfim, discuto nesta pesquisa constituída de três capítulos como os trabalhadores da cana vivem, ressaltando suas condições de trabalho, reivindicações, formas de protesto e as alternativas de sobrevivência do trabalhador numa sociedade marcada pela desigualdade.

²⁴ As leis citadas no texto estão disponíveis no *site* do Senado Federal – Portal Legislação. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sicon/>>. Acesso em: 21 out. 2013.

²⁵ PLATAFORMA DHESCABR. **Relatórios Nacionais aos Direitos Humanos ao Trabalho**. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_docman&Itemid=172>. Acesso em: 20 out. 2013.

1 INTERPRETAÇÕES DAS VIVÊNCIAS DOS CORTADORES DE CANA NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO

A cidade de Itumbiara está localizada ao sul de Goiás, caracterizada pela divisão com o estado de Minas Gerais, estando situada a 204 km de Goiânia e a 400 km de Brasília-DF, englobando os municípios de Goiatuba, Bom Jesus, Morrinhos, Buriti Alegre e Cachoeira Dourada. Possui dentro de suas delimitações geográficas o povoado de Santa Rosa do Meia Ponte, com população de 608 habitantes, e o de Sarandi, com 191 habitantes. O município conta com um distrito industrial situado às margens da Rodovia BR 452 com acesso para a Rodovia BR 153, que liga o estado de Goiás a Minas Gerais, São Paulo e Brasília. O distrito de Itumbiara apresenta infraestrutura com energia elétrica, água, esgoto, linha telefônica e asfalto. A Figura 1 apresenta o mapa da cidade:



FIGURA 1 - Mapa da região de Itumbiara – GO

Fonte: Disponível em: <www.google.com.br/search?q=mapa+itumbiara+go&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=SwzAUvTwHYr4kQef14Fw&ved=0CDkQsAQ&biw>. Acesso em: 15 dez. 2013.

O município de Itumbiara-GO possui população estimada de 98.484 habitantes em uma área da unidade territorial de 2.462 km², e tem na agricultura sua principal fonte de recursos, apesar de que aos poucos essa característica está perdendo espaço para as indústrias de Itumbiara, destacando-se no contexto a produção de produtos derivados do milho, soja e

algodão, contando com indústrias nos ramos de metalurgia, calçados, têxtil, mecânico e alimentação. As indústrias contam com apoio do Fomentar²⁶ – sistema de financiamento de 70% do ICMS pelo período de 15 anos, com encargos de 2,6% ao ano.²⁷

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Itumbiara é o sétimo maior do estado de Goiás. Por possuir fácil acesso ao Sul e Sudeste do país, o escoamento da produção é facilitado. Esse é o principal fator de contribuição para a produção, expansão e instalação de novas agroindústrias no Distrito Agroindustrial de Itumbiara (Diatri), o que favorece o crescimento e o desenvolvimento da economia local.²⁸

As informações político-administrativas salientadas no texto têm como objetivo situar a pesquisa e esclarecer que as evidências apresentadas partem de uma “estrutura e uma lógica governamental”, pois entendemos que o processo de interpretação para recompor a década de 1970²⁹ na cidade parte das relações das vivências e experiências constituídas entre os sujeitos, compreendendo os sentidos e significados de morar/viver em Itumbiara. Portanto, colocamos em discussão e reflexão que os dados indicados, tanto políticos como econômicos, são discutíveis ao se analisar a condição de vida dos trabalhadores da cana:

Mais do que trabalhar fronteiras físicas e imaginárias, a partir de referenciais estabelecidos externamente aos processos sociais [...] pensar e explorar como elas se forjam e se realimentam, na natureza contraditória das relações sociais, como as pessoas as incorporam e as subvertem nas pressões e nos limites da vida diária, nos quais o próprio diálogo insere.³⁰

Começamos a discutir questões mais candentes que são perceptíveis ao analisar a cidade no cotidiano, as práticas sociais de trabalhadores em busca de sobrevivência, as quais possibilitam o “ganhar o pão”. Essas práticas fazem com que o espaço urbano se modifique internamente, pois a instalação (morar/viver) desses trabalhadores na cidade constitui relações

²⁶ A Lei n.º 9489/1984 regulamenta o programa de desenvolvimento e benefícios financeiros as indústrias no Estado de Goiás, entretanto salienta que a proposta primordial é beneficiar as indústrias agroindustriais diante os interesses desenvolvimento do Estado. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/lte/lte_ver_40_3_hm/Fomentar/Leis/L_09489.htm#L9489>. Acesso em: 15 dez. 2013.

²⁷ Informações salientadas a respeito das informações política e administrativa da cidade de Itumbiara – GO estão disponíveis em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521150&search=goias|itumbiara|infograficos:-historico>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

²⁸ Essas informações estão disponíveis em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> e <<http://www.sescgo.com.br/pt-br/site.php?secao=assistencia&pub=2356>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

²⁹ A proposta era evidenciar dados político-administrativos da década de 1970, no entanto não foi possível em razão de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não oportunizar informações a esse respeito no período em questão.

³⁰ KHOURY, Yara. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004. p. 127.

de conflitos, interações entre sujeitos, desafios de sobrevivência, angústias que redimensionam a trajetória de vida e trabalho de morar/viver dos trabalhadores da cana.

Discutiremos neste capítulo as vivências e experiências dos trabalhadores da cana, a qual perpassa no processo de investigação entender quem são esses trabalhadores, os motivos de essas pessoas virem morar/viver em Itumbiara, quais os limites e circunstâncias encontradas no seu processo de chegada e instalação, quais os encontros cotidianos para morar/viver na cidade, em quais condições era ofertado o crescimento de empregos, as condições de moradia, alimentação, saúde e educação formal. O intuito é entender essa conjuntura de relações políticas, culturais, econômicas e sociais que constituem o espaço urbano e que também fazem parte das vivências e experiências compartilhadas pelos cortadores de cana.

Observa-se que a imprensa local evidencia, juntamente com a administração pública em meados dos anos 50, a imagem da cidade com adjetivações de “progresso” e desenvolvimento, forma como é apresentada Itumbiara na historiografia:

No início da década 50, a mecanização da lavoura foi introduzida em Goiás a partir de Itumbiara, trazendo progresso e aumentando a produção de arroz, milho e algodão. Nos anos 70 começa o processo industrial e a lavoura do município reduz sua área com a emancipação de Cachoeira Dourada em 83 e volta a perder excelente área agrícola em 93, com emancipação de Inaciolândia. Desde a década passada Itumbiara já atraía grandes indústrias, como a Caramuru, Maeda, Leite Paulista, Pioneer. Sendo destacado o maior feito no governo do Coronel Sidney Pereira de Almeida em (1884-1977),³¹ construção da Rodovia Sul Goiânia, ligando Itumbiara a Mineiros.³²

O ideário de apresentar a “cidade industrial” em processo de desenvolvimento parte da finalidade de evidenciar a visão de que eram oferecidas oportunidades aos sujeitos, pois o crescimento traria possibilidades de emprego e lazer à população.

Os discursos apresentados na imprensa jornalística local destacam as obras na cidade com arquiteturas e investimentos arrojados no seu projeto de desenvolvimento:

30 km de galerias pluviais são construídas nos Bairro Affonso Penna – Washington Luís, Celso Maeda, Rua Goiás, Rua Anápolis, Cidade Jardim, Meia Ponte, investimentos no valor de R\$1.045.000,00.” “Foram pavimentadas mais de 2.000 mil m² de ruas e avenidas.”³³

³¹ A data informada refere-se à data de nascimento e falecimento do Coronel Sidney Pereira de Almeida. Disponível em: <<http://www.turismo.itumbiara.go.gov.br/historia/prefeitos.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

³² Mudança. **Jornal Folha de Notícias**, Itumbiara, a. x, n. 793, 12 out. 1999. p. 3.

³³ REVISTA Itumbiara não pode parar. Itumbiara. 2009. p.9-10.

Para além dessa visão de desenvolvimento com apresentação de obras e pavimentações, é construído um discurso evidenciando os ideários de progresso e urbanização, mas ocultando o cenário de dominação, exploração e organização nas relações sociais, políticas e culturais em Itumbiara.

Nessa dinâmica, o trabalhar e as próprias relações de trabalho na imprensa local são vistos com o papel elementar de alavancar os projetos progressistas da administração pública, pois possibilitam a constituição da cidade

limpa, iluminada, 100% de água tratada, 100% esgoto. [...] Nossa gente vem desde os tempos do Porto de Santa Rita do Paranayba, trabalhando com orgulho para que pudéssemos ter a Itumbiara de hoje. Itumbiara é hoje conhecida no mundo inteiro com o seu potencial.³⁴

Nesse aspecto, o trabalho é configurado na imprensa local como elemento de dignificação, moralização e como construtor de uma cidade ordeira, entretanto não podemos deixar de salientar que, nessa conjuntura de ideário de progresso, o trabalho esteja sendo transfigurado em novos sentidos para os caminhos da agroindústria no país, tornando-se uma oportunidade para os empresários ganharem dinheiro, pois o intuito é que haja investimentos no mercado imobiliário, além de atração de mão de obra com o discurso de que seriam “oportunidades para todos”.

É comum perceber nos meios de comunicação, principalmente telejornais, o agronegócio como responsável pelo crescimento da economia do país, porém essa transformação e os incentivos financeiros às indústrias para o agronegócio oportunizaram a exploração de mão de obra, pois houve diminuição das pequenas propriedades que produzem policultura. Dessa forma, os pequenos produtores não conseguem manter suas plantações em razão de não se enquadrarem nos requisitos necessários para os financiamentos oferecidos pelo governo, o que leva muitos proprietários a arrendarem suas terras para grandes indústrias, como a Usina Alvorada,³⁵ que possui grande parte de sua produção de cana-de-açúcar com arrendamento de terras na região.

O novo olhar para a economia na agricultura está vinculado ao interesse em produzir bens de exportação que facilitem o escoamento e a rentabilidade, como cana-de-açúcar, café, soja, laranja, algodão e a pecuária extensiva, favorecendo o monopólio e o latifúndio, sendo

³⁴ REVISTA Itumbiara não pode parar. Itumbiara. 2009. p.15.

³⁵ Esclareço que ao decidir partir pelo diálogo dos trabalhadores como construção das problemáticas, a Usina Alvorada será esboçada no capítulo 2.

que a terra improdutiva torna-se comércio de especulação financeira e forma de reserva de valor.

Nessa perspectiva, interpretamos que nos primeiros anos da política de enquadrar o país no desenvolvimento utilizou-se a exploração do trabalhador rural como mão de obra no mercado produtivo, e por volta dos anos de 1990 intensificaram-se os investimentos em maquinários na agricultura que foram substituindo o trabalhador rural, diferentemente do que se coloca nos meios de comunicação, de que se produz emprego para esse trabalhador. Entendemos que o desenvolvimento de maquinários e sua implantação nas lavouras faz com que ocorra a diminuição de trabalhadores no serviço e, como é ressaltado pelos entrevistados, as máquinas nas lavouras da cana prejudicaram ainda mais as condições de trabalho em razão de estes ficarem com o trabalho do corte da cana em brejos e terrenos engrenados, diminuindo sua produção diária e com isso o salário no fim do mês.

Dessa forma, a política governamental de “modernização” da agricultura com intensificação a partir dos anos de 1970 com o Plano Nacional Desenvolvimento (PND),³⁶ por meio de incentivos técnicos e financeiros reestruturando a agricultura no Brasil e as relações de trabalho e constituindo uma forma produtiva embasada na lógica do capital e no caráter da operacionalidade empresarial, ditou novas regras para a produção da agricultura, definindo o que, como, quanto e onde produzir, tendo como objetivo estimular a procura e a política de crédito tornar-se mais flexível “o aumento da procura estimulava a produção e esta, por sua vez, voltava a estimular a procura”.³⁷

Nessa conjuntura, abordamos que as relações de trabalho foram se modificando por meio das transformações na produção enfrentadas pelo trabalhador nos anos de 1970, em que houve uma intensa política de desenvolvimento da agricultura³⁸ e do comércio local, evidenciando como se constituiu o ideário de modernização parcial do Brasil, pois os cortadores de cana trabalhavam sem direitos trabalhistas. Só após 1988 houve a assinatura da carteira de trabalho, mas eles ressaltam que permaneceram as relações de poder, a exploração da mão de obra do trabalhador da cana, além de destacarem que a partir dos anos de 1990

³⁶ BRASIL. Lei n.º 5.727, de 4 de novembro de 1971. **Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 1972 a 1974.** Brasília, 1971a. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

³⁷ PEREIRA, Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983.** São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 188.

³⁸ Essa política de desenvolvimento era vista como caminho para reestruturar financeiramente o país durante o período Médici e legitimar a eficiência do governo na esfera econômica. Assim, o Plano Nacional do Desenvolvimento constitui-se deste planejamento. Essas interpretações partem do estudo em diálogo. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 35-51.

começou o processo de mecanização da Usina, influenciando e determinando onde deveria o trabalhador cortar a cana.

Percebemos assim a constituição da cidade para além desse viés de “progresso”, mas buscamos entender dimensões do viver, morar e trabalhar. Partimos do viés contraditório na busca de outras histórias, da interpretação das narrativas orais dos trabalhadores da cana, entendendo que para esses sujeitos o trabalho significava sobrevivência, garantir sua alimentação e de sua família, pagar o aluguel da casa. Ao interpretarmos os diálogos estabelecidos com os trabalhadores da cana, como será apresentado ao longo do texto, é perceptível que o trabalhar para essas pessoas é tido como elemento fundamental e caminho a trilhar na luta diária pela própria vida, pela sobrevivência em busca de um futuro renovado para seus filhos.

Analisando as narrativas da imprensa local em conjunto com as da administração pública compreende-se que tais memórias/histórias constituem uma imagem da cidade desvinculada das relações vividas pelos trabalhadores, ocultando as desigualdades sociais presentes no cotidiano, as formas de poder e exploração que responsabilizam os próprios sujeitos pelas condições precárias em que vivem ao definir que Itumbiara é uma “cidade para todos”.³⁹

Com base nessas noções, conversando com os cortadores de cana pude perceber que em suas falas são apresentados pontos que nos condicionam a refletir sobre aspectos da vivência desses trabalhadores na cidade de Itumbiara, as dificuldades, as angústias sofridas por eles ao chegarem à cidade na perspectiva de melhores condições de vida e o desencantamento ao perceberem que a realidade social estava muito distante de seus sonhos. “Neste sentido, tendemos a tratar sonhos, expectativas, propostas, projetos, fabulações trazidos por nossos interlocutores como fatos passíveis de reflexão objetiva, oferecendo indícios de possibilidades alternativas na realidade social”.⁴⁰

Ao interpretar as narrativas orais, encontramos conflitos na dinâmica do social e as dificuldades de sobrevivência dos trabalhadores tanto na sua cidade de origem como em Itumbiara, pois os componentes básicos para sobrevivência como alimentação, moradia, saúde e educação não estavam assegurados a essas famílias.

Assim partimos do pressuposto de constituir a cidade que surge com as interpretações das vivências e experiências dos trabalhadores da cana. No entanto, esclareço que

³⁹ ITUMBIARA . **Jornal Folha de Notícias**, Itumbiara, a. XIX, n. 3.794, s./p., 12 out. 2009.

⁴⁰ KHOURY, Yara. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, jun. 2001. p. 84.

compreendemos as evidências (narrativas orais) como fragmentos das vivências e experiências dos sujeitos, recordadas com base nos sentidos/significados de sua visão de mundo no presente.

Nesse sentido, caminhamos para o contato com a entrevistada Maria Gabriela da Cruz⁴¹ (Sula), cortadora de cana que reside em Itumbiara desde o ano 1967, tendo chegado à cidade aos 12 anos com seus pais, que vieram residir em Itumbiara em busca de emprego.

O contato estabelecido com Maria Gabriela foi possível em razão de ser minha vizinha e por conhecê-la desde criança por intermédio dos círculos de amizade de meu pai. Essa questão fez com que nosso diálogo fosse facilitado por termos convivência. Maria Gabriela logo salientou que me conhecia desde criança e identificou-me como filha do Madeira (Agnaldo José Silva),⁴² cortador de cana residente em Itumbiara.

O interesse de ter escolhido Maria Gabriela como interlocutora advém de nosso contato e de certas recordações que possuo do nosso cotidiano, de quando ela descia do ônibus com uma calça jeans por baixo de uma saia acima do joelho alguns mínimos centímetros, boné azul, o podão nas mãos e uma sacola na qual carregava um caldeirão de comida e a garrafa térmica de água, tendo a roupa e às vezes o próprio rosto marcados pelo pó de cana preta, adentrando com um semblante de cansaço em sua casa simples de tijolo e sem reboque.

A conversa na porta da casa de Maria Gabriela foi intercalada com perguntas feitas por ela, que queria saber o que eu estava estudando e onde, como forma de entender qual era meu interesse ao procurá-la.

Em nossa entrevista, Maria Gabriela demonstrou estar à vontade. Ao iniciar a gravação, abri o nosso diálogo com a seguinte fala: “Estou aqui para conversarmos a respeito das condições de trabalho que eram oferecidas nas lavouras de cana pela Usina Alvorada.”

Essa fala objetivou fazer com que Maria Gabriela entendesse como buscaria orientar nossa conversa na entrevista. Nesse primeiro diálogo, indaguei em que período ela havia chegado a Itumbiara e quais motivos fizeram com que sua família buscasse viver em outra cidade. A proposta era entender quem eram essas pessoas e como foram suas vivências na cidade, assim abrindo leques para a discussão sobre suas condições de vida e trabalho.

⁴¹ Maria Gabriela da Cruz, 58 anos, cortadora de cana, trabalhou na Usina Alvorada S/A de 1967 a 2005, sendo originária de Teixeira, região da Paraíba, aposentada e residente na cidade de Itumbiara desde 1967.

⁴² Cortador de cana residente na cidade de Itumbiara-GO desde 1975, tendo como origem a cidade de Sete Lagoas-GO. O fato de Maria Gabriela chamar Agnaldo de Madeira está interligado à questão de os cortadores terem os apelidos como identificadores no lugar de seus nomes. Esse aspecto será esclarecido no desdobrar dos capítulos que propõem discutir as relações construídas e vividas entre os cortadores.

Destacamos um trecho para entender como Maria Gabriela ressalta a sua chegada à cidade:

Carla: Em que ano a senhora veio morar em Itumbiara? Qual a região em que morava?

Maria Gabriela: Eu era de João pessoa, Paraíba, cidade Teixeira. Cheguei aqui tinha doze anos, trabalhei na usina na lavoura 38 anos, cheguei aqui em 1967.

Carla: Quais foram os motivos que fizeram com que sua família migrasse para a cidade de Itumbiara?

Maria Gabriela: Porque lá em João Pessoa era seco, tinha ano que a gente lucrava um pouquinho com o chãozinho que meu pai tinha plantava feijão, milho, mas tinha ano que perdia tudo, não lucrava nada, nadinha, aí meu pai decidiu vendê o poco que tinha para tentar a vida em outro lugar, mas antes disso alguns amigos dele falou que para cá era bão demais, aí ele invocou com isso porque na linguagem deles ganhava muito dinheiro. Minha filha, quando chegemo aqui nós não conhecia ninguém para alugá casa para nós e nem serviço para nós, era uma cidade pequena cheia de mato, serra para mim que era criança era tudo estranho, vou te contá, vivemos uma vida, não sei quantas noites dormimos no mato, aí meu pai conversando em um buteco com os homens e falaram para ele procurá serviço na Alvorada, mais antes disso nós já tinha feito uma promessa para Nossa Senhora Aparecida que se ela ajudasse que meu pai arrumasse serviço pra ele e pra nós o primeiro dinheiro que nós pegasse íamos comprar pano preto para fazer vestido de manga comprida e usasse até acabar, era lavado de noite que a gente vestia outra roupa e no outro dia vestia de novo se tivesse seco vestia se tivesse molhado vestia também, aí quando nós arrumô serviço na usina o homem de lá falou para nos que íamos encontrar casa para morar ali perto da boca da ponte perto do posto fiscal, porque era afastado do centro, encontrava casa para alugar e moramos muitos anos lá, até comprar minha casa quando casei em 1983 e meu pai já tinha falecido. E vou te falar, no começo foi difícil aprender o serviço do corte da cana, todo jeito que fazia tava difícil para cortar, mas depois com tempo vai aprendendo o jeito como faz e vai embora (informação verbal).⁴³

Em sua narrativa recorda vivências entrelaçadas à infância, com a percepção da diferença entre as paisagens da cidade de Itumbiara e de sua cidade de origem, Teixeira, no estado da Paraíba. O tempo é demarcado pela sua infância e trabalho, pela crença e esperança em dias melhores. Ela recorda suas vivências e constrói seu passado calcado na busca de sua família por emprego, relembrando as dificuldades de moradia e alimentação encontradas ao chegarem a Itumbiara.

Em sua fala revela que suas vivências na cidade de origem já estavam entrelaçadas às áreas rurais na busca por sobrevivência. Ela ressalta a perda das lavouras de milho e de feijão em razão de seu local de origem ser seco e a influência de outros trabalhadores na vinda de sua família para Itumbiara em busca de melhores condições de vida.

A trabalhadora narra os motivos que influenciaram sua família a buscar outro local para viver, pois eles viviam da agricultura de subsistência em Teixeira – região da Paraíba,

⁴³ CRUZ, Maria Gabriela da. **Entrevista**. [25 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência da entrevistada. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

conforme já foi falado, entretanto não estava sendo possível o sustento familiar com a própria terra. Portanto, entendemos que quando elabora seu passado em sua narrativa de busca por “dinheiro”, parte da perspectiva e da esperança de um futuro renovado, com melhores condições de alimentação, moradia, saúde e educação.

Aponta em sua narrativa das dificuldades enfrentadas que as superou quando iniciou o trabalho no corte da cana, pois como não estava adaptada a esse serviço, teve que se enquadrar na organização de horários de entrada no trabalho, com horário estabelecido para almoço e saída, questões às quais não estava acostumada quando trabalhava na lavoura da família. Além da disciplina exigida havia a questão da produtividade, pois o trabalhador tinha que produzir bem para garantir o emprego na próxima safra de cana, por isso a narradora destaca a dificuldade e a preocupação de aprender o jeito de cortar a cana e de adquirir habilidade para que conseguisse produzir e garantir o serviço.

Uma das razões a questionar é porque a família de Maria Gabriela escolheu a cidade de Itumbiara para morar/viver, quais eram seus interesses e sonhos, em quais circunstâncias se constituiu esse processo.

Diante de tais indagações impõe-se interpretar a narrativa oral interligada a elementos religiosos na trajetória de vida de Maria Gabriela e de sua família, aspectos que nos levam a perceber que constroem como justificativa conseguir o emprego em razão de sua promessa. O trabalho para essas pessoas significava a garantia das condições básicas para sobreviver, como ter comida na mesa e onde dormir, pois estavam a dormir ao relento, sem ter condição de pagar a conta de luz e de comprar remédios para crianças quando adoeciam.

Ao interpretarmos a fala de Maria Gabriela compreendemos que o trabalho tinha como significado/sentido a sobrevivência para sua família. Portanto, quando a trabalhadora expressa em suas experiências o desespero de sua família por não ter um emprego revelando que chegaram a fazer promessa para conseguir um trabalho, apresenta a situação limite em que se encontravam. Essas são as circunstâncias e pressões com as quais convivem diariamente vários trabalhadores brasileiros. O trabalho é tido como segurança, sendo apresentado com um sentido valorativo e necessário, pois sabem que estão a lutar pela própria vida.

Maria Gabriela, no decorrer de nosso diálogo, destaca os conflitos sociais ao morar/viver na cidade, pois não tinham onde se alojar. O local em que sua família conseguiu alugar uma casa ficava na divisa da cidade com estado de Minas Gerais, ou seja, esse aspecto reflete o viver desigual na cidade, que se constitui de mecanismos de expropriação e seleção com discursos de “oportunidades para todos”.

Nesse sentido, percebemos o ideário do trabalho como elemento propiciador e fundador do desenvolvimento da cidade. Dessa forma, conjuntamente com a perspectiva da lógica do capital em ter mão de obra que atenda aos anseios das necessidades das indústrias e dos empresários, entendemos que, para estes, o progresso significa a oportunidade de ganhar dinheiro e de se “fazerem no social”, mas também cria, principalmente com o auxílio da imprensa e dos meios de comunicação, a ideia de que o progresso é um bem universal que oportuniza possibilidades de emprego melhores para seus filhos. Assim esses trabalhadores devem buscar um futuro renovado não para si, mas para seus filhos.⁴⁴

As falas dos entrevistados demarcam que as necessidades básicas de sobrevivência não estavam asseguradas para sua família, pois quando vieram residir na cidade conviveram com dificuldades financeiras.

Carla: Como a senhora afirmou que as condições eram difíceis, gostaria que explicasse melhor como era a questão de alimentação e moradia, se morava de aluguel, quanto pagava, e me falasse também sobre os bens básicos, como rede de esgoto, água tratada...

Maria Gabriela: Como já havia dito nós morou de aluguel, era difícil para nós pagar aluguel porque ganhávamos pouco, mas tinha que pagar porque ia morar onde, não tínhamos casa própria, o preço era mais ou menos meio salário mínimo, era casinha pequena, não tinha esgoto naquela época, energia tinha, mas vivemos muitos anos lá. As dificuldades que passamos era mais no começo porque chegamos aqui não tínhamos nada, aqui conseguimos emprego, dava para viver, se soubesse administrar.

Carla: Como assim, administrar o quê?

Maria Gabriela: Que não pode gastar com outras coisas que não são necessárias no momento, como roupas sem necessidade, sapatos, economizar para comer melhor, para até mesmo ter mais força para trabalhar na lavoura.

Carla: Mas vocês não tinham criações de animais? Não era comum naquele período as pessoas terem criações de animais na cidade?

Maria Gabriela: Tinha, tinha de galinha e até porco nós criava, hoje já não pode mais, a gente criava para comer, porque se for comprar tudo que precisa o dinheiro não dava (informação verbal).⁴⁵

Maria Gabriela revela a dureza do dia a dia do trabalhador que luta para conseguir pagar o aluguel da casa situada em um bairro “periférico”,⁴⁶ longe do centro de Itumbiara, como destaca a narradora.

⁴⁴ As transformações e ideários de progresso na vida dessas pessoas e nas relações de trabalho são melhor discutidas no segundo capítulo.

⁴⁵ Maria Gabriela, 2013.

⁴⁶ Essas questões são observadas cotidianamente nas matérias do jornal *Folha de Notícias*, as quais vinculam a imagem de bairros como Novo Horizonte, Bairro Planalto, Bairro Parque dos Buritis I, II e III e Marolina à violência e à marginalidade com reportagens com as denominações: “*Furto em construção no Buritis*”, “*Ameaça de morte no Planalto*”, “*Filha agredida pelo pai em Marolina*”, “*Roubo em casa no Bairro Novo Horizonte*”, retiradas da Folha de Notícias, a. XXIII, n. 5.003, 18 de outubro de 2013. É interessante destacar que essas informações foram veiculadas apenas em uma única página da edição do jornal, mas diariamente são estruturadas reportagens que se reportam à violência ocorrida na cidade nesses bairros como se esse tipo de problema acontecesse apenas nessas localidades e não fosse um problema social. Vale salientar que os

Ao mesmo tempo em que destaca das dificuldades de pagar o aluguel em razão de o salário ser pouco e das dificuldades enfrentadas no local de moradia, em que não havia bens básicos como rede de esgoto e água tratada, sendo os moradores obrigados a utilizar água da cisterna, ressalta que dentro dos limites em que vivia não havia outra expectativa, por que onde iria morar com sua família, já que não tinha casa própria? Ela se remete ao sonho de possuir sua casa como alívio para as prestações mensais do aluguel, já que, se não pagasse, iria morar de novo na rua e dormir no mato, pois essa era a realidade concreta em que vivia. Maria Gabriela expressa a experiência e a vivência real da classe trabalhadora na sociedade em que vivemos, revelando o viver de privações e a condição de vida dessas pessoas que buscavam sobreviver.

Os sujeitos demonstram que tinham consciência de suas escolhas, mas que estas eram realizadas diante das condições e dos caminhos possíveis de trilhar em suas vidas, caminhos esses que expressam as dificuldades de uma trabalhadora que afirma que se administrasse o dinheiro dava para viver melhor, ressaltando as escolhas a que era submetida no seu cotidiano, em que a alimentação era primordial, em lugar de roupas e sapatos, pois entendia que melhores condições de alimentação ofereceriam maior resistência para seu trabalho diário de cortadora de cana que sustentava a si e a sua família.

A entrevistada revela em sua fala que era um luxo comer carne nas refeições diárias, pois isso não fazia parte da realidade vivenciada no cotidiano de trabalhadora da cana. Mas quando indaguei sobre ter criações naquele período, ressalta que criavam galinha e porco como forma de conseguir viver na cidade, porque como o salário era modesto diante das despesas que tinham, buscavam ter criações que possibilitassem uma economia nos gastos e oferecesse melhor condição de alimentação.

De fato, os embates vividos por Maria Gabriela como cortadora de cana constituem aspectos vivenciados em um conjunto de relações que revela tensões e disputas que marcam sua chegada à cidade, sendo possível perceber/entender como os sentidos/significados desse processo de chegada com instalação e manutenção estavam interligados a valores, padrões de vida, crenças, sonhos, angústias e descontentamentos, construindo sua trajetória de morar/viver na cidade.

No decorrer de nosso diálogo Maria Gabriela ressaltou que ficou órfã aos 15 anos de idade, quando seu pai faleceu, pois a mãe já havia falecido quando tinha 8 anos. Suas

cortadores de cana Élio, Agnaldo, Maria Gabriela, Jenuíno moram no bairro Planalto, e Divino e Eunóquio no Novo Horizonte, bairros esses vizinhos. Uma questão que se deve destacar é que essas pessoas buscam construir suas moradias em locais onde o terreno seja de valor inferior, por isso é perceptível que muitos trabalhadores cortadores de cana residem no mesmo bairro.

recordações revelam as dificuldades financeiras que passaram e o sofrimento de perder os pais, sendo que tinha dois irmãos pequenos para criar com ajuda de outro irmão, José:

Quando meu pai morreu eu e meu irmão ficou com os dois meninos para criar, o Pedro tinha só 4 anos, porque ele era filho de outra mulher que meu pai tinha arrumado e tinha Delina que tinha uns 11 anos, foi muito difícil, porque era pequenos não tinha nem com quem deixar esses meninos, eles ficavam sozinhos em casa, mas eu falava para Delina que era mais velha olhar o Pedro pra não deixá machucá, antes de sair para roça mais meu irmão deixava a comida pronta para Delina só esquentar para eles comer no almoço, eles comia aí Delina lavava os trens que sujava para quando chegasse da roça fazer a janta, dava uma arrumada na casa, se precisasse de uma roupa tinha que lavar aquele tanto de roupa e tudo era lavado na mão (informação verbal).⁴⁷

Não é difícil perceber como a trabalhadora descreve a perda de seu pai com sentimento de dor e a carga de responsabilidade que foi, para ela e seu irmão, manter as despesas da casa sozinhos e ainda cuidar das obrigações do lar, como deixar comida pronta para as crianças antes de ir para a roça. Ao chegar ainda tinha que dar uma arrumada na casa, fazer jantar e, às vezes, lavar roupa, destacando que as lavava à mão, ressaltando o grau de dificuldade a mais.

Maria Gabriela descreve o que viveu no dia a dia de trabalhadora e dona de casa em meio às dificuldades e a responsabilidade que tinha aos 15 anos de idade, lutando constantemente para ajudar a criar seus irmãos menores, o que lhe dava força para o enfrentamento das dificuldades.

Na mesma direção, a narrativa de Agnaldo José Silva faz uma leitura de sua trajetória de vida relembrando as dificuldades que seus filhos passaram, salientando as dificuldades de ter que deixá-los sozinhos em casa, pois tanto ele quanto a esposa tinham que trabalhar para sustentar a família:

Desde menino trabalhei ajudando meus pais e assim fui crescendo trabalhando, quando fui trabalhar no corte da cana já era casado e tinha meus 4 filhos, entrei nesse serviço porque não estava achando serviço, criei meus meninos trabalhando no corte de cana, a gente sabe que não tiveram vida de conforto, eles ficavam sozinhos em casa não tinha quem olhasse, então o que era mais velho era responsável pelos mais novos, porque a mãe também tinha que trabalhá para ajudá na despesa de casa, mas mesmo passando por esses problemas, coloquei eles para estudá e cobrava nota boa e incentivava para eles estudá, para não ficar igual o pai trabalhando nesse serviço pesado (informação verbal).⁴⁸

⁴⁷ MARIA GABRIELA, 2013.

⁴⁸ SILVA, Agnaldo José. **Entrevista**. [28 ago. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

O lugar de onde falam os narradores apresenta uma realidade em que suas vivências são marcadas por uma vida de privações e enfrentamentos das dificuldades de deixarem crianças sozinhas em razão de não terem condições de pagar alguém para cuidar delas, pois a renda financeira era modesta. Tais aspectos são evidências dos viveres do fazer social que constituem uma visão de mundo e das relações construída em acordo com os modos de vida da organização familiar, sendo que diante dessa situação as crianças já tinham responsabilidade no ambiente familiar.

O trabalhador sabe dos problemas enfrentados do desgaste físico de trabalhar debaixo de sol, da comida fria, do fato de acordar de madrugada, da desvalorização salarial, aspectos que fazem com que se recorde das experiências vividas e planeje uma vida diferente para seus filhos, acreditando que a educação será a responsável por possibilitar uma vida melhor.⁴⁹

O entretecer de suas falas expressa caminhos que se fazem dentro das circunstâncias e possibilidades talhadas na sua trajetória de vida para sobreviver na cidade com base em sua experiência como trabalhador, cidade essa narrada como local de embate entre as diferentes condições econômicas dos sujeitos, com um sentido político em que o trabalho é entendido como necessidade para a manutenção da família, não apenas como vínculo de sobrevivência, mas como capaz de propiciar dignidade, idoneidade e segurança.

Nesse sentido, ressaltamos o diálogo com o cortador de cana Élio Pereira Azevedo,⁵⁰ tendo em vista a necessidade de esclarecer como as falas desses trabalhadores nos possibilitam perceber elementos para entender os motivos que os influenciaram a residir na cidade, compreendendo esse processo em uma conjuntura de relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Ao conversar com Élio para oportunizar a data para marcarmos a entrevista, levando em conta que atualmente ele é proprietário de um bar, procurei marcar nosso encontro em um horário em que fosse possível dialogarmos sem atrapalhar seu comércio. Assim, expliquei que gostaria de conversar a respeito das condições de trabalho oferecidas para os cortadores de cana na Usina.

Nesse primeiro contato, Élio apresentou-se um pouco tímido e preocupado pelo fato de não saber se conseguiria satisfazer meus anseios, mas logo lhe expliquei que não se

⁴⁹ Essas interpretações entraram em diálogo com o trabalho *Cada um tem um sonho diferente: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra* do professor Paulo Roberto de Almeida, que discute as formas de os trabalhadores se situarem no social e de projetarem uma vida diferente da que estamos acostumados a pensar em nossa formação acadêmica (escola, letramento), sendo que para eles essa lógica de organização parte da luta pela sobrevivência. Vida e trabalho não se separam. Cf. ALMEIDA, 2006.

⁵⁰ Élio Pereira de Azevedo Peixoto, 55 anos, aposentado, residente em Itumbiara desde 1973. Originário de Uberlândia-MG, trabalhou na Usina Alvorada de 1976 a 1986.

preocupasse, pois o objetivo era ouvi-lo falar sobre suas vivências como trabalhador da cana. Dessa forma, marcamos a entrevista para uma segunda-feira em sua casa.

Ao chegar à sua residência, já o encontrei me esperando para a entrevista. Ao adentrar na casa observei que estava de camisa social, calça jeans e sapato. Seu estilo me chamou atenção, pois estava visivelmente querendo apresentar-se bem, construindo uma imagem diferente da que eu tinha dele no cotidiano, pois estava acostumada a vê-lo diariamente no bar de frente à minha casa de bermuda e chinelo.

Os historiadores que trabalham com história oral estão cada vez mais cientes que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação material.⁵¹

Assim, percebo que, para Élio, os papéis sociais estão invertidos, pois deixo de ser vista como sua vizinha e passo a ser uma estudante da universidade, e por mais que nos conhecêssemos passamos naquele momento a situações diferentes do nosso cotidiano. Eu passei a ser vista como pesquisadora, sendo que no decorrer do nosso diálogo percebi como foram se desdobrando as expectativas/os sentidos da entrevista para o trabalhador, pois para esses sujeitos, não era apenas uma entrevista, mas uma oportunidade de nos dizer um pouco de sua trajetória de vida, de suas experiências, valores, sentimentos, de sua luta pela vida/sobrevivência.

Nessa perspectiva construímos nosso diálogo, sendo que uma das minhas primeiras questões foi estabelecer com clareza qual era o assunto da entrevista, ou seja, as condições de trabalho do cortador de cana oferecidas pela Usina Alvorada, a sua chegada à cidade, o processo de manutenção nesta e as dificuldades enfrentadas em sua vivência como trabalhador da cana. Para entender quem era esse trabalhador, seria preciso compreender alguns aspectos da trajetória de vida de Élio Pereira:

Carla: O senhor, como já havia sido dito informalmente, não morava em Itumbiara, pois era de Uberlândia. O senhor poderia relatar quando chegou a Itumbiara e quais foram os motivos de sua família residir na cidade?

Élio: Olha, vim para cá com meus pais e meus outros irmãos, eu era o mais velho, tinha uns quinze anos, meu pai veio porque lá em Uberlândia tava ruim de serviço, tava difícil para sustentar nós, porque não tinha muito serviço na boia-fria, aí ele foi procurá lugar melhor de serviço, pois tinha ouvido falá que Itumbiara tinha serviço na lavoura de cana, foi aí que nós viemos para cá. Chegando aqui meu pai foi lá na Usina procurá serviço para ele e para eu e meu irmão Divino [lá na Usina]. O pouco do dinheiro que nós tinha meu pai arrumou uma casinha para nós morá de aluguel, ficava ali na saída da cidade pro lado da BR. Naquela época o serviço que tinha era

⁵¹ PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, n. 22, jun 2001. p. 25.

corte de cana para quem num tinha estudo e era muito sofrido, porque a gente acordava cedo às quatro e trinta da manhã, tinha que arrumá comida para levar e almoçava lá pelas onze hora, a comida já tava fria, tinha que levar água e saía, podia tá chovendo podia não tá chovendo, todo jeito tinha que ir, no frio no calor, porque precisava para comprá comida pra nós. Ah! E... Não era carteira assinada não, viu, só depois de 1986 que assinou a carteira do povo (informação verbal).⁵²

Assim como na fala de Élio, algumas questões são evidenciadas na narrativa de Maria Gabriela e Agnaldo José, o que abre algumas “possibilidades” de interpretação, pois estes destacam a chegada à cidade entrelaçada às dificuldades de sobreviver com a família, compartilhando a vivência de morar/viver em meio à luta pela sobrevivência nos canaviais da Usina Alvorada S/A, revelando o drama que enfrentavam da hostilidade do lugar de origem, o que condicionou a família a buscar como alternativa de sobrevivência viver em outra cidade. Eles revelam o sofrimento de trabalhar desde criança nas lavouras da cana, suas necessidades, angústias e a exploração do trabalhador da cana numa sociedade marcada pela desigualdade social.⁵³

Sua vivência se constitui na trajetória de vida de trabalhadores rurais que lutam contra as condições impostas e as adversidades da vida, fazendo com que disputem a cada dia um lugar que lhe possa garantir a comida e um teto para morar, construindo o sentido/significado de ser trabalhador para esse sujeito e não apenas garantindo sua sobrevivência, mas a dignidade de um sujeito que sempre trabalhou.

Essa visão de trabalhador fica clara na fala de Élio: “mesmo o trabalho sendo difícil na lavoura da cana, mesmo que nós sofreu, é um orgulho dizer que nós tudo trabalhador, porque não tem nenhum irmão ladrão, maconheiro tudo trabalhador”.⁵⁴

Para além do sofrimento na sua trajetória de vida com a família, de não possuir uma vida com condições financeiras estáveis, o que o levou à necessidade de trabalhar desde criança, Élio revela não apenas ser um trabalhador digno, mas a sua visão de mundo remete a um passado de angústias e exploração, pois mesmo diante das circunstâncias prevaleceram seus valores morais, que não permitiram que caminhasse para o mundo da criminalidade. Tais aspectos são expressões não apenas de sua visão do que é tido como correto, mas apresenta Élio em sua trajetória de vida, que assim reelabora seu passado diante de suas condições e vivências no presente.

⁵² Azevedo, Élio Pereira de. **Entrevista**. [23 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

⁵³ Questões a respeito das condições de trabalho e de como estava sendo comprada a mão de obra do trabalhador da cana serão discutidas no segundo capítulo.

⁵⁴ ÉLIO, 2013.

Carla: Diante de suas condições de vida, tendo trabalhado desde criança com os pais na lavoura, vivenciando as necessidades financeiras que passou com sua família em Itumbiara, como percebe tais enfrentamentos ao recordar essas experiências?

Élio: Olha, hoje observo o que nós passamos desde criança aqui, não tínhamos condições de alimentação, vejo que em vista do que era melhoramos demais a situação financeira e levo isso como lição de vida e não quero que ninguém passe o que a gente passô, porque levanta de madrugada, comer comida fria, passar frio, nossa! (informação verbal).⁵⁵

Em sua narrativa avalia sua condição de vida, remetendo-se ao passado quando chegou à cidade sem condições de moradia, com trabalho de cortador de cana relatando a dificuldade de levantar de madrugada, comer comida fria e passar frio. Essas são recordações que compartilha pois hoje é aposentado, tendo conseguido constituir melhores condições de vida. Élio possui casa própria, tem uma alimentação melhor, não mais necessita acordar de madrugada e ir trabalhar, tem seu comércio, questões essas que condicionam o trabalhador a recordar um passado de privações e um presente de “fartura” diante do que viveu quando veio residir na cidade.⁵⁶

Pelas evidências reveladas nas narrativas orais é possível perceber que era comum aos trabalhadores da cana compartilhar dificuldades de alimentação e moradia, pois se instalavam em bairros distantes do centro da cidade. O entrevistado salienta também no decorrer de nosso diálogo que os cortadores de cana trabalhavam naquele serviço porque possuíam baixa escolaridade, como apresenta a fala de Eunóquio quando lhe pergunto o que o levou a buscar serviço no corte da cana:⁵⁷

Olha, nós era pobre faltou oportunidade pra nós estudá, porque tinha que trabalhar para ajudar em casa e não tinha outro serviço para nós que não tem estudo a não ser mexer com aquilo mesmo (cortar cana). Quem não tem estudo tinha que trabalhar nisso, porque precisava para comer, não tinha opção era necessidade para tentar mudar de vida (informação verbal).⁵⁸

A fala de Eunóquio demonstra como lida com a situação de ter trabalhado como cortador de cana, esclarecendo que isso se deveu às condições impostas de pobreza e à luta para sobreviver, evidências que são claras em sua narrativa, assim contradizendo a perspectiva da imprensa jornalística, que constituía a imagem de Itumbiara com a de “cidade

⁵⁵ ÉLIO, 2013.

⁵⁶ No decorrer do texto será compreendido o sentido/significado dos valores dos bens materiais que os trabalhadores revelam ter conseguido possuir como concepção de uma melhor condição de vida na sociedade em que vivemos.

⁵⁷ Eunóquio Luciano Araújo, do Rio Grande do Norte, cidade de São José, 72 anos, reside em Itumbiara desde 1970, tendo trabalhado na Usina de 1972 a 1990, estando atualmente aposentando por idade.

⁵⁸ ARAÚJO, Eunóquio Luciano. **Entrevista**. [26 out. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

do progresso”, pretendendo mascarar as vivências e contradições de se viver em Itumbiara como trabalhador.

Ao dialogar com trabalhadores da cana, estes ressaltam constantes dificuldades de sobrevivência, como se pode observar na narrativa de Élio, que se recorda de que havia trabalhadores que adoeciam com gripe forte ou virose, ou mesmo não tinham comida em casa. Os próprios cortadores de cana organizavam e o ajudavam os colegas, dando cada um algum tipo de alimento que pudesse saciar a fome destes e de sua família.

Carla: Como o salário do cortador de cana era pouco mais que um salário mínimo, e muitas das vezes esse dinheiro não era suficiente para as despesas com aluguel, alimentação e saúde, como o senhor fazia para sobreviver diante dessas dificuldades?

Élio: Nós da lavoura, se sabia da dificuldade de um amigo nós ajudava ele, se estivesse com um da família doente ou precisando de ajuda para alimento, remédio, nós juntava e dava para ele, se eu não tivesse dinheiro comprava fiado na mercearia do meu conhecido, ou feijão, arroz e cada um dava um pouco e no final ele tinha a feira do mês, porque tem que ajudá um ao outro porque estamos na mesma situação, e pode ser que eu precise um dia também.

Carla: Sobre a compra de alimentos em mercearia, como era a venda a prazo, sem nenhum tipo de avalista ou documentos?

Élio: Era, naquela época ainda tinha muito isso, de vender pro conhecido só no boca a boca, a gente assinava só um papel lá com o valor do que comprou, mas não era nota fiscal como é hoje, comprava alimento, gás de cozinha, porque tinha vez que o dinheiro não dava para comprar tudo que precisava, aí no outro mês a gente acertava o que ficava devendo (informação verbal).⁵⁹

Élio expressa como se faziam as formas de organização dos trabalhadores do corte de cana diante das dificuldades sociais enfrentadas pelo grupo, salientando a “união” entre esses sujeitos como uma atitude social, porque entende que em razão das circunstâncias e pressões diárias de ser um trabalhador assalariado pode-se necessitar de ajuda para alimentação, remédio ou pagamento de aluguel, estando todos fadados a essa realidade. Por isso a atitude de ajudar o trabalhador que no momento necessitava de “solidariedade”,⁶⁰ pois supõe que quando precisar terá também o auxílio dos companheiros de trabalho.

Interessante perceber como se constituem as relações na cidade e como o narrador, em sua fala, demonstra as transformações que foram ocorrendo com o passar dos anos, pois ao ressaltar como comprava os alimentos e até mesmo o gás de cozinha revela que comprava fiado quando o dinheiro não abarcava todas as necessidades básicas da família, salientando que o “fiado” não é como conhecemos hoje, em que compramos a prazo um produto e

⁵⁹ ÉLIO, 2013.

⁶⁰ Quando discutimos solidariedade percebemos como um processo interpretado nas vivências e experiências dos trabalhadores da cana, reelaboradas diante de suas relações de classe.

assinamos documentos e notas fiscais, o comprar fiado naquela época partia de uma relação de confiança, o “boca a boca”.⁶¹

Nesse sentido, além de sua narrativa expressar como as relações sociais de compra e venda de produtos se modificaram com passar dos tempos, também podemos perceber como esses trabalhadores se articulavam entre si em meio às dificuldades vividas na cidade, apresentando relações que se constituíam em um ambiente de trabalho com rotina e regras. Nessas situações vivenciadas os trabalhadores criavam meios de sobreviver diante das necessidades financeiras enfrentadas para morar/viver e trabalhar na cidade.

As questões ‘pão-manteiga’ são a essência da política das classes subordinadas e da sua resistência. O consumo, desta perspectiva, é tanto o objetivo quanto o resultado da resistência e da sua contra-resistência.⁶²

Quando nos propomos a evidenciar e investigar como estão sendo constituídas as memórias/histórias na imprensa jornalística local da cidade progresso,⁶³ percebemos que estas atuam como forma de ocultação das formas e contradições sociais entre os sujeitos. Assim, esse discurso é desconfigurado quando interpretado vivências de trabalhadores como Agnaldo José Silva,⁶⁴ morador da cidade e cortador de cana residente em Itumbiara desde 1975, que ressalta as dificuldades de morar/viver na cidade.

Carla: Quando o senhor veio residir na cidade de Itumbiara, quais as dificuldades enfrentadas para morar em Itumbiara

Agnaldo: Olha, quando cheguei aqui, era bem diferente da cidade de hoje, tinha muito mato ainda, hoje tem tantas casas nos bairros, lembro que chegando aqui fui trabalhar como servente no prédio Beira-Rio lá no centro tinha dezesseis anos, lembro o começo da construção do calçadão e dos prédios ao redor, até mesmo no Hospital Municipal trabalhei lá. Nossa, era difícil a vida, trabalhava de servente, novinho, porque precisava ajudar minha mãe em casa, comprar o que de comer, passamos vida difícil, o dinheiro que ganhava de servente era muito pouco, aí tinha vez que ia para boia-fria quando não tinha serviço de servente e assim levava a vida, a gente rezava para não adoecer para ter saúde para trabalhar, porque se parasse

⁶¹ Essa forma de relação propomo-nos aqui a discutir o período da chegada dos trabalhadores à cidade a partir de 1970, antes da assinatura das carteiras de trabalho, feita em 1986. Porém, diferentemente do que se pensa, quando se referem a comprar fiado, observamos que o “boca a boca” perpassa esse período, o que dura até meados dos anos 1998, pois, como estamos a evidenciar, essas relações são constituídas com os donos de mercearias perto de suas residências por meio de relações de amizade e confiança.

⁶² SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, , jan./jun. 2002. p. 28.

⁶³ Torna-se comum quando nos propomos a investigar tais documentos da imprensa jornalística local encontrar narrativas de glorificação de obras e investimentos que definem a imagem da cidade perfeita, porém o objetivo é trazer tais interpretações como uma forma de contradição de morar/viver em Itumbiara partindo das vivências dos trabalhadores da cana, porque entendemos “cidade do progresso” como discurso dominante entrelaçado a interesses de poder que evidenciam a ocultação das relações e formas de exploração constituídas no meio urbano.

⁶⁴ Agnaldo José Silva, 50 anos, residente em Itumbiara desde 1975, trabalhou na Usina Alvorada de 1988 a 2000, sendo atualmente ajudante de pedreiro.

passava fome todo mundo, porque não tinha dinheiro nem para comprar remédio (informação verbal).⁶⁵

Agnaldo, morador da cidade, que trabalhou na construção de prédios nos arredores da Beira-Rio, em suas recordações salienta as dificuldades financeiras enfrentadas por sua família, o que o influenciou a buscar trabalhar de servente aos 16 anos. Tais perspectivas são apontadas em meio a práticas e transformações urbanas que estavam acontecendo na cidade.

O que significa, também ressaltar contradições aos poderes instituídos, pois o jovem Agnaldo trabalhava como servente em uma obra faraônica da cidade para ajudar a colocar comida dentro de casa para sua família, no entanto, apenas a elite da cidade tinha acesso à compra desses apartamentos às margens do calçadão da Beira-Rio, ponto turístico de Itumbiara.

Em sua fala o entrevistado salienta um campo de luta por sobrevivência, por espaço em meio às transformações físicas da cidade que emergem na diferenciação entre a elite e os trabalhadores.

A fala do morador nos permite perceber como a desigualdade e a pobreza são frutos de uma sociedade que se constrói em meio a processos de exploração das necessidades básicas de alimentação, saúde e moradia dos trabalhadores, circunstâncias essas que fazem com que busque trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, como é comum de se esperar, os jornais diários de Itumbiara não apresentam textos sobre as desigualdades sociais enfrentadas por muitos trabalhadores que temiam necessitar da assistência pública da saúde porque sabiam da realidade concreta, viviam e experimentavam o cotidiano de morar/viver na cidade, cuja saúde pública não oferecia condições necessárias de atendimento, pois faltavam médicos e medicamentos, o hospital apresenta má higienização, quartos com 7 pacientes, pessoas morrendo na fila de espera por um transplante ou até mesmo por uma vaga na UTI.⁶⁶

É essa a realidade enfrentada não só por esses sujeitos, que evidenciamos na realidade não apenas desses trabalhadores, mas por nós mesmos: um sistema de saúde falido e fadado à corrupção.

Assim, dialogamos com pessoas que percebem que os trabalhos braçais são destinados a uma parte da sociedade que não tem “qualificação profissional”, trabalho esse que não era só o do cortador de cana desvalorizado, mas também o do servente, do boia-fria, do pedreiro,

⁶⁵ AGNALDO, 2013.

⁶⁶ CONDIÇÕES DA SAÚDE. **Jornal Folha de Notícias**, Itumbiara, a. XIX, n. 3.796, s./p., 12 out. 2014.

da doméstica, fruto de relações e formas de organização do meio social constituída por relações de poder, submissão e exploração.

Conforme dito, os trabalhadores da cana não são apenas esses, mas tantos outros que enfrentam diariamente as tensões de viver na cidade e sabem que necessitam vender sua mão de obra em troca de sobrevivência, pois precisam comer, precisam de moradia, precisam de dinheiro para comprar remédio, motivações essas que faziam com que lutassem diariamente disputando sua vida.

A fala desse trabalhador recorda uma conversa informal que tive há muito tempo com uma senhora que me contou um pouco de sua vida e das dificuldades pelas quais passava. Lembro-me de que algo me marcou em sua fala quando ressaltou que a “vida do pobre é uma luta pelo pão” (informação verbal).⁶⁷ Percebo que não é apenas o trabalhador Agnaldo que compartilha dessa visão, mas tantos outros trabalhadores que conscientemente sabem quanto custa lutar pela vida. Custo esse não apenas econômico, mas que inclui valores e modos de vida, pois quantas vezes as pressões levam tais trabalhadores a terem que se condicionar a aceitar certas ações humilhantes, como revela o cortador de cana Élio Pereira:

Carla: Como o senhor percebe a relação do trabalhador de cana com o patrão?

Élio: As firma preocupa com a sua mão de obra, se a pessoa tiver sadia tá bão se não tiver manda embora, porque tem muita gente para trabalhar aí eles abusa da gente, porque até grita com a gente grita às vezes, danava com a gente como fosse pai da gente, ou se obedecia ou ia para rua e como a gente precisava tinha que abaixá para eles (informação verbal).⁶⁸

Élio resalta como se constituem as relações de poder a que são submetidos os trabalhadores de cana, demonstrando sua visão sobre a convivência com os patrões. Conscientemente ele destaca que é uma relação de exploração entre o empregador e empregado, pois o que vale para as empresas é o lucro que a mão de obra dos trabalhadores oferece. Quando o trabalhador não produz o suficiente e não se enquadra nas regras estabelecidas no sistema produtivo é descartado.

As narrativas do trabalhador ressaltam as formas de dominação exercidas pela instituição, enfatizando como o encarregado abordava e tratava os trabalhadores. Essas recordações demonstram como se constituem as relações e as regras de um jogo.

Tais regras significavam obedecer a seus superiores e atender aos mandos e desmandos destes como forma de garantir o emprego, questões que faziam parte do cotidiano

⁶⁷ AGNALDO, 2013.

⁶⁸ ÉLIO, 2013.

desses trabalhadores da cana, pois a permanência no serviço dependia de sua disciplina, organização, obediência e produtividade.

O trabalho era visto por esses sujeitos como forma de criar a família, garantir as necessidades básicas de alimentação, remédios, moradia. Tais concepções ressaltadas pelo trabalhador expõem sua visão de mundo e como percebe as relações de coerção moral e as pressões sofridas diariamente.

As evidências analisadas na imprensa local demonstram que na cidade de Itumbiara o poder público busca definir memórias/histórias que devem se perpetuar na cidade, camuflando tensões sociais sofridas no cotidiano de morar e trabalhar dos sujeitos, construindo um ideário de harmonia e conquista, uma utopia vivida pela população. No entanto, ao interpretar as vivências e experiências dos trabalhadores da cana, observamos que eles expressam em suas narrativas as contradições, as disputas na sociedade, demonstrando as circunstâncias que os colocaram naquela condição de vida, abrindo novos horizontes para construir história diante das aspirações vividas pelos sujeitos.⁶⁹

Torna-se evidente que esses trabalhadores, ao narrarem seu processo de chegada e sua manutenção na cidade de Itumbiara, destacam sua percepção das vivências e transformações que ocorriam não apenas no urbanístico da cidade, mas em suas vidas, pois passam a viver em um local com hábitos, costumes, valores e crenças diferentes das que tinham em seu local de origem, assim não enfrentaram apenas dificuldades para morar/viver em uma cidade estranha, mas foi necessário (re)elaborar seus modos de vida em razão das dificuldades que enfrentavam e que os condicionaram a buscar outra cidade para viver.

No universo de vivências e experiências desses sujeitos é possível observar que constroem em suas narrativas um conjunto de atos que justificam seus motivos e sonhos ao buscarem outro local para viver, relatando quais eram as expectativas de sua família ao chegar à cidade e quais foram as circunstâncias reais que enfrentaram, narrando em suas vivências os sonhos e desencantos articulados à sua trajetória de vida e trabalho.

Nesse sentido, a cidade que emerge das narrativas orais dos trabalhadores da cana constitui um marco referendado na década de 1970, com mudanças que estavam ocorrendo nos viveres da cidade, no espaço físico que a projetava como caminho do desenvolvimento.

Com tais referências interpretativas fizemos uma entrevista com o trabalhador da cana Divino Pereira,⁷⁰ residente em Itumbiara desde 1973, atualmente trabalhando na empresa

⁶⁹ THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997.

⁷⁰ Divino Pereira (Pepe), de Uberlândia, 51 anos, residente em Itumbiara desde 1973, trabalhador da Usina de 1976 a 1986, atualmente trabalha na empresa Construba Serviços Gerais, no setor da limpeza.

Construba Serviços Gerais, que realiza a coleta seletiva do lixo na cidade. Meu contato com esse morador e trabalhador advém de conhecê-lo por meio dos círculos de amizade de meu pai, que intermediou nosso contato para realizarmos a entrevista em sua casa em uma quarta-feira.

Quando busquei dialogar com Divino a respeito de sua vivência e das condições de vida do trabalhador de cana, ele logo salientou “que era muito difícil” (informação verbal).⁷¹

Sua fala nos levou a pensar quais eram as dificuldades enfrentadas por esse trabalhador no cotidiano e como ele percebia tais relações no presente.

Carla: O senhor havia ressaltado antes mesmo de iniciar a gravação que as condições de vida eram muito difíceis. Gostaria que explicasse melhor quais foram as dificuldades enfrentadas para morar na cidade de Itumbiara.

Divino: Olha quando cheguei mais meus pais e meus irmãos eu tinha uns 11 anos, lembro que logo meu pai saiu de Uberlândia, porque lá tava muito difícil de serviço para nós, porque desde os 10 anos trabalhava com meu pai ou catando tomate, ou panhando algodão, desde criança vivemos uma vida difícil e, por não ter serviço lá, meu pai achou melhor vim para Itumbiara, procurá serviço, chegando aqui ele arrumou serviço na Usina Alvorada de cortador de cana e eu não fui não, fiquei na boia-fria, aí quando acabou arrumei serviço lá também com meu pai, o serviço era demais e pesado trabalhava de baixo de sol, chuva, tinha que trabalhar. Hoje minha vida tá boa demais, tenho minha casa própria, comprei juntando pouquinho todo mês, tenho uma boa alimentação, tenho minha moto, trabalho menos nesse serviço de limpeza, fiz minha vida aqui, aqui é mió de se vivê (informação verbal).⁷²

Na interpretação de sua vida, Divino se remete às recordações que tem sobre os motivos de falta de emprego na cidade de origem que os levaram a buscar viver em outro local, compartilhando vivências de uma vida difícil de trabalho desde criança junto ao seu pai para sobreviver e ajudar a família.

Sérgio Paulo Morais, na pesquisa *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-2000)*,⁷³ resalta esse processo de expropriação de trabalhadores, partindo da análise das modificações na cidade Uberlândia a partir de 1970 que levaram à degradação das condições de vida de trabalhadores do campo, donas de casa e domésticas.

O jornal da cidade ressaltava algumas transformações nos modos de vida da população de Uberlândia, como as dificuldades econômicas e o alto custo de vida. As explicações para tais mudanças advêm de fatores de desenvolvimento urbanístico e de questões financeiras:

⁷¹ PEREIRA, Divino. **Entrevista**. [26 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

⁷² DIVINO, 2013.

⁷³ MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000**. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Uberlândia, Uberlândia, 2002.

O desenvolvimento faz ou não evita que a nossa seja uma região expulsora de população, o que tem demonstrado uma certa precariedade de condições de vida, e principalmente êxodo rural, onde o campo está se esvaziando cada vez mais, esvaziamento que também se estende a algumas cidades à medida que a urbanização se concentra em núcleos como Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba.⁷⁴

Em outro informativo, o *Jornal da Hora* aborda a questão do alto custo de vida em Uberlândia:

O índice do custo de vida no mês de fevereiro (1984) foi o mais alto dos últimos doze meses em Uberlândia. Conseguiu até mesmo ultrapassar os 13,25% do mês de setembro de 83. Ele chegou a 16,99%. Os produtos e serviços que apresentaram as maiores variações dentro dos grupos a que pertencem foram os seguintes: Serviços Públicos e de Utilidade Pública: energia elétrica, 33%; correspondência ECT, 30%. Alimentação: chuchu 155,97%; vagem, 101,99%; jiló, 76,96%; banha fresca, 50,16%. Produtos não alimentares: livros didáticos, 74,59%; camisa de malha infantil, 67,73%; peças avulsas (xícaras), 46,77%; livros literários, 44,10%. Outros serviços: dentista, 77,78%; lubrificação, 29,61%; gasolina, 26,74%; exame clínico (raio X), 21,71%. As informações foram oferecidas pelo sub-gerente do Cepes, José Naves.⁷⁵

Como evidência na imprensa local abordada na pesquisa de Sérgio Paulo Morais, o grande índice de aumento das necessidades básicas de sobrevivência em Uberlândia, como água, energia, moradia e alimentação, era uma das questões que dificultava a vivência na cidade e que fazia com que os trabalhadores buscassem outro local para viver que possibilitasse a eles melhores condições de vida.

Nesse aspecto, o entrevistado salienta os motivos que o levaram a sair da cidade de Uberlândia para residir em Itumbiara, retratando em quais tipos de serviços trabalhou no campo até entrar no corte de cana, que recorda como é um trabalho sofrido e pesado, debaixo de sol e de chuva, afirmando que tinha que trabalhar porque dependia daquele dinheiro para comer. Percebe-se em sua fala que está a dizer que não tinha opção porque sua família precisava daquele emprego e da renda que sua mão de obra fornecia.

As noções apresentadas por Divino são perceptíveis nas narrativas orais dos trabalhadores da cana citados no texto, mas buscamos entender como esse cortador interpreta sua vivência quando chegou à cidade e como a compreende hoje.

Quando Divino ressalta que hoje vive bem melhor, ele se refere às lembranças de sua vida de trabalho desde criança. O trabalhador constrói sua perspectiva de vida diante do vivido, o que o faz ver o hoje e narrá-lo como uma conquista, pois sua família saiu de sua cidade de origem em busca de melhores condições de vida e conseguiu obter casa própria e alimentação melhor, sendo que hoje ele tem sua moto com dignidade, pois conseguiu esses

⁷⁴ JORNAL PRIMEIRA HORA, 1983 apud MORAIS, 2002, p.35

⁷⁵ JORNAL PRIMEIRA HORA, 1984 apud MORAIS, 2002, p.36

bens materiais com o suor de seu trabalho. Sua explicação é demarcada com exemplos de conquistas de bens materiais que sua família não possuía quando morava em Uberlândia-MG, revelando um tempo demarcado pelas falas “vim para Itumbiara” e “aqui é mió de vivê” (informação verbal)⁷⁶ como significante das relações de pertencimento, apresentando um sentimento de conquista ao narrar as vivências e experiências de um trabalhador cortador de cana na cidade de Itumbiara.

Dessa forma, o tempo narrado por Divino, que é recordado articulado às expectativas que levaram sua família a residir em Itumbiara e às dificuldades do trabalhador lutando por alimento, por uma moradia própria, necessidade de possuir um meio transporte revela marcas que justificam as razões de continuar a viver na cidade, pois aqui constituiu relações e sonhos de uma vida talvez considerada melhor.

Dialogando com os trabalhadores da cana fui percebendo que ao narrarem suas condições de trabalho no cotidiano de cortadores da cana relatam que sua busca de sobrevivência com a família os levou a buscar alternativas, a vir a residir em outra cidade na perspectiva de conseguir um emprego que lhes possibilitasse melhores condições de vida. São recordações que revelam um processo de desafio, as incertezas, o sofrimento e as conquistas que são sentimentos que são referendados e interpretados nas narrativas orais dos trabalhadores da cana ao se referirem às suas vivências e experiências na cidade.

Na entrevista realizada com o cortador da cana José Jenuíno,⁷⁷ irmão de Maria Gabriela, Sula, nosso contato foi estabelecido graças a esta, que informou que seu irmão também havia trabalhado no corte de cana na Usina Alvorada e que estava morando com ela nesses últimos meses.

Ao realizar a entrevista com Maria Gabriela fiquei de retornar para conversar com seu irmão, que não estava no momento. Quando retornei à tarde à casa de Maria Gabriela, expliquei que queria conversar com José Jenuíno sobre o trabalho do cortador de cana, pois sua irmã havia dito que ele também havia trabalhado na Usina Alvorada. Dessa forma, marcamos a entrevista. Ao chegar à casa de Maria Gabriela, José já estava na porta da rua a me esperar, e assim que cheguei adentramos na casa.

Quando falei com José que iria gravar nosso diálogo em razão da pesquisa, ele se sentiu envergonhado em dúvida se saberia falar, mas expliquei que o interessante era agir

⁷⁶ DIVINO, 2013.

⁷⁷ José Jenuíno, 65 anos, originário da cidade de Teixeira, região da Paraíba, residente em Itumbiara desde 1970, trabalhador da Usina de 1970 a 1989, estando aposentado atualmente.

naturalmente, sem se preocupar em falar bem, porque o que eu estava a buscar era entender pessoas como ele, trabalhadores da cana, e a trajetória de suas vidas.

Carla: José Jenuíno, gostaria de conversar com o senhor a respeito das condições de vida do trabalhador da cana, entender quais motivos o levaram a vir a residir em Itumbiara, quais as dificuldades enfrentadas por um trabalhador ao morar/viver na cidade e o que motivou a permanecer aqui.

José Jenuíno: Olha, como lá na Paraíba, morava na cidade de Teixeira lá era uma seca, até hoje é, não tinha condições de viver, porque não tinha como alimentar, não tinha serviço, mas quando vim para cá não foi junto com meus pais não, porque eu casei fui morar em Alagoas, só que separando da mulher busquei ficar perto da família, como eles estavam aqui em Itumbiara, vim morar com eles, chegando aqui meus pais e minha irmã Sula já trabalhavam na Usina Alvorada, aí arrumaram serviço para mim, apesar de ser um serviço pesado e desgastante no sol e na chuva, era o que tinha para quem não tem estudo naquela época, mas num posso reclamá não, porque nós passamos por dificuldades, mas hoje minha vida se fez aqui tenho minha casa, tenho minha família, tenho condições de alimentar melhor, tenho minha moto, vivo bem apesar dos tropeços da vida melhorou demais (informação verbal).⁷⁸

Em sua narrativa o trabalhador da cana ressalta que veio para Itumbiara não apenas por questões econômicas, mas por querer ficar perto de sua família, que já havia chegado à cidade em 1967 em busca de melhores condições de vida em razão de a cidade de Teixeira ser seca e de não ter como sobreviver lá, porque faltava emprego.

Nessa perspectiva, entendemos que demarca sua chegada à cidade em busca da família, como é destacado em sua fala ao informar que seu pai e irmã trabalhavam na usina, que era o emprego que havia para as pessoas que não tinham uma profissionalização. Ao salientar tais questionamentos evidencia as dificuldades sofridas pela família por não possuir escolaridade. Dessa forma, interpreta sua vivência articulada a uma visão de mundo em que destaca que havia emprego para sua família na cidade de Itumbiara, mas que era serviço braçal.

Em seu relato expressa as ações frente as condições de trabalho, moradia e padrões de vida de um trabalhador e de sua família, demonstrando em sua narrativa quais os espaços, circunstâncias e pressões que se constituíram em sua trajetória de vida na cidade.

O trabalhador da cana coloca-se em meio ao processo social entre conflitos, disputas, contradições e a luta pelo pão de cada dia articulada à sua expectativa de um futuro melhor, elaborando sua visão de mundo em sua própria vivência cotidiana. Em relação a tais evidências, salienta que as dificuldades enfrentadas em sua vida começaram em sua cidade de origem, construindo uma trajetória de vida marcada por conflitos, expectativas e conquistas.

⁷⁸ JENUÍNO, José. **Entrevista**. [26 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

O trabalhador da cana constrói em suas explicações para permanecer na cidade em meio a uma justificação que nos fazem compreender necessidades e permanência na cidade. Porém, permanecer não significa usufruir das belezas e bônus, mas sim, marca meios de manter a sobrevivência, demonstrando uma condição de classe, superando as adversidades em meio aos desafios diários, as quais os relatos demonstram as dificuldades sofridas, que são evidenciadas pelo narrador na busca de sobreviver no mercado de trabalho vendendo sua mão de obra para a aquisição da casa própria, de uma alimentação melhor e de sua moto para garantir o pão de cada dia.

Nesse sentido, pensemos em como se constituem as vivências desses trabalhadores⁷⁹ na sociedade com a elaboração de mecanismos hegemônicos que articulam sentidos *do e para* viver na sociedade de hoje, com a dinâmica do consumo de bens materiais sentidos/significados que estabelecem a ordem social e condicionam as relações vividas no presente e são apresentados como forma de valores na sociedade.

Compreende-se que os mecanismos da sociedade tendem a ocultar as tensões inerentes a esse processo que constitui uma sociedade formada pela desigualdade e exploração, criando mecanismos que favorecem e mantêm a estrutura e a ordem capitalista, elementos esses que ocultam os conflitos e as condições crescentes da centralização do poder. Veiculam-se programas de financiamento de imóveis, empréstimos e parcelamento de produtos com longo prazo para pagamento, de forma a criar a sensação de que qualquer pessoa tem a oportunidade de possuir os bens básicos de consumo, desvinculando as tensões e desigualdades sociais da elaboração das ações de uma elite que articula as relações sociais em “hierarquias e *status* financeiros”.

No entanto, perceber esses trabalhadores como consumidores reduz a trajetória e a visão de mundo dessas pessoas, pois esses sujeitos têm sonhos, sentimentos, necessidades de moradia, alimentação na perspectiva de melhores condições de vida não apenas para si, mas projetam um futuro renovado para seus filhos e acreditam que o caminho para isso seja a educação formal.

⁷⁹ Como destacado na nota de rodapé número 29, sobre os trabalhadores destacarem os bens materiais que possuem atualmente como “símbolos” de uma melhor condição de vida, esclarecemos que entendemos tal fato diante da realidade de sua trajetória, porém nos propomos a interpretar como este se relaciona ao enredo social, histórico e político em que vivemos. Portanto, ao interpretar as narrativas dos trabalhadores da cana, abre-se um horizonte de “possibilidades” a serem trilhadas no caminho da produção do capítulo posterior, sendo discutida nesse processo a trajetória destes dentro do tempo histórico, entendendo o que se modificou na sociedade de hoje, pois a partir de 1986 a Usina passou a assinar as carteiras dos trabalhadores da cana, regularizando pelas legislações trabalhistas o serviço do trabalhador rural, interpretando o que mudou nas condições de vida e trabalho dessas pessoas.

Nesse sentido, indaguei a José Jenuíno a respeito de como foi a constituição/aquisição do sonho de possuir casa própria e até mesmo uma moto e financiamentos:

É assim, fui trabalhando juntando um pouquinho todo mês, até dar entrada no lote aí o resto foi pagando prestações, e fiquei morando de aluguel mais minha mãe e meus irmãos até fazermos os dois cômodos para vim morar eu mesmo que fui construindo com a ajuda de um servente, a casa não tinha nem porta, mas moramos assim mesmo até aos poucos foi colocando porta, cimentando, e para finalizar com reboque e piso os acabamentos que coloquei aí tive que financiar na caixa um dinheiro, fiquei pagando cinco anos o financiamento, agora perguntou da moto, a primeira moto que tive foi à vista, juntei dinheiro para comprar com acerto da usina, porque terminava a safra mandava embora aí daquele dinheiro fui juntando até comprá a moto (informação verbal).⁸⁰

Sua elaboração sobre os motivos de ter vindo residir na cidade e permanecer nela deixa claro que na dinâmica dos acontecimentos e das dificuldades financeiras passadas com a família compreende que buscam melhores condições de vida por meio da aquisição da casa própria, de melhor alimentação e educação.

No entanto, sua fala ressalta que tem consciência do meio social em que vive e das relações de poder e injustiças sociais, pois quando destaca que foi necessário morar em uma casa em que não havia nem portas, revela que suas conquistas foram se fazendo em meio a dívidas com juros monetários de financiamentos oferecidos pelo governo.

É nesse terreno conflituoso e contraditório que se constituem as vivências dos trabalhadores da cana, em uma sociedade que prioriza meios que articulam a permanência da ordem social baseada na desigualdade e na exploração, assim influenciando e organizando padrões de consumo e valores sociais que são postos como “verdades” revelando os sentidos/significados de viver na sociedade, limitando os bens de compra e consumo dos trabalhadores como forma de se manter os elementos de distinção social, política e econômica do viver desigual da cidade.

Nesse sentido, procurei investigar e problematizar neste capítulo as vivências e experiências dos trabalhadores da cana evidenciando os limites da sobrevivência como contraposição aos projetos e imagens construídas na imprensa local da cidade, questionando em quais condições de vida se deu a instalação e manutenção desses sujeitos.

Chama atenção que quando indagados sobre os motivos não apenas de terem vindo buscar emprego em Itumbiara, mas de terem permanecido na cidade, constroem suas explicações relatando as dificuldades para morar/viver em Itumbiara quando chegaram, pois não possuíam moradia, trabalhavam no corte da cana, tinham uma alimentação inferior a dos

⁸⁰ JOSÉ, 2013.

tempos atuais, mas justificam que permaneceram, pois aqui construíram suas relações *com* a cidade e *na* cidade, constituíram outra família, conseguiram comprar casa própria e automóveis.

Os entrevistados constroem um diálogo em que justificam que, apesar das adversidades e hostilidades da cidade e das relações de poder, o sentido de permanecerem está calcado nas melhores condições de vida encontradas aqui. Assim algumas perspectivas e projeções se realizaram em suas trajetórias de vida.⁸¹

Estamos a falar do sonho das pessoas de possuir casa própria, um emprego e de sustentar a família, que constituem as motivações que fizeram com que os trabalhadores da cana viessem a residir em Itumbiara e permanecessem na cidade, realizando tais sonhos mesmo diante das dificuldades iniciais enfrentadas.

Assim, interpretar a trajetória de vida desses trabalhadores nos leva a repensar, como aponta Paulo Roberto de Almeida, a interpretar a vida e o trabalho articulados às vivências e experiências dos sujeitos. Assim:

Tenho aprendido que trabalho significa muito mais que uma ocupação ou um salário para garantir sobrevivência cotidiana, significa realização de expectativas e possibilidade de um futuro renovado. Sua ausência marca de maneira profunda a vida das pessoas e parte do desencanto com a cidade está intimamente ligado a essa carência que gera insegurança e incertezas.⁸²

É no entretecer das interpretações realizadas no processo de investigação que buscamos entender quem são essas pessoas, o que buscavam em sua luta pela sobrevivência, quais eram seus sonhos, quais conflitos enfrentaram em sua vivência na cidade, constituindo a perspectiva de análise interpretativa da trajetória das vivências e experiências dos trabalhadores da cana na cidade de Itumbiara a partir da década de 1970.

Na perspectiva de compreender os trabalhadores da cana e as relações estabelecidas em sua vida e emprego, partimos para a problematização das condições de trabalho oferecidas nos canaviais da Usina Alvorada e de que formas foram se constituindo as relações de trabalho e a venda da mão de obra por esses sujeitos.

⁸¹ Nesse sentido, no segundo capítulo discutiremos a que custos se deu a conquista dessas perspectivas e projetos de vida dessas pessoas.

⁸² ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetória, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia 1970-2000. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo. Olho d'Água, 2004.p. 154.

2 TRABALHADORES: LUTA, SOBREVIVÊNCIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA

No capítulo anterior, nós nos propusemos a discutir os elementos que são narrados pelos trabalhadores da cana residentes em Itumbiara. Nesse aspecto demonstramos alguns dos motivos, das dificuldades, dos sonhos e na trajetória de vida desses sujeitos que chegaram e passaram a viver nela.

Neste capítulo serão interpretadas as relações de trabalho nos canaviais e em quais condições estava sendo vendida a mão de obra dos trabalhadores. Partindo desse horizonte de “possibilidades” serão analisadas as vivências e experiências cotidianas relatadas pelos trabalhadores, buscando o entendimento dos sentidos e significados das relações constituídas por esses sujeitos. Assim, nossa proposta é discutir o processo histórico interpretado dentro da conjuntura social, política e econômica do Brasil no período ditatorial e os movimentos sociais sindicalistas no campo em final da década de 1970, portanto devemos entender a correlação existente em um processo histórico mais amplo, partindo das narrativas orais dos trabalhadores da cana.

Ao longo de nossa história, desde os períodos coloniais, a concentração da propriedade de terra marca os caminhos da sociedade brasileira, questão essa que emerge na formação de uma sociedade desigual, condicionada a problemas sociais como a fome, baixos níveis de escolaridade, precariedade em relação à assistência na saúde pública, à infraestrutura e à moradia.

Como nos propomos a discutir as evidências articuladas às experiências e vivências dos trabalhadores da cana, a fala de Maria Gabriela demonstra sua trajetória e visão de mundo a respeito dos primeiros anos da Usina Alvorada e sua relação com a cidade, possibilitando-nos caminhos para entender o processo histórico do país.

Carla: Como era a usina quando a senhora começou a trabalhar nela? Como era feito o pagamento? Vocês tinham carteira assinada?

Maria Gabriela: A Usina quando comecei a trabalhar lá como falei era criança tinha uns 12⁸³ anos, trabalhava picando cana para pôr no suco, e tinha muita criança trabalhava na usina, quando comecei era pequena não é como hoje, grande, o pagamento era por semana pagava lá mesmo o escritório da usina, lembro que tinha até garapa para quem quisesse beber, nós ia trabaia de caminhão o pau de arara, quando tava chovendo a gente já chegava tudo moiado na roça pingando, e também não davam nessa época as coisas que davam depois de assinar carteira em 1988, como podão, boné, mangote, butina, davam não; a gente tinha que comprá. Só

⁸³ Ressaltamos que o período que Maria Gabriela esta a refere-se sobre a usina e sua relação com a cidade é meados dos anos de 1967, quando veio a residir na cidade.

passou a dá depois que veio a lei mesmo e obrigou os patrões e o maior tempo perdi de trabalho porque não tinha carteira assinada.

Carla: Não havia nem contrato realizado com os trabalhadores?

Maria Gabriela: Não, não tinha nada de contrato, a gente ia trabalhar e podia mandar a gente embora sem direito a nada a qualquer hora, porque não tinha lei para regular.

Carla: A senhora percebeu alguma modificação na relação com a cidade? Quando passou a assinar a carteira de trabalho vinham mais trabalhadores em busca de emprego?

Maria Gabriela: Assim, o que a gente vê que cada vez mais vinha pessoas trabalhar na Usina, porque ela foi crescendo aí precisava de mais cortador aí que vai chegando gente, e faz até mesmo a cidade crescê, porque o povo vem de fora aluga casa para morar até terminar a safra, então movimenta a cidade.

Carla: Mas essa intensificação de pessoas vindo de outras cidades para trabalhar na Usina Alvorada, a senhora sabe mais ou menos em que ano começou a chegar um maior numero de trabalhadores de fora?

Maria Gabriela: Olha, foi depois de passar assinar carteira, que começa a ter mais gente para vir trabalhar na usina, ali por volta de 1989 e nos anos 90 é mais ou menos nesse período mesmo. Era comum ter muita criança trabalhando. Nada, nada umas 40 crianças trabalhando e imagina a gente era pequeno mexendo com podão tinha perigo grande de cortá a perna ou o braço, mas acontece que precisava a família, e para criança pagava só meio salário mínimo.

Carla: Nunca foi nenhum fiscal para olhar se havia criança trabalhando nos canaviais?

Maria Gabriela: Olha, se já foi fiscal lá nunca chegaram a ir na lavoura da cana ver não, só se fosse no escritório e lá eles seguravam, na lavoura não ia (informação verbal).⁸⁴

A entrevistada inicia sua fala ressaltando que chegou à cidade por volta dos anos de 1967. Salientamos que nesse período iniciam com vigor as políticas governamentais no Brasil com iniciativas para o país se desenvolver industrialmente, transmitindo um ideário de que o poder público estaria em suas ações defendendo campos de interesse social. São relativizados tais conceitos de desenvolvimento e progresso como políticas universais benéficas à sociedade e muitas vezes postas como desejo não apenas dos governantes, mas da população, porém compreende-se que estamos a lidar com sujeitos vivos, com sentimentos, angústias e a esperança de um futuro melhor.

A entrevistada narra o crescimento da Usina Alvorada, no entanto, deixa claro que as relações de poder e exploração permanecem como vínculos e elementos constituintes desse desenvolvimento, fazendo-nos entender as relações vividas por esses trabalhadores, relações essas que se configuram na ética do mercado, transitando entre dimensões de exclusão.

Esse período se destaca pela problemática da reforma agrária e pela sindicalização de trabalhadores rurais,⁸⁵ o que marca a organização de movimentos sociais no país, buscando

⁸⁴ MARIA GABRIELA, 2013.

⁸⁵ No início dos anos 50 com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização da agricultura houve o processo de aceleração da expulsão da população rural, ocasionando demanda de desemprego. Desta forma sobreviviam realizando serviços domésticos e bicos que apareciam no dia a dia. Vale destacar que a legislação trabalhista corporativista não incluía os trabalhadores rurais dos benefícios alcançados em movimentos como o piso salarial – salário mínimo estabelecido. Cf. MENDONÇA; FONTES, 2006.

reivindicar acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Crescia o movimento dos “sem - terras”, exigindo desde a abolição de formas de trabalho tradicionais no campo, até melhorias salariais e infraestruturais – escolas, esgotos, estradas, habitação.⁸⁶ Por outro lado à medida que as formas de mobilizações sociais cresciam, configuravam-se em conflito com as formas de controle social utilizadas, resultando em interferências nos sindicatos, como a eleição de líderes “pelegos”, os homens de confiança do governo.⁸⁷

A realidade do trabalho infantil nas lavouras de cana é encontrada cotidianamente como é explicitado pela narradora, e a justificativa para isso está na necessidade de ajudar os pais a colocar alimento na mesa. É sob essas condições que perduram as políticas públicas de desenvolvimento econômico na agricultura para o país, sendo esse o ponto que desejamos desdobrar: as contradições da realidade concreta do viver dos trabalhadores da cana.

A fala da narradora sobre a sua trajetória de vida como trabalhadora da cana apresenta indícios de como era a Usina Alvorada quando se instalou na cidade, mostrando um contraste com a situação atual, em que é tida como potência privada na região, com uma produção de 1.750.000 toneladas na safra de 2013/2014.⁸⁸

Em sua narrativa, Maria Gabriela demonstra como a mão de obra era vendida para os usineiros do ano de 1967 ao período de 1988, ainda sem carteira assinada nem oferecimento de EPI (equipamento de proteção individual). O pagamento era semanal, realizado no próprio escritório da empresa e feito em dinheiro. O interessante é que quando a entrevistada narra que era pago em dinheiro, demonstra as mudanças que foram ocorrendo com o passar dos anos no trabalho nos canaviais, pois com a assinatura da carteira dos trabalhadores, os pagamentos passaram a ser feitos em cheque.

Maria Gabriela ressalta com descontentamento as dificuldades na vida como trabalhadora da cana, uma vida em que o sofrimento, a exploração e a luta pelo pão de cada dia são os elementos constantes de sua trajetória.

O trabalhador cortador de cana está inserido como objeto na lógica governamental, sendo que perdura nas relações a preocupação com a “rentabilidade” que a mão de obra barata e temporária oferece ao empreendimento. Oferecer as mínimas condições básicas de segurança para o trabalhador não faz parte da lógica do capital. Os mecanismos valorizados e

⁸⁶ MENDONÇA; FONTES, 2006.

⁸⁷ MENDONÇA; FONTES, 2006.

⁸⁸ USINA ALVORADA. 2014 Disponível em: <<http://www.usinaalvorada.com.br/index.php/producao/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

impostos aos sujeitos são manter o ritmo e a disciplina, elementos fundamentais para garantir rentabilidade na produção para os usineiros.

A luta cotidiana para sobreviver desde criança faz parte das vivências e da experiência de vida desses trabalhadores, que têm consciência das condições que estavam sendo impostas a eles e das relações de poder, mas também conhecem as suas necessidades de alimentação, de pagar aluguel, de comprar um medicamento, elementos esses que fazem parte do conflito demarcado na sua vivência.

A fala da trabalhadora traz relatos de como ela percebe os conflitos e as relações de poder na sociedade. Assim, nessas situações de conflito e luta por sobrevivência é que se constituiu o milagre econômico do crescimento mercantil de exportação de produtos, por meio da coerção da mão de obra de milhares de trabalhadores, pois os usineiros e governantes sabem das necessidades básicas desses sujeitos de comprar alimento para família, sabiam que havia muita reserva de mão de obra e por isso tiraram proveito dessas circunstâncias para se fazerem proprietários industriais. Como é evidenciado na fala de Élio, “como tinha muita gente aí, faltava serviço, eles abusava falava que se num fizer direito serviço e obedecer vai pra rua” (informação verbal).⁸⁹

A narrativa desse trabalhador reflete os mecanismos de submissão dos trabalhadores do corte de cana, com ameaça da perda do emprego, o que significava para essas pessoas a vida, pois era por meio da venda de sua força de trabalho que sobreviviam na cidade.

Os cortadores de cana relataram o cotidiano de trabalho na lavoura de cana entrelaçado às condições de precariedade vivenciadas, elaborando o fazer-se social nas relações sociais demarcado pela desigualdade na formação de uma cidade e de seus trabalhadores.

Desse modo, mesmo Maria Gabriela afirmando que não tinha lei que vigorasse a respeito das relações de trabalho nos canaviais, salientamos que a partir de 1963 instituiu-se o Estatuto do Trabalhador Rural, decretado pela Lei n.º 4214/1963⁹⁰, a qual tinha como proposta legalizar as relações e os direitos do trabalhador, porém, como destacado pela depoente, os decretos instituídos pela legislação não eram oferecidos aos trabalhadores de cana na Usina Alvorada. Esclareço que não partimos da concepção de que a legalização e a regulamentação do trabalho sejam vistas como caminho para a não exploração e coerção do trabalhador, entretanto, apresentamos a perspectiva da trabalhadora que destaca que a

⁸⁹ÉLIO, 2013.

⁹⁰BRASIL. Lei Ordinária n.º 4214, de 02 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília, 1963. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

impunidade e a ilegalidade permaneciam nos meios industriais, e as leis tornavam-se muitas vezes meros discursos e não práticas.

A trabalhadora apresenta descontentamento com a realidade vivida e as injustiças e impunidades praticadas, pois trabalhava sem nenhuma legalização, o que significava a insegurança do futuro do trabalhador rural e de sua família, favorecendo várias formas de coerção, porque, como destacado pela depoente, os patrões podiam despedi-los a qualquer momento. Eles não tinham nenhum direito trabalhista como conhecemos hoje, como Fundo de Garantia, seguro-desemprego ou acerto por tempo de serviço prestado. Essa realidade veio a se modificar com a legalização da Constituição Federal de 1988, pois os trabalhadores rurais passaram a ter os direitos trabalhistas instituídos nas relações de trabalho, mas a entrevistada não deixa de destacar que ainda permanecia a exploração como caminho da relação entre empregador e empregado.

Como exposto no Estatuto do Trabalhador Rural, estavam garantidos os seguintes direitos:

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural toda pessoa física ou jurídica que, por conta de terceiro, execute qualquer serviço ligado às atividades rurais, mediante utilização do trabalho de outrem.

Art. 5º Do contrato de trabalho deverão constar:

a) a espécie de trabalho a ser prestado;

b) a forma de apuração ou avaliação do trabalho.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 6º Desde que o contrato de trabalho rural provisório, avulso ou volante ultrapasse um ano, incluídas as prorrogações, será o trabalhador considerado permanente para todos os efeitos desta lei.⁹¹

Pelo artigo 5º da Lei n.º 4214/63, o trabalhador rural tem como direito exercer suas atividades equiparadas a um contrato que estabeleça os trabalhos que serão realizados e a forma de apuração do serviço prestado. Esse aspecto é contraditório em relação à realidade concreta vivenciada nas falas de Maria Gabriela, que ressalta que trabalhava sem nenhum tipo de contrato estabelecido com a Usina Alvorada, sendo que apenas após 1988 esta passou a realizar contratos com os trabalhadores cortadores de cana.

Quando indaguei a respeito dos motivos que fizeram a Usina Alvorada começar a assinar a carteira de trabalho dos profissionais, obtive a seguinte resposta:

Maria Gabriela: Porque aí veio a constituição e legalizô mesmo as coisas para nós.

Carla: Mas o que mudou para os trabalhadores?

⁹¹ BRASIL, 1963, s./p.

Maria Gabriela: Passamos a ter direito ao fundo de garantia quando mandavam embora após a safra, tinha também direito ao acerto, mudou, ficou melhor, mas a gente sabe que não era suficiente.

Carla: Já tinha ônibus para os trabalhadores?

Maria Gabriela: Ah, nessa época já passava até ônibus, aí melhorô porque pelo menos a gente já não saía de casa molhando até chegar na roça, e se tivesse frio também não sentia tanto de madrugada dentro do ônibus.

Maria Gabriela: E refeição, passaram a oferecer para vocês?

Maria Gabriela: Não, a comida a gente que tinha que levar e água também levava, mas de tarde passavam dando água em caminhão para quem quisesse encher a garrafa, mas era água quente, assim, natural (informação verbal).⁹²

A narrativa da trabalhadora parte de situações e relações de trabalho que estavam se redefinindo dentro de uma conjuntura social. A depoente ressalta mudanças que ocorreram nas relações de trabalho a partir de 1988, transformações essas que evidenciam práticas em um contexto e numa conjuntura firmada em uma cronologia vivenciada pela trabalhadora.

Nos anos 1970, é definido um período ditatorial que fica conhecido como “os anos de chumbo”, pois houve grande controle e disciplinarização política para conter qualquer tipo de movimentação contra o governo. Muitos caracterizam a ditadura dessa forma, em razão do controle das liberdades individuais, extinguindo na prática o direito a greve, regulamentou “novo” sindicato, criando uma política de sindicato interligado ao assistencialismo, como a possibilidade do filiado aos mesmos ter direito a casa própria, empregos em empresas públicas. Nesse sentido, são as formas encontradas pelo governo para controlar os movimentos sociais, com a repressão aos trabalhadores.⁹³

Nesse período, a ascensão do milagre econômico⁹⁴ não beneficiou os trabalhadores, pois a permanência do “arrocho salarial” e o fato de os reajustes salariais não acompanharem os movimentos econômicos da inflação no país trouxe precariedade para as condições de vida dos cidadãos. Tais aspectos são motivos que condicionam reivindicações sociais de trabalhadores lutando contra o sistema ditatorial em busca de melhores condições para sobreviver.

⁹² MARIA GABRIELA, 2013.

⁹³ MENDONÇA; FONTES, 2006.

⁹⁴ Compreendemos que essa definição de milagre econômico faz parte de uma criação da historiografia econômica brasileira que se desdobra em propaganda política do próprio regime, pois ocorreram políticas de desmanche de instituições públicas, abertura da economia com altas taxas de juros para importações no Plano Real, além da maior parte da dívida externa contraída nesse período, além das altas taxas de desemprego e do trabalho informal que cresciam no país, como observável nos anos de 1980, em que havia 13,6% de trabalhadores sem registro; em 1991, 26%; e em 1995, 27,3 %. Informações sobre o período, Cf.: POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999; FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: Quatro, 1982.

Tornam-se claras essas formas de coerção e exploração dos trabalhadores pelo patronato, conforme diálogo com Agnaldo a respeito das ações de greve realizadas pelos cortadores da cana:

Agnaldo: Quando fazíamos greve contra as condições de trabalho, porque às vezes tava barato demais a cana e o local tava ruim para cortar, juntávamos e fazia paralisação pedindo melhor pagamento da tonelada cortada, aí nós parava os motoristas dos caminhões e não deixavam passar para encher o caminhão e já avisamos que era para parar mesmo.

Carla: E qual era a reação dos patrões frente à greve e o sindicato?

Agnaldo: Os chefes da usina diziam que iriam aumentar, mas nem sempre cumpriam o trato feito com os trabalhadores e acontecia que acabava que o povo voltando a trabalhar porque precisa do dinheiro e o que tinha sido o cabeça da greve era mandado embora e ficava sujo na empresa, tido como grevista que levava os outros também a fazer o mesmo.

Carla: Mas e o sindicato?

Agnaldo: O sindicato não tava nem lá quando nós fazia paralisações nem ficavam sabendo que iríamos parar, porque era formada lá na hora na roça e todos paravam de trabalhar até os patrões darem alguma informação pra nós.

Carla: Mas o sindicato apoiava a greve dos cortadores? Como você percebe a relação do sindicato dos trabalhadores rurais com os trabalhadores?

Agnaldo: Eles fala que apoia as greves e querem melhoria para nós, mas na verdade acaba que não fazem nada, porque fica sempre do mesmo jeito.

Carla: Do mesmo jeito como?

Agnaldo: A gente acaba trabalhando demais para tentar ganhar um pouco a mais para conseguir comprar alimento, cuidá dos filhos, a verdade que sindicalistas falam que apoiam as greves, mais a hora que tá lá mesmo não luta de frente não (informação verbal).⁹⁵

A narrativa de Agnaldo se entrelaça a uma realidade social que perdura no Brasil, pois sabemos que a sindicalização está atrelada a métodos burocráticos, permanecendo com papel assistencialista e de acordos trabalhistas – contrato realizado com trabalhadores.

A historiografia brasileira apresenta a instituição do sindicalismo no Brasil atrelada ao Estado Novo e à normatização da CLT/1943, a qual criou regras para a abertura de sindicatos, sendo que estes deveriam estar vinculados às normas estabelecidas e reguladas pelo Ministério do Trabalho.⁹⁶

Os primeiros sindicatos instituídos foram a Confederação Nacional da Indústria (CNT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) – órgãos de representação sindical corporativista do setor industrial –, em 1938 e em 1946, respectivamente. Já a Confederação Nacional do Comércio (CNC) foi fundada em 1945, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) em 1946, sendo que o Decreto n.º 19.770 (que

⁹⁵ AGNALDO, 2013. Salientamos que as referências das vivências cronológicas do trabalhador se iniciam a partir de 1990, quando começou a trabalhar na Usina Alvorada como trabalhador braçal cortador de cana.

⁹⁶ HISTÓRIA do sindicalismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>. Acesso em: 03 set. 14.

regula a sindicalização das classes patronais e operárias)⁹⁷ define como norma a criação de um único sindicato por “categoria de trabalhador”, devendo este ser normatizado pelo governo e suas secretarias administrativas.

No entanto, apenas nos anos de 1960 o sindicato rural passou a estar vinculado legislativamente ao Ministério do Trabalho. Os órgãos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foram criados em 1964,⁹⁸ conjuntamente com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4214/63)⁹⁹ para legalizar as normas de trabalho no campo. No entanto, como destacado na narrativa de Maria Gabriela, os cortadores de cana que trabalhavam na Usina Alvorada nesse período não tinham nenhuma regulamentação por contrato de trabalho, estando o setor da agricultura dominado pelos latifundiários e setores do governo que não se preocupavam em regulamentar as relações dos trabalhadores rurais.

O Decreto n.º 8127 em 24 de outubro 1945.¹⁰⁰ A Confederação Rural Brasileira tinha a proposta de não dividir as classes dos patronatos e trabalhadores rurais com organizações que deveriam ter a mesma representatividade na confederação.

Diferentemente dos sindicatos industriais, que eram associados ao Ministério do Trabalho, propunha-se que o sindicato rural fosse vinculado ao Ministério da Agricultura, porém seria mantido pelos associados, que pagariam taxas para se filiar, tendo como apoio o governo.¹⁰¹

Essa estrutura da Confederação Rural excluía o trabalhador rural e a perspectiva de lutar por melhores condições de trabalho, pois eram os patrões que regulamentavam as relações de trabalho aos seus mandos e desmandos, tornando cada vez mais difícil a sobrevivência aos trabalhadores e suas formas de se organizar num sindicato representativo de sua “categoria”.

⁹⁷ BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931. **Regula a sindicalização das classes patronais e operárias.** Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.

⁹⁸ REVISTA Contag 40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo. [s./a.]. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

⁹⁹ BRASIL, 1963.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. **Dispõe sobre a organização da vida rural.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18127.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹⁰¹ MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

Assim, com o Decreto n.º 53.517/1964,¹⁰² estava fundada a estrutura sindical corporativista no campo, que se propunha a regulamentar o trabalhador rural dentro das legislações do Estatuto do Trabalhador Rural.

Entretanto, com o golpe militar em 1964 houve intervenção na legislação sindical. A proposta era adequar o sindicalismo rural às novas direções do governo ditatorial. Uma das primeiras etapas foi instituir juntas governamentais para dirigir os sindicatos com uma política assistencial e paternalista.

A Confederação dos Agricultores sofreu intervenção do Ministério Trabalho, que tirou líderes comunistas substituindo-os por católicos circulistas¹⁰³ com o objetivo de reformular as diretrizes dos sindicatos rurais, criando o Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais para formar dirigentes sindicais.

Vale destacar que as condições para transformar o sindicato em assistência social foram instituídas pelo governo militar, sendo que após quatro anos de instituição o Estatuto do Trabalhador Rural passou a regulamentar a assistência odontológica e médica dos trabalhadores.

Uma das primeiras etapas foi a criação do Funrural, (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) que propunha um programa de assistência ao trabalhador rural (Lei Complementar n.º 11/1971).¹⁰⁴ Os benefícios eram aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, auxílio funeral e serviço de assistência à saúde. Entretanto, observamos que os caminhos do processo de legislação atribuem ao sindicato a função assistencialista.

Com a política pública Programa Nacional do Alcool (Proálcool)¹⁰⁵ ocorreu a intensificação da produção de cana de açúcar nas regiões, tendo como sustento dessa estrutura a exploração da mão de obra temporária do trabalhador rural nos períodos de colheita.

¹⁰² BRASIL. Decreto n.º 53.831, de 25 de março de 1964. Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D53831.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁰³ Movimento apoiado pela Igreja Católica em contrapartida ao Partido Comunista, tendo como característica solucionar com o assistencialismo problemas sociais com a fundação de associações cristãs de operários e a formação de suas lideranças. Cf. SOUSA, Jessie Jane Vieira. **“Transcendência à disciplina”**: os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964). 1998. Tese Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998; TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes**: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. 1984. Dissertação Mestrado – Universidade São Paulo, São Paulo, 1984; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Círculos operários católicos**: práticas de assistência e de controle no Brasil. 1992 Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

¹⁰⁴ BRASIL. Lei complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências**. Brasília, 1971b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm>. Acesso em: 11 out. 2014.

¹⁰⁵ BRASIL. Decreto n.º 76.593, de 14 de novembro de 1975. **Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras providências**. Brasília, 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2014.

Assim, o trabalhador ficava desempregado ao término da colheita e não tinha nenhum tipo de garantia como o seguro-desemprego, pois trabalhava sem vínculo empregatício. Em busca de alternativas realizavam bicos¹⁰⁶ na cidade, como é destacado nas narrativas dos cortadores de cana de Itumbiara, que relatam que buscavam emprego de servente, para a capina de lotes ou de boias-frias quando estava na época da colheita de algodão ou tomate.

Com as transformações de valores a terra tornou-se economia especulativa e a houve a ocupação das fronteiras com novas formas de “modernização” na agricultura. No entanto intensificaram-se os protestos como formas de esgotamento da permanência das condições de vida e trabalho oferecidas aos trabalhadores rurais. Essas reações se deram num movimento de ocupação de terras que surgiu atrelado ao sindicalismo, mas que no decorrer do processo tornou-se autônomo, passando a ser conhecido como Movimento Sem Terra (MST).¹⁰⁷

Essas formas de resistência dos trabalhadores rurais são resultantes da busca de espaço político que lhes pudesse garantir melhores condições de vida.

Dessa forma, criou-se o Serviço Social Rural (SSR) Lei n.º 2613/1955¹⁰⁸ como órgão de assistência médica e educativa para os trabalhadores rurais, condicionado ao discurso de formar líderes que atuariam nos sindicatos para agremiar a sindicalização entre os trabalhadores.

Entendemos essas transformações na estrutura sindical como um processo de luta constante travado há décadas. Ainda perdura na realidade brasileira um sindicalismo atrelado a burocratizações da legislação e a funções assistenciais. Assim, propomo-nos a ir além da historiografia oficial¹⁰⁹ que narra a criação do sindicato do trabalhador rural, pensando em como os cortadores de cana relatam o papel do sindicato rural.¹¹⁰

Nesse sentido, retomamos como interpretação a narrativa de Agnaldo, a qual relata como eram as reações dos patronatos contra as formas de reivindicação dos trabalhadores, por meio do corte do ponto de trabalho e ainda do término do contrato daquele que teria “induzido” os outros trabalhadores a realizarem a paralisação. O “cabeça” da greve ficava

¹⁰⁶ Entendemos bicos como trabalhos temporários realizados sem vínculo empregatício.

¹⁰⁷ Cf. ALMEIDA, 2006; BEZERRA, Antonio Alves. **O jornal dos trabalhadores rurais sem terra e seus temas 1981-2001**. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹⁰⁸ BRASIL. **Serviço social rural**. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1955-002613fssr/2613-55-fssr.htm>. Acesso em: 01 nov. 2014.

¹⁰⁹ Salientamos que as questões expostas sobre o sindicalismo do trabalhador rural partem de leituras da historiografia que são discutidas em: MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1978; MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989; MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

¹¹⁰ Essas questões são narradas pelos cortadores de cana e serão apresentadas ao longo do texto.

sem emprego e entrava na lista de grevistas na usina. Assim, quando os contratos fossem novamente ser realizados para o período da safra, a probabilidade de um grevista ser contratado tornava-se improvável, como forma de exemplo para os outros trabalhadores saberem o que acontecia com o trabalhador que encabeçava greves nos canaviais.

Essas ações dos usineiros faziam com que os trabalhadores se sentissem ameaçados caso realizassem greves nos canaviais, pois a coerção como forma de consequência tornava-se instrumento para a permanência das relações embasadas nas formas de exploração do trabalhador, porque sabem que os trabalhadores necessitavam vender sua mão de obra para garantir a sobrevivência.

Assim, ao destacarmos brevemente os movimentos no período de 1970 a 1980 relacionados ao sindicalismo do trabalhador rural, propomo-nos a ressaltar por intermédio da historiografia as lutas e resistências às formas de coerção ditatoriais governamentais.

Nesse exercício de confrontação do governo realizado por parte dos trabalhadores cortadores de cana, trazemos como reflexão a greve de trabalhadores rurais temporários em Guariba¹¹¹ nos anos de 1984 contra as condições de trabalho oferecidas nos canaviais.

Como observável com a ampliação da lavoura canavieira, os incentivos financeiros e os programas de desenvolvimento por parte dos governantes, como o Proálcool, em 1975, favoreceram a consolidação na década de 1980 da produção da cana-de-açúcar.

Um das regiões que se tornou centro para a produção canavieira foi a região de São Paulo, onde houve grande intensificação de migrantes oriundos de outros lugares, como a Bahia, no Nordeste e Minas Gerais no Sudeste, que vinham em busca de emprego nas usinas como estratégia de sobrevivência.

Esses trabalhadores cortadores da cana eram contratados por regime de trabalho temporário no período da safra da cana, que se iniciava no mês de abril e finalizava em novembro, no entanto o movimento grevista de Guariba resultou da exploração da mão de obra desses trabalhadores, tendo como ápice a proposta dos usineiros de mudanças no sistema de corte da cana, que seria transferido de cinco para sete leiras ou rua, como era chamado pelos cortadores em Itumbiara.

Entretanto, essa mudança gerava menor rentabilidade na produção dos cortadores da cana, pois era difícil trazer as setes ruas cortadas na mesma coerência como exigiam os patrões. Além dessa mudança havia um conjunto de questões que emergiram na greve, entre

¹¹¹ MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba 1984-1985**. 1999. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.

elas o baixo custo da mão de obra, a ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) suficientes para segurança, o fato de que não era oferecida alimentação aos trabalhadores. A exploração do trabalhador não ocorria apenas por parte dos usineiros. Os trabalhadores se queixavam de que o estado de São Paulo cobrava taxas abusivas para o fornecimento de água. Esses eram alguns dos fatores que faziam parte da reivindicação dos trabalhadores.

A greve teve como objetivo buscar melhores condições de trabalho e salários, além de condições mais favoráveis para os serviços urbanos e alimentação, pois o custo destes estava superfaturado. Também era criticado o uso das máquinas nos canaviais, porque prejudicavam os trabalhadores que ficavam cada vez mais com os piores lugares para o corte da cana, como os terrenos íngremes e brejos.

A greve teve repercussão além do meio rural, atingindo o meio urbano com os trabalhadores fazendo passeatas nas ruas. No entanto o governo de São Paulo reagiu com violência para impor a ordem social.

A greve dos trabalhadores repercutiu ainda na paralisação das usinas por falta de matéria-prima. Consta que em Guariba havia 10 mil trabalhadores paralisados. Diante dessa situação e com grandes prejuízos por não terem mão de obra para trabalhar nos canaviais, os usineiros tiveram que repensar algumas ações para firmar acordo com os trabalhadores.

As mudanças ocorreram na produção, que retornou as cinco ruas, na garantia do transporte e no aumento do salário.¹¹² Sabemos que ainda hoje permanecem as duras jornadas de trabalho e péssimas condições de salário, moradia e alimentação dos trabalhadores, mas não podemos deixar de destacar que esse movimento demonstrou a força dos trabalhadores nas lutas, nos embates e nos descontentamentos com a realidade social, representando a busca do viver e do sobreviver não apenas dos trabalhadores da cana de Guariba, mas uma realidade de milhares de cortadores da cana.

As vivências e experiências narradas por meio dos relatos dos trabalhadores cortadores da cana de Itumbiara, ao serem interpretadas, demonstram que este não é nem foi apenas um problema da localidade da região de São Paulo, mas um problema social que ainda permanece na realidade atual.

Casualmente conversando sobre safra e rentabilidade no corte da cana com um trabalhador dono de maquinários como a colhedeira, o proprietário ressaltou que o prefeito de Araporã, conhecido como Ronaldinho, planta cana em sua fazenda e vende a produção para a Usina Alvorada. Há trabalhadores cortadores de cana que fazem o corte nos lugares onde a

¹¹² MENDES, 1999.

colhedeira não realiza o trabalho por serem brejos ou terrenos engrenados, ganhando por metro cortado R\$ 0,70 (setenta centavos). O próprio trabalhador da colhedeira ressaltou “como é pouco o que ganham e trabalham muito” (informação verbal).¹¹³

A sua narrativa expressa a permanência das relações sociais embasadas em poder, exploração, hierarquização e, observando essas circunstâncias e pressões que constituem a trajetória de vida dos sujeitos, não podemos silenciar que esses elementos são permanentes na realidade dos trabalhadores brasileiros.

Com base nessa confrontação entre a realidade de vida e o trabalho dos cortadores da cana, a descrição do cotidiano de trabalho feita por Élio Pereira apresenta:

Esse trabalho é muito sofrido, ter que comer comida fria levantar de madrugada passar frio se queimar no sol quente, trabalhá o máximo que dava conta pra vê se ganhava mais um pouco, sentia até câimbra de tanto esforçá que dava fraqueza, porque o serviço pesado e conforme era se não esforçasse não dava nem conta de sustentá a família, e todo dia essa lida no trabalho, levantava às 4h:30 da madrugada, arrumava garrafa pra levar água, comida e parava a hora do almoço lá pelas 11 horas comia e já trabalhava de novo, incomodava porque só meia hora de almoço e parava às 17 horas, a gente tinha risco de se cortar e de cortá às vezes até o outro que tava no eito do outro lado, como já vi acontecê uma vez que quando um cortador abraçô a cana e foi cortá não viu que o outro tinha afastado também e cortô no tornozelo do colega de trabalho, mas foi sem querê porque tem hora não dá para ver, também cê vê cobra no meio das canas pode ser picado é desse jeito o serviço (informação verbal).¹¹⁴

O exemplo ressaltado por Élio demonstra como a imposição da disciplina, os ritmos da produção e o esforço físico eram necessários para garantir os ganhos e se tornavam elementos constituintes da lógica dos industriais canavieiros. Os cortadores da cana, em busca de melhores condições financeiras, porque ganhavam pelo tanto que produziam, acabavam ultrapassando os seus próprios limites, pois, como salienta o entrevistado, o que estava em jogo era o sustento da família, a garantia da comida na mesa, do aluguel, dos remédios das crianças. A garantia da sobrevivência estava em vender sua mão de obra e muitas das vezes isso significava arriscar sua própria saúde, porque corriam o risco de serem picados por cobras que estavam entrelaçadas nas canas. A realidade configurava-se na luta e na disputa da própria vida, pois, como afirma em seu diálogo, “é desse jeito o serviço” (informação verbal).¹¹⁵

Em relação ao diálogo citado, perguntei a Élio se havia presenciado colegas de trabalho passarem mal ou até mesmo virem a falecer:

¹¹³ Esse diálogo parte de uma conversa informal, portanto não contém dados do depoente.

¹¹⁴ ÉLIO, 2013.

¹¹⁵ ÉLIO, 2013.

Ah, difícil nunca ver um cortador nunca ter reclamado de ter sentido uma dor seja no braço, nas pernas por tá lá abaixando levantando fazendo esforço e leva a dá a câimbra, aquela dor que chega enrola as pernas.

Carla: Mas quando um trabalhador passava mal, vomitava ou tinha câimbra levavam para o hospital na hora?

Élio: Na época mesmo ficava esperando até ele melhorá não levava para o hospital na hora não, as firmas preocupa se a pessoa tá sadia bão porque trabalha dá lucro pra eles, agora quando adoece não tá nem aí.

Carla: Você já presenciou alguma morte no canavial?

Élio: A morte que já vi foi quando estava almoçando e todo mundo tava e tinha um colega de serviço que tava na sombra de uma máquina de cana na hora do almoço para comer atrás do pneu e chegou o motorista pra pegá a máquina não observou e fastô a máquina em riba dele (informação verbal).¹¹⁶

A reconstrução do passado pelo trabalhador fica marcada pelo tom de tristeza na narrativa de sua trajetória de vida, por um sacrifício necessário que, muitas das vezes, na luta por sobrevivência, levava muitos trabalhadores da cana a ultrapassarem suas próprias limitações físicas presentes no dia a dia. O tom de descontentamento com as situações de desigualdade social que permanecem na sociedade brasileira aparece entrelaçado a um pouco de esperança de uma sociedade melhor:

Tudo que passei as dificuldades financeiras trabalhar desde criança, a gente não deseja pra ninguém o que a gente passou, porque levanta de madrugada, comer comida fria, poeira na estrada, passar frio, sentir dor de tanto trabalhá e ainda o que ganhava mal dava para comer (informação verbal).¹¹⁷

O desdobramento de suas vivências e da experiência como cortador de cana firma sua visão de mundo sobre as condições e injustiças sociais que são impostas a vários trabalhadores. Assim, a experiência vivida institui valores ao ato de trabalhar como “sacrifício necessário” para o enfrentamento das dificuldades e para o embate pela sobrevivência, com a dureza do dia a dia da jornada de trabalho e a insegurança de não saber se no dia seguinte seu corpo terá condições físicas de trabalhar. Porém esses sujeitos entrelaçam o passado vivo à condição do presente, pois a expectativa, os desejos e os sonhos perduram na busca de melhores condições de vida, com expectativas não apenas para si, mas com a ânsia de querer um mundo melhor.

A perspectiva de buscar um mundo melhor está ancorada na figura dos filhos. Os trabalhadores da cana constroem e querem uma vida menos sofrida para eles, vendo como caminho a leitura, que significa para nós, acadêmicos, a formação escolar sistematizada. O

¹¹⁶ ÉLIO, 2013.

¹¹⁷ AGNALDO, 2013.

interessante é perceber que eles deixam de ser protagonistas na busca de um futuro melhor para eles e passam a buscar e a lutar por condições melhores de vida para seus filhos.¹¹⁸

Nesse diálogo, Élio revela que viviam constantemente com medo de passar fome, perder a moradia e a saúde, mas principalmente temiam perder o emprego. Ele relata que sempre ouvia falar que as máquinas iriam tomar o lugar dos cortadores, assim, quando perguntei sobre a chegada das máquinas nos canaviais, logo respondeu:

Quem fala que não tinha medo de ficar sem emprego tá mentindo, porque se ficasse sem emprego como ia comer, porque era serviço que tinha naquele momento, mas na época que trabalhei não tinha quase máquina não, só vei aparecê mais depois de 90, quando eu já saí da usina (informação verbal).¹¹⁹

Ao ser perguntado pelas máquinas nos canaviais, ressaltou que o medo da perda do emprego para elas assolava os trabalhadores, pois colocava em dúvida a garantia do alimento na mesa. Ele afirma que as máquinas começaram a ter influência na produção da cana após os anos 90,¹²⁰ quando começou o processo de mecanização no corte da cana com maior intensidade na Usina Alvorada. Entretanto, quando lhe perguntei por qual motivo havia saído do serviço do corte da cana, disse-me que havia arrumado outro emprego melhor:

Élio: Não, é que coloquei a firma na justiça porque não era carteira assinada não, só passou assinar depois de 1988, aí tinha trabalhado lá mais de dez anos e eles tinha esquecido esses anos tudo, só ia assinar depois de 1988, aí foi que falei que ia sair do serviço e peguei e levei na justiça para eles assinar a carteira, porque é abuso com a gente, e ganhei na justiça tiveram que assiná a carteira e ainda fazer acerto pelos anos que trabalhei lá sem direito nenhum.

Carla: O que fez o senhor tomar essa atitude de buscar na justiça seus direitos?

Élio: Porque, vai indo se vai vendo que os outros fala leva na lei a firma, eles tem que assiná, e foi que procurei advogado para saber dos meus direitos e muitos cortadores de cana falavam para mim que eu não ia arrumar mais serviço ia ficá sujo nas firmas, mas arrumei serviço na Caramuru¹²¹ depois na área de produção (informação verbal).¹²²

A fala desse trabalhador apresenta a busca de direitos trabalhistas como aprendizagem e possibilidade de encontrar no exercício da lei um pouco do que lhe foi negado como trabalhador da cana na Usina Alvorada. A justiça é um instrumento contra a coerção e exploração que havia passado, pois era comum o trabalhador conviver com um presente

¹¹⁸ Essa questão será melhor abordada no decorrer do texto.

¹¹⁹ ÉLIO, 2013.

¹²⁰ A questão do processo de mecanização na Usina Alvorada será retomada no texto posteriormente, no desdobrar dos diálogos.

¹²¹ Indústria Alimentícia de óleos vegetais, inaugurada na cidade em 1986. Segundo os moradores da cidade a instalação da instituição possibilitou muitos empregos à população, apesar de ser comum ouvir os itumbiarenses ressaltarem que a empresa tinha índice salarial baixo.

¹²² ÉLIO, 2013.

incerto, pois tais agruras faziam parte do cotidiano dessas pessoas, que viviam com a incerteza se mais à frente ainda estariam contratadas. A instabilidade no emprego torna-se um dos motivos que leva o trabalhador a buscar na Justiça o acerto de contas não apenas do valor econômico. O entrevistado deixa claro que busca também um ato de dignidade, de respeito com o trabalhador, quando afirma “é um abuso com a gente”.¹²³

Mesmo tendo certo receio de ter seu nome encabeçando a famosa lista negra das usinas, Élio persistiu em suas ações. Assim compreendemos que essa atitude das instituições privadas de fazer uma “lista negra” faz parte da lógica e dos elementos para inibir os trabalhadores e submetê-los à exploração nas relações de trabalho.

A lei, nesse embate, tornou-se instrumento de luta contra o contínuo desacato às regulamentações previstas no Estatuto do Trabalhador e na CLT, que tinham como objetivo estabelecer um contrato com os trabalhadores definindo os valores a serem pagos, no entanto as condições a que estes estavam sujeitos desconfiguravam as determinações legislativas.

A forma como Élio utilizou a lei em busca de seus direitos como trabalhador rural passa a ser interpretada não como imposição do Estado que controla as pessoas. Observamos que para entender essa relação deve-se partir das experiências e vivências no cotidiano dos sujeitos, percebendo assim as maneiras de se fazerem no social e como estes a utilizam na luta pela sobrevivência.

Assim, o processo trabalhista contra a Usina tem como sentido/significado o enfrentamento e é uma opção de ação política do trabalhador, tornando-se um instrumento de resistência às imposições e explorações sofridas durante os anos de trabalho.

Acionar a justiça na busca de seus direitos trabalhistas apresenta práticas e ações que são protagonizadas por esses sujeitos na luta contra os espaços de dominação e cooptação, que tem como viés a resistência na luta por sobrevivência.

Em diálogo com os outros cortadores que trabalharam nesse mesmo período e não tiveram ressarcimento do tempo de serviço prestado na Usina Alvorada, perguntei a Maria Gabriela porque não havia entrado na justiça para que tivesse acesso aos direitos trabalhistas que lhe foram privados pela instituição.

Maria Gabriela: O maior tempo meu ficou perdido na Usina, porque não assinava carteira para nós, só para os lá de dentro que trabalhava lá, eu não fui na lei vou te falá pura verdade, porque meu pai adoeceu e na época nós veio para cá ninguém deu serviço para nós, mulher na lavoura da cana ela que deu serviço para mim e minha irmã, teve gente que levou ela na lei, porque quando meu pai faleceu não

¹²³ ÉLIO, 2013.

tinha nem dinheiro para fazer funeral e foi eles que pagô pra mim e depois eles ia descontando pouquinho meu salário (informação verbal).¹²⁴

A fala da depoente apresenta vários motivos que a influenciaram a não buscar seus direitos na Justiça do Trabalho contra a instituição. Na sua fala, “ninguém deu serviço para nós” (informação verbal),¹²⁵ demonstra ter uma certa dívida de favor com a empresa, no entanto, ao ressaltar “porque quando meu pai faleceu [...] e foi ela que pagô pra mim” (informação verbal),¹²⁶ destaca que essa “ajuda” foi descontada do seu pagamento posteriormente. Na elaboração de seu discurso, Maria Gabriela deixa claro que as dificuldades financeiras de sua família e o fato de não ter tido condição de pagar o funeral de seu pai, além do abalo emocional de perdê-lo, sua elaboração parece deixar claro que a dinâmica dos acontecimentos intervieram em sua decisão de não buscar a Justiça do Trabalho.

Percebemos que determinados acontecimentos têm impacto nas decisões das pessoas, como suas condições sociais. A entrevistada ressaltou que devia para a Usina Alvorada o funeral do pai, o que é significativo no sentido de revelar valores que permeiam as concepções da trabalhadora de cumprimento do acordo realizado com a instituição.

Os trabalhadores que não entraram na Justiça do Trabalho para a assinatura da carteira antes de 1988 não excluíram de suas explicações o medo de ficarem “sujos” e de não conseguirem emprego na mesma usina nem em outra empresa.

A gente não colocava na lei porque tinha medo de ficá sujo e depois não conseguir emprego mais, e a gente precisa trabalhá, e também é difícil tem que procurá advogado e a gente acha difícil ir atrás disso e acaba que deixo para lá (informação verbal).¹²⁷

Para José Jesuíno e muitos outros trabalhadores, naquele momento a necessidade do trabalho para o sustento da família, tornou-se uma das explicações que interfere em sua decisão, pois havia o medo das consequências que poderiam vir ao abrir um processo judicial trabalhista contra a usina. Assim, certos valores e a subjugação das necessidades faziam parte da luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, compreende-se que para os trabalhadores a legalização de seu trabalho nos canaviais foi algo esperado por anos, pois para eles significava maior segurança nas relações de trabalho, como destaca Maria Gabriela:

¹²⁴ MARIA GABRIELA, 2013.

¹²⁵ MARIA GABRIELA, 2013.

¹²⁶ MARIA GABRIELA, 2013.

¹²⁷ JOSÉ, 2013.

Maria Gabriela: A assinatura da carteira de trabalho pra nós mudou muita coisa, porque você tinha mais direito, você tinha garantia de aposentar depois, porque a carteira tava assinada, se mandasse embora tinha acerto com a firma que dava um dinheirinho pra ir vivendo até conseguir outro serviço, tinha o seguro-desemprego, então melhorou pra nós, porque antes de assiná mandava a gente embora não tinha nenhum acerto ficava com uma mão na frente outra atrás, e pra gente é difícil porque precisa do trabalho pra conseguir pagar as contas e comer.

Carla: Mas em que a assinatura da carteira modificou suas condições de vida? Ficou mais fácil de viver?

Maria Gabriela: Ah ficô, porque tem a segurança né, que se for mandada embora da firma a gente recebe um dinheiro, e o seguro como falei e foi com eles juntando aos poucos que comprei minha casa, fui arrumando ela, porque você recebe o seguro-desemprego e vai trabalhar em outro serviço de boia-fria pra ganhá mais um pouco pra ajudar nas despesas (informação verbal).¹²⁸

Para Maria Gabriela, a assinatura da carteira de trabalho tem como sentido/significado a segurança, pois possibilita ao trabalhador o estabelecimento de regras nos acordos trabalhistas que lhe garantem direitos: “que se for mandada embora da firma a gente recebe um dinheiro, e o seguro como falei” (informação verbal).¹²⁹ Essa era uma nova realidade ainda não vivenciada por essas pessoas, portanto a legalização da sua mão de obra é tida para a depoente como oportunidade de conseguir melhoria nas suas condições de vida. Maria Gabriela relata: “e foi com eles juntando aos poucos que comprei minha casa, fui arrumando ela, porque você recebe o seguro-desemprego e vai trabalhar em outro serviço de boia-fria pra ganhá mais um pouco pra ajudar nas despesas” (informação verbal).¹³⁰

A depoente demarca em sua narrativa que apesar da legalização com a assinatura da carteira de trabalho ainda perdurava a exploração da mão de obra do trabalhador, pois a renda era insuficiente para garantir os bens básicos de uma moradia própria, visto que era obrigada a buscar serviços autônomos enquanto recebia seguro-desemprego para garantir caminhos para terminar sua casa.

Como destacado no primeiro capítulo, as moradias desses trabalhadores da cana não se enquadravam na estética urbana, pois suas casas eram simples e ainda inacabadas, tinham criações nos quintais, como galinhas e porcos, para favorecer na ajuda de custo da alimentação da família, alternativas essas que criaram para manter sua sobrevivência na cidade. Analisando essa relação esboçamos a contradição muitas vezes colocada pela mídia em relação aos costumes rurais que permanecem no convívio dessas pessoas. Aqui ressaltamos que eles faziam parte da trajetória de vida desses trabalhadores.

Atualmente podemos observar que os trabalhadores não têm criações de animais em suas residências, até mesmo porque as regras do ordenamento urbano proíbem e influenciam

¹²⁸ MARIA GABRIELA, 2013.

¹²⁹ MARIA GABRIELA, 2013.

¹³⁰ MARIA GABRIELA, 2013.

os vizinhos a denunciarem quem teima em desobedecer à legislação urbana da cidade, como ressaltado por Maria Gabriela:

Carla: Atualmente a senhora não tem criação de animais em seu quintal. Por que não cria mais? Faz falta ter criação?

Maria Gabriela: Hoje não tenho mais criação nem de galinha e porco, porque também a lei nem permite mais ter, porque dizem que incomoda a vizinhança, ah, faz porque se tendo uma galinha você mata lá e não precisa comprar, economiza o dinheiro que ia gastá comprando no supermercado (informação verbal).¹³¹

Maria Gabriela destaca que as novas exigências da organização da cidade não permitem que se crie animais, mas também resalta que a criação de animais de consumo como galinhas e porcos são formas materiais de se sobreviver diante das condições de vida impostas pela lógica do capital. Assim, a utilização dos comportamentos adquiridos no campo eram condições de vida, em que a má remuneração recebida pelo corte de cana impossibilitava que eles tivessem fartura em casa. Portanto, a vivência das privações econômicas é que fez com que buscassem estratégias para permanecer na cidade.

A expressão “enquanto descansa carrega pedra”, utilizada por muitos trabalhadores, enquadra-se nesse diálogo de Maria Gabriela, pois, para conseguir melhores condições e o sonho da casa própria, foi obrigada a buscar outros caminhos que lhe garantissem a sobrevivência e a busca desse sonho. Essa é a realidade de tantos trabalhadores que se desdobram e vivem de privações para sobreviver no Brasil.

O diálogo com Eunóquio apresenta os mesmo parâmetros da narrativa de Maria Gabriela, quando resalta as condições de vida que melhoraram com a legalização do trabalho do cortador de cana:

Quando eu parava no serviço da cana eu ia pra boia-fria ganhá mais um dinheiro pra melhorar a vida da gente, que aí ocê junta o do seguro e vai arrumando uma coisinha ali na casa até ela fica melhor, porque se não você não trabalhando ficando parado o dinheiro só vai para as despesas, então tem que procurá serviço por fora para fazer as despesas da casa e o outro juntá pra fazer o que a gente qué, arrumá casa que a gente compro (informação verbal).¹³²

É interessante notar que também Eunóquio destaca como caminho para a melhoria das condições de vida e como forma de adquirir a casa própria a legalização do trabalho do cortador de cana, pois, dessa forma, foi oportunizado a eles, fora do período da safra, receber direitos trabalhistas como seguro-desemprego, férias proporcionais, acerto do contrato,

¹³¹ MARIA GABRIELLA, 2013.

¹³² EUNÓQUIO, 2013.

tornando-se comum e mesmo uma norma buscar outro serviço autônomo enquanto recebiam o seguro-desemprego para conseguir adquirir bens básicos como a moradia.

Nessa perspectiva, percebemos que diante das vivências e experiências dos trabalhadores a lei tornou-se um caminho para criar oportunidades de buscar melhoria das suas condições de vida. Eles a veem nesse contexto como um espaço que contribui para a luta pela sobrevivência, criando caminhos, desvios e significações nos espaços judiciais da legislação trabalhista, pois retratam que foi somente após a aquisição dos direitos trabalhistas que o trabalhador da cana teve a possibilidade de se livrar das agruras da vida e buscar a melhoria das suas condições de vida.¹³³

Por meio das entrevistas com os trabalhadores compreendemos que o ato de trabalhar nos canaviais era um caminho em busca da sobrevivência, uma forma de os sujeitos recriarem caminhos/formas de lutar em seus modos de vida, lutam pela dignidade em meio às limitações impostas por uma política governamental que mantém relações de poder e exploração como justificativa para a busca do desenvolvimento industrial do país.

As narrativas dos trabalhadores da cana demonstram a realidade vivenciada pelos trabalhadores com a implementação das máquinas nas usinas:

Carla: A respeito do início da chegada das máquinas, como a colhedeira na usina, como foi o sentimento e a ação dos trabalhadores frente a essa nova realidade?

Aginaldo: A gente quando foi vendo as máquinas começarem a chegar na Usina, ficávamos olhando como era rápidas para colher a cana, e o que passava na cabeça era que não íamos ter mais serviço, a preocupação e o medo de não ter como viver, e ainda o povo ficava falando disso que a máquina trabalha no lugar de tantos trabalhador, aí a gente sabia que os donos da usina ia preferir a máquina, porque a máquina dava mais lucro, não tinha que pagar os direitos trabalhistas era só comprar ela, a máquina não faz greve, não reclama, não adoece, e a gente sabe que o que interessa para eles é o dinheiro que ganham, se nós ia ficar sem emprego não estava nem aí, como diz, problema seu.

Carla: Mas mesmo com a chegada das máquinas ainda tinha emprego para os cortadores?

Aginaldo: Tinha, porque também a usina é grande e não mecanizô tudo de uma hora pra outra, mas a gente foi vendo cada vez aparecia mais máquinas, e o trabalho da gente ficava mais difícil.

Carla: Por que ficava mais difícil, como a utilização das máquinas interferiu na produção para o cortador?

Aginaldo: Que exigia mais da gente, porque o serviço foi diminuindo porque as máquinas ia tomando lugar da gente, e ocê ficava pra cortar nos lugar que a máquina num faz como brejos, terreno que é meio inclinado, aí ficou ruim porque o serviço não rende igual ocê tá cortando num taião que não é brejo, acaba que cortava menos e ganhava menos, mas trabalhava muito (informação verbal).¹³⁴

¹³³ Essa questão foi discutida no primeiro capítulo, que retrata os bens materiais que possuem como forma de melhoria das condições de vida, se comparada ao passado de privação vivenciado.

¹³⁴ AGNALDO, 2013.

Essa fala nos remete a uma questão que sempre vem sendo destacada nas discussões dos trabalhos acadêmicos nas ciências sociais e humanas, a mecanização do corte de cana como um caminho que modificou as relações de trabalho e a produção do cortador da cana. Como evidencia Agnaldo, a industrialização foi rentável apenas para os usineiros, porque para o trabalhador houve o aumento da precariedade e insalubridade do trabalho após o processo de mecanização, porque tinham que fazer o corte da cana dentro de brejos.

Agnaldo relata que não houve um processo rápido de mecanização da Usina Alvorada. Com o decorrer dos anos houve o aumento dos maquinários e a menor contratação de trabalhadores. Dados atuais da Usina Alvorada afirmam que apenas 4% da produção da cana não são mecanizados, sendo que a pretensão para a safra é de 20.500 milhões de álcool anidro e 45.000 milhões para álcool hidratado.¹³⁵

Agnaldo salienta o espanto do trabalhador com a produção de uma máquina ao ser comparada com a mão de obra do cortador da cana e, por esse motivo, ficava angustiado de saber que ela poderia substituí-lo. Sua aflição demonstra aos poucos como se configuravam as formas de desenvolvimento industrial nos canaviais e a quem serviam tais ações que representavam os interesse e embates ativos na formação das fronteiras de classes.

No entanto, não apenas as máquinas preocupavam os cortadores da cana. Agnaldo revela que também se preocupava quando falavam que iam acabar com a queimada nas canas, pois isso significava certo prejuízo para o trabalhador:

Carla: A queima dos canaviais para o corte da cana facilitava o trabalho do cortador. O que o senhor pensa a respeito da lei que pretendiam instituir para proibir a queimada?

Agnaldo: Olha, tinha vez que a gente chegava lá na usina eles tinha acabado de botar fogo nas canas, ainda tava saindo fumaça e a gente entrava no meio do canavial e cortava cana assim mesmo, tinha vez que não tinha terminado de pegar fogo no taião e queimado a cana a gente terminava de pôr fogo, a gente sabe que é perigoso, mas toma cuidado, porque a cana estando queimada é mais fácil cortá porque é mais rápido e a gente ganha mais, aí teve época mesmo que eles falava muito que ia acabar a queimada porque estava prejudicando o ambiente essas coisa, e pode sê mesmo que prejudica, mas a gente que trabalha, a gente não conta, não é? (informação verbal).¹³⁶

Em primeiro momento, na explicação produzida pelo Sr. Agnaldo, chama atenção como ela se constitui em parâmetros que formula sobre o trabalho e a queima dos canaviais, mostrando o trajeto do trabalhador em meio à fumaça das canas em busca de conseguir cortar mais para melhorar a renda familiar, demonstrando como se configuram as condições do

¹³⁵ USINA ALVORADA, 2014..

¹³⁶ AGNALDO, 2013.

trabalho. Quanto à questão da queima da cana ser proibida, apresenta certo sarcasmo quando diz: “e pode sê mesmo que prejudica, mas a gente que trabalha a gente não conta, não é?” (informação verbal).¹³⁷ Conscientemente o entrevistado destaca que se preocupavam com o meio ambiente, mas com as pessoas não. O descontentamento e o sentimento de discriminação aparecem como aspectos vivenciados cotidianamente pelos cortadores de cana.

Nesse sentido, um dos pontos que marca as falas dos cortadores de cana, quando indagados a respeito dos elementos utilizados pelos usineiros para garantir a dominação e exploração dos trabalhadores, a forma como eles agiam para burlar a produção no trabalho. Agnaldo relata relações constituídas no ambiente de trabalho que me chamaram a atenção, porque as vejo como formas/alternativas de resistência e caminhos para sobrevivência.

Como destacado, os trabalhadores faziam greves, no entanto, as formas de coerção utilizadas os inibiam, já que muitas vezes a política dos usineiros era mandar embora o trabalhador que encabeçasse a greve. Entretanto, discutiremos outras formas cotidianas que os trabalhadores da cana usavam para lutar contra a lógica industrial.

Agnaldo relata ações de resistência que não estão ligadas a movimentos de greve e paralisações, que exigem atenção maior dos patrões. As formas de resistência que ele relata se constituíam no dia a dia na lavoura da cana.

Agnaldo: No serviço da gente tinha o gato que ficava separando e marcando as ruas que a gente tava trabalhando, era fiscal que olhava nosso serviço pra olhá se tava bem feito, porque tinha que cortá a cana retinha com chão, se não cortasse ele danava e se não obedecesse queria mandá até embora, mas tinha vez que a gente desobedecia, cortava mais ou menos porque às vezes já tá cansado querendo parar pra descansar aí tinha lugar quando ele não tava vendo que cortava e punha com o pé mesmo escondia no meio da terra aí não via que não tava cortada certinho com chão, e mais no é só isso, fazia também o telefone, que era de invés cortá levando as cinco ruas pegava e ia cortando só numa para andar rápido, na lei deles podia cortá até 10 metros como telefone levando uma rua só, mas tinha vez que direto a gente cortava era 90 metros, a gente via o colega do lado fazendo e a gente ia também e acabava fazendo, mas tinha vez que quando o gato via já gritava de lá pode pará e voltá pro começo, e se não obedecesse levava gancho.

Carla: Qual a relação dos trabalhadores da cana com o gato (fiscal) e por que o chamavam assim?

Agnaldo: O gato era um fiscal que olhava nosso serviço e se não trabalhasse direito do jeito que eles queria ele passava nosso nome lá pro escritório para mandar embora, ou quando fosse fichar na próxima safra na Usina eles não fichava porque o gato tinha sujado o nome da gente, falando que não trabalhô direito e fala que a gente não obedece essas coisas e, também às vezes ocorre discussão entre o pião e o gato, por causa do serviço, porque as vezes ele vai falá alguma coisa e o trabalhador tá meio nervoso já tá cansado discute.

Carla: Mas por que o chamavam de gato?

Agnaldo: Ah, nós fala porque ele fica lá vigiando a gente, e também porque ele ganha em cima do que os cortadores da sua turma produz, faz o nome em cima da gente, por isso que fica olhando querendo que trabalhe rápido e é também por isso

¹³⁷ AGNALDO, 2013.

que eles querem os melhores para trabalhar nas sua turma fazer nome na Usina e ganhá mais também, o gato é esperto.

Carla: O senhor falou que levava gancho. O que significa isso? Um castigo?

Agnaldo: Gancho é uma lição pra gente não desobedecer mais, porque fazia a gente pará de trabalhar quando levava gancho, podia ser um dia podia ser três dia sem trabalhá aí como a gente precisava trabalhá pra ganhá porque é produção acaba que faz falta e eles sabem disso que faz falta, por isso castiga a gente. Ah, e ainda corta a cesta que a gente ganha da usina, a cesta não é lá essas coisas, mas pra gente já ajudava porque menino pequeno gasta muito (informação verbal).¹³⁸

No depoimento de Agnaldo (Madeira), as lembranças do cotidiano de trabalho nos canaviais traduzem um espaço de relações constituídas e carregadas de conflitos, necessidades, expectativas, incertezas e resistências, sendo esses os sentimentos que figuram e se inscrevem nas práticas e na trajetória de vida do trabalhador.

O fiscal chamado por eles de “gato” representa um marco de poder, coerção e exploração, sendo utilizado como forma de controlar as atividades exercidas pelos cortadores da cana, mantendo as regras e a disciplina nos canaviais, o que está expresso na percepção do narrador.

No tempo de sua vivência como cortador de cana, Agnaldo ressalta a percepção das condições de trabalho que lhe eram oferecidas, o que nos permite compreender sua insatisfação com as injustiças sociais enfrentadas cotidianamente na luta para viver e garantir a sobrevivência da família. Os trabalhadores tinham o incômodo de se sujeitar muitas vezes às humilhações e aos gritos dos fiscais para não perder o serviço, pois sabiam que dependiam deste para se alimentar, da cesta básica de alimentos para aliviar as dificuldades financeiras momentâneas, e ainda que um dia não trabalhado significava privação de alimentação e dificuldade para pagar aluguel, água, luz e medicamentos.

Nesse sentido, contrário à imposição dos padrões, Agnaldo (Madeira) apresenta em sua fala como os trabalhadores reagem aos padrões e regras disciplinadoras do sistema produtivo inserido nos canaviais, demonstrando que os trabalhadores criavam suas próprias ações de justiça e formas de burlar a fiscalização:

Quando ele não tava vendo que cortava e punha com o pé mesmo escondia no meio da terra aí não via que não tava cortada certinho com chão [...] na lei deles podia cortá até 10 metros como telefone levando uma rua só, mas tinha vez que direto a gente cortava era 90 metros (informação verbal).¹³⁹

¹³⁸ AGNALDO, 2013.

¹³⁹ AGNALDO, 2013.

Percebo que o trabalhador está a me dizer que também criavam suas alternativas de resistência e caminhos de luta contra as injustiças sociais. Assim observamos que a chave de sua força estava no anonimato.

Com esse exercício de burlar as regras impostas na disciplina do trabalho, criavam suas próprias leis de justiça nas relações de trabalho, colocavam significado em suas ações e obedeciam a valores com base nos quais determinavam e justificavam suas reações como estratégias e necessidades contra a regulação social. Assim, seguiam o caminho de ir contra as regras disciplinadoras sem necessariamente bater de frente com os patrões, pois tinham consciência de que naquele momento necessitavam do emprego para sobreviver e de que o poder de coerção dos usineiros poderia retirar-lhes esse único meio de vida.

Essas dimensões apresentam outras perspectivas sobre as relações constituídas entre os trabalhadores da cana que expressam sentidos/significados do social em seus círculos de amizade no ambiente de trabalho. Pelos relatos dos cortadores da cana, há uma constituição de concessões e padrões culturais nos limites da vida diária:

Observar como as pessoas transitam tacitamente em função de negociações e interesses socialmente situados e, assim fazendo, exploram, constroem e reordenam territórios e fronteiras simbólicas que as unem e as separam, com a ambigüidade e ambivalência.¹⁴⁰

Com base nessas noções, o diálogo com os cortadores de cana apresenta formas de solidariedade presentes no cotidiano do ambiente de trabalho, o que nos leva a entender o sentido na sua trajetória de vida destes. Partindo da preocupação em interpretar tal processo, fala de Divino Pereira (Pepe) nos instiga:

Nóis, que trabalha na lavoura sabe das dificuldades um dos outro e por isso ajuda o colega de serviço, porque tem vez que tem amigo da gente que vai trabalhá não tem nem comida para levar direito, ou porque tá sem dinheiro pra comprá mesmo, ou às vezes acontece de acordar atrasado aí a gente chega lá na porta da casa deles quando passa para pegá e acordamos ele gritando aí já acha um pra falá bora que eu divido a marmitta com cê.

Carla: E a respeito de dar alimento para ajudar um colega de trabalho que está a passar por dificuldades financeiras porque tem um filho doente ou qualquer outro caso, vocês fazem cesta para ele?

Divino: Sim, é normal quando tem um doente chega o dia do pagamento cada um da lavoura dá um alimento pra ele, dá arroz, feijão e no final ele tem a feira do mês.

Carla: Por que essa atitude de ajudar um ao outro na lavoura?

Divino: Pois amanhã não se sabe se você precisará de ajuda, porque a gente não sabe o que pode acontecer com a gente, pode adoecê e dependê de alguém pra ajudá.

Carla: Por isso era comum ouvir dizer que um amigo não estava conseguindo terminar o eito já perto do horário de ir embora e os outros colegas ajudavam...

¹⁴⁰ KHOURY, 2004, p. 127.

Divino: Ajudava eu mesmo era um dos primeiro a querê ajudá o outro, porque ele tava muito cansado e o povo querendo vir embora aí ajuda.
 Carla: E quando vocês ajudavam o colega a terminar o eito a produção era repartida?
 Divino: Não, fica pra ele, a gente só ajuda (informação verbal).¹⁴¹

De fato, os embates vividos por Divino (Pepe) representam ações cotidianas nas lavouras da cana por parte dos trabalhadores como forma de se organizarem diante as condições de vida e trabalho.

Quando o entrevistado diz “Pois amanhã não se sabe se você precisará de ajuda, porque a gente não sabe o que pode acontecer com a gente, pode adoecê e dependê de alguém pra ajudá” revela tensão e incerteza quanto ao futuro, demonstrando a consciência que os trabalhadores possuíam em relação à realidade do trabalhador cortador de cana, porque conviviam no mesmo ambiente de trabalho degradante, passavam por dificuldades financeiras, estavam à mercê de doenças, o que criava regras e padrões de conduta entre eles, que encontravam ações e alternativas para sobreviver em meio às adversidades da vida e do trabalho.

Articulando suas necessidades e perspectivas, essas ações de ajuda mútua entre os cortadores de cana constituíam cotidianamente marcas que se traduziam em práticas e experiências que apresentavam não apenas relações de trabalho, mas modos de viver e lutar construídos por eles. Essas sabedorias particularizadas entre os cortadores expressam recursos de sobrevivência, constituindo valores culturais que permanecem nas ações cotidianas dessas pessoas, como destacado por Élio.

Carla: Quando um amigo de trabalho necessitava de ajuda, seja por causa de doença ou pelas dificuldades financeiras que enfrentava, havia uma contribuição entre os colegas?
 Élio: Havia, nós ajuda um aos outros porque a pessoas tá precisando você pode ajudar um dia se você precisá um vai te ajudar e, até hoje penso assim porque se você chega em mim e fala tem um ali precisando de ajuda porque está doente ou passando falta, eu ajudo com alguma coisa, porque você passar falta das coisas é ruim (informação verbal).¹⁴²

Pelos relatos dos cortadores de cana, a constituição de formas de sobreviver diante da dura realidade do trabalho na lavoura de cana compõe-se de modos de trabalhar e de lazer, revelando uma dimensão social e cultural que configura seus valores e visão de mundo, criando sua própria condução ética, que acreditamos esteja entrelaçada à sua trajetória de vida de privações.

¹⁴¹ DIVINO, 2013.

¹⁴² ÉLIO, 2013.

Nesse sentido, amigo, para esses trabalhadores, é a pessoa com quem se pode partilhar e a quem se pode pedir assistência nas dificuldades financeiras quando necessário. Esses círculos de amizade representam a segurança e uma estratégia de sobrevivência.

Na multiplicidade de práticas e experiências vividas pelos trabalhadores é interessante, ao interpretar as falas destes, destacarem as brincadeiras que ocorriam nos canaviais. Partindo dessa perspectiva, destaco a fala de três cortadores que relatam em sua vivências modos de se divertir, como contradizer a disciplinarização e a rotina do trabalho nos canaviais.

Carla: Como era a relação entre os cortadores da cana?

Maria Gabriela: Cê chega lá na lavoura não tem ninguém desconhecido pra eles tudo conhecido tanto faz ser homem ou mulher e, aqueles mais cheios de graça faziam rima, soltava uma piada e já todo mundo caía na risada, no serviço eles brinca muito aí eles fica pondo apelido um no outro é muito difícil no serviço ocê escutá confusão é muito difícil, só se for uma pessoa já de confusão.

Carla: Como vocês criavam os apelidos? Eles têm significado? Por que a conhecem apenas por Sula?

Maria Gabriela: Os apelidos são de olhá como ele conversa às vezes, o jeito dele aí já criam um apelido pra ele, aí nem chama pelo nome é só pelo apelido, todo mundo me conhece por Sula, mas meu nome é Maria Gabriela, mas até mesmo eu se você chega e chama de Maria Gabriela parece que não é eu.

Carla: E qual o significado desse apelido?

Maria Gabriela: Eu tinha amiga chamava Maria e pra todo canto nós tava junta aí foi que ela passou a chamar de Sula (informação verbal).¹⁴³

Num primeiro momento, chama atenção na explicação produzida por Maria Gabriela a forma como ela constitui o ambiente de trabalho e as relações, expondo sua trajetória em parâmetros que definem como elabora certa representatividade de partilharem as mesmas situações que, por isso, os faziam se reconhecerem entre si: “Cê chega lá na lavoura não tem ninguém desconhecido pra eles tudo conhecido tanto faz ser homem ou mulher”. A relação entre eles é fruto da convivência estreitada pela proximidade social do cotidiano dos cortadores de cana. Assim nasciam os círculos de amizade, os padrões culturais e as regras de convívio, como um ajudar o outro na perspectiva de quando necessitar ter ajuda dos companheiros.

O reconhecer-se entre os trabalhadores da cana os faz criar no cotidiano da lavoura modos de viver e de se divertir que produziam valores e sentidos/significados nas práticas culturais. Dentro desse horizonte de possibilidades, temos o diálogo com Maria Gabriela, que nos leva a refletir e nos deixa impressionados ao perceber como esses sujeitos pareciam estar sempre dispostos a ajudar e se tornavam alegres e nostálgicos ao lembrar os tempos das brincadeiras na lavoura.

¹⁴³ MARIA GABRIELA, 2013.

Nesse universo de vivências e experiências, quando relatou os “apelidos” que os identificava, perguntei o porquê destes e qual o seu sentido. Logo Maria Gabriela explicou que as características e atitudes de cada um é que se tornavam elementos para identificá-los nos canaviais entre os colegas de trabalho. Assim criavam identidades que perpassavam as relações dentro dos canaviais, pois a depoente relata “que todo mundo me conhece por Sula, mas meu nome é Maria Gabriela, mas até mesmo eu se você chega e chama de Maria Gabriela parece que não é eu” (informação verbal).¹⁴⁴ O “apelido” assume outro sentido, que vai além de uma simples brincadeira nos canaviais, tornando-se sua identificação social.

Nesse sentido, trabalho e vida estão amalgamados nas relações sociais constituídas dentro de um processo histórico, o que fica claro quando a trabalhadora destaca que não se reconhece como Maria Gabriela, mas como Sula pois entre eles criaram modos de vida utilizando elementos pessoais e afetivos que se justificavam em sua trajetória de vida.

Nos diálogos com Maria Gabriela, destacam-se em suas lembranças os momentos bons vividos que deixaram saudade.

Apesar do serviço ser sofrido, porque pesado trabalha muito debaixo do sol, da chuva, modo que alimentação é ruim, como te falei tenho esse problema de coluna adquiri no serviço, mas a gente tem muita saudade, ah, basta escutá barulho de ônibus e vê ele passando na porta, mesmo que não é de cortadores da cana, a gente lembra e as vez até comenta com quem tá perto da época da roça que tinha colega de serviço que só fazia farra (informação verbal).¹⁴⁵

Algumas considerações devem ser feitas. Na narrativa da entrevistada, ao relembrar os amigos e até mesmo as piadas e conversas entre eles, parece querer deixar bem claras as condições de trabalho que eram oferecidas para os cortadores de cana, as relações de poder e exploração sofridas no cotidiano de trabalho. No entanto as suas vivências estão atreladas a relações sociais que se constituíram entre seus círculos de amizade, que demarcam sua trajetória entre angústias e esperanças, pois fazem parte da sua história de vida as lembranças dos sofrimentos e das dificuldades financeiras pelas quais passou quando veio residir na cidade de Itumbiara. Como forma de afirmação social, Maria Gabriela coloca-se como protagonista ao salientar: “É isso que faço” (informação verbal).¹⁴⁶

No entretecer da narrativa de Divino Pereira, foram elencadas não somente as condições de trabalho oferecidas nos canaviais, mas as brincadeiras que ocorriam entre os colegas.

¹⁴⁴ MARIA GABRIELA, 2013.

¹⁴⁵ MARIA GABRIELA, 2013.

¹⁴⁶ MARIA GABRIELA, 2013.

Divino: Eu tenho saudade dos amigos das brincadeiras de contar piada, da cantoria nos ônibus na hora de vir embora, mas do serviço não tenho saudade não.

Carla: Por que o senhor tem esse apelido de Pepe? Ele foi adquirido na época em que trabalhava na lavoura de cana?

Divino: É, esse apelido foi que passava programa na televisão aí todo dia eu ia ver televisão pra assistir o programa na casa dos outros, porque nós não tinha aí meus amigos da lavoura começou a chamar eu do nome do programa Pepe e ficou.

Carla: Mas essa questão de colocar apelidos uns nos outros não incomodava não?

Divino: Não incomodava porque a gente levava na brincadeira, era como fosse família da gente, porque a gente passava o dia inteiro na roça.

Carla: Há alguma forma de brincadeira de que o senhor se lembre mais?

Divino: Têm várias, mas sempre era comum no final da safra quando terminava, a gente amarrava magote velho, latinha, até botina na traseira do ônibus e vinha embora da roça e ia no meio da estrada com esses trem amarrado, risos e o maior barulho (informação verbal).¹⁴⁷

As narrativas de Maria Gabriela e Divino tornam-se comuns em alguns pontos: os embates vividos no corte de cana, o que evidencia as condições a que estavam expostos, e a adoção dos ritmos e disciplinas exigidos, mas também as relações constituídas nos círculos de amizade no ambiente de trabalho.

Sendo assim, entendemos que fazia parte da rotina do trabalhador de cana conviver em meio às brincadeiras e apelidos que os caracterizavam e se tornavam sua identidade na lavoura, como uma regra de convivência, de afeição, que carregava sentidos/significados para essas pessoas, pois percebo que amarrar o magote,¹⁴⁸ a botina, as latinhas são formas de demonstrar que venceram a luta e sobreviveram à angústia de alguns por estarem longe de casa, pois retornar para a cidade de origem, após se adaptarem às condições e ritmos do trabalho no corte da cana, demarcava o fim momentâneo da luta nos canaviais pela sobrevivência.

Analisando a questão de que muitos voltavam para sua cidade de origem, o final da safra representava para muitos a possibilidade de acertar os direitos trabalhistas com a instituição e de levar dinheiro para casa. No entanto, os sujeitos que entrevistei fogem a essa estimativa, pois residem em Itumbiara, construíram aqui sua família, mas o fim da safra significava para eles a expectativa do acerto dos direitos trabalhistas, pois representava a possibilidade de receber o seguro-desemprego e de trabalhar em um outro serviço autônomo para trazer maior conforto para a família.

¹⁴⁷ DIVINO, 2013.

¹⁴⁸ Equipamento de proteção individual utilizado pelos cortadores de cana para a proteção do braço esquerdo, evitando cortes ao abraçar a cana. Imagens desse utensílio, tanto magotes quanto botinas e óculos utilizados no trabalho manual no corte de cana estão disponíveis em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/pesquisa_epis_fundacentro.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

Carla: Quando terminava a safra, que durava por volta de seis meses, mais ou menos em novembro, os trabalhadores faziam o acerto trabalhista com a usina e recebiam o seguro-desemprego. O senhor só voltava a trabalhar quando iniciava a safra por volta do mês de abril?

Agnaldo: Não, a maioria ia procurá outro serviço autônomo para fazer enquanto recebia seguro-desemprego até iniciar o corte da cana de novo, ia pra boia-fria, apanhar algodão ou tomate, trabalhá até de servente se tivesse, o que aparecesse a gente fazia para ganhar dinheiro por fora para ajudá mais em casa (informação verbal).¹⁴⁹

Nesse sentido, as entrevistas apresentam elementos também similares quando destacam que muitas das vezes, por serem trabalhadores da cana, eram vistos e caracterizados como pessoas “desqualificadas”, sem estudo, que não tinham outra função a exercer na sociedade a não ser o serviço braçal, gerando preconceito contra os cortadores, criando estereótipos que os “diminuía” frente aos “letrados”, mascarando a dura realidade da sociedade desigual em que vivemos.

Agnaldo: Para a gente que não tem estudo é difícil, porque também você vai ficando mais velho não dá mais para trabalhar em serviços pesados, porque não tem a mesma resistência quando é novo, e tem que procurá outro emprego e às vezes o que sobra é serviço de chapa, servente, trabalhar nos caminhão de lixo na cidade, são serviços também que trabalha muito, mas é menos pesado que o da cana, eu saí da Usina Alvorada era em 2002, mas fui cortá cana na Trialcool, que é lá em Tupaciguara, só que lá fiquei pouco tempo porque me mandaram embora porque fiz greve.

Carla: Por que saiu da Alvorada e foi para a Trialcool?

Agnaldo: Lá diz que pagava mais, o povo falava, mais na verdade dá na mesma porque cê pega lugar ruim pra cortá e não rende o serviço e, não foi só eu não que foi pra lá teve mais colegas meus que foi, tinha até um que é o P., que foi pra lá, porque era bão demais pra cortá cana e a Usina tava dando premiações pra quem cortasse mais ganhava uma moto, aí acontece que ele não conseguiu ganhá essa moto, não foi vencedor e depois disso ele ficou meio doido da cabeça, mas tinha rolo também porque eles fazia o seguinte tinham os mais espertos que comprava a cana que o fulano tinha cortado e pagava pra ele adiantando e aquela metragem ia para ele nos papéis quando o fiscal da metragem passava, porque no começo quem estava ganhando e tava bem na frente do C. era o P (informação verbal).¹⁵⁰

O narrador deixa claro que as máquinas estavam substituindo os cortadores de cana quando saiu da Usina nos anos de 2002, e que a oportunidade dada aos cortadores foi o trabalho na irrigação: “porque quem tem estudo não que ele aí sobrou pro que não tem, igual o D., trabalha até hoje, o N.” (informação verbal).¹⁵¹ Assim, como o serviço era tido como insalubre, deram oportunidade para alguns cortadores da cana, que apresentaram certo

¹⁴⁹ AGNALDO, 2013.

¹⁵⁰ AGNALDO, 2013. As siglas C e P são abreviações dos nomes dos colegas de trabalho do entrevistado e a pedido do mesmo não foi informado o nome dos trabalhadores.

¹⁵¹ AGNALDO, 2013.

descontentamento e até mesmo indignação com essa situação, pois perceberam a exclusão latente nas relações de trabalho e na vida.

O depoente narra seu trajeto de vida desde a época do trabalho na Usina Alvorada, revelando os percalços de ter sido mandado embora por ter sido o “cabeça” de uma greve na Usina Trialcool, além de demarcar que a busca por outro emprego estava vinculada à substituição da mão de obra do cortador pelas máquinas, o que levou a uma menor necessidade de trabalhadores.

Agnaldo compreende que a idade de 40 anos é uma faixa etária em que os indivíduos não possuem resistência física suficiente para suportar a rotina do trabalho, além do mais sabemos que as usinas davam preferência aos mais novos, pois cortavam mais cana e não sentiam tantos males como câibras, o que prejudicava a rentabilidade dos usineiros.

No diálogo com Agnaldo a respeito dos meios que as usinas utilizavam para motivar o trabalhador da cana a produzir o maior número possível para ganhar a premiação oferecida pela instituição, compreendemos que tais ações são formas e lógicas do mercado do capital, que coage os sujeitos a competirem entre si em busca do ganho de uma televisão, de um rádio e até mesmo de uma moto, que já foi objeto de premiação para o cortador que mais produziu no período da safra.

Entretanto, a dinâmica utilizada pelas usinas é resultado do aproveitamento dos sonhos e desejos dos trabalhadores que querem possuir certos objetos de que são privados em razão das condições em que vivem. Essas circunstâncias se tornam visíveis quando Agnaldo destaca o exemplo de um amigo que trabalhava com ele que, na ânsia de conseguir a premiação, estava a trabalhar o máximo que seu organismo produzia, no entanto, relata que diante da vontade de conseguir prêmios também, o cortador C. utilizou artifícios, conforme destacado na fala do depoente:

tinha os mais espertos que comprava a cana que o fulano tinha cortado e pagava pra ele adiantado e aquela metragem ia para ele nos papéis quando o fiscal da metragem passava, porque no começo quem estava ganhando e tava bem na frente do C. era o P. (informação verbal).¹⁵²

Na construção do argumento explicativo sobre as relações de trabalho e as formas de competitividade e estratégias utilizadas pelos próprios trabalhadores destacamos as condições que estes estavam vivendo naquele momento, daí a gravidade dessas ações de premiação na vivências dos trabalhadores da cana, pois os usineiros se apoderavam das perspectivas e

¹⁵² AGNALDO, 2013.

sonhos das pessoas que desejavam possuir objetos de que eram privadas, manipulando os meios e ganhos da produção. Assim se fazem as condições e os caminhos que estruturam as relações sociais no mercado. Segundo Agnaldo passou por um desencanto com a perda da premiação: “não foi vencedor e depois disso ele ficou meio doido da cabeça” (informação verbal).¹⁵³

A instituição dessas premiações nos faz perceber como as relações sociais no mercado produz nessas pessoas a vontade de consumir bens que não têm possibilidade de adquirir em razão das condições sociais em que vivem, fazendo com que a “solidariedade” existente no ambiente de trabalho seja “quebrada”, pois o interesse pela moto, como destacado por Agnaldo e a condição de vender a mão de obra em sistema ganho de produção, resultava em meios estratégicos utilizados pelos trabalhadores de forma que eles vendiam a tonelada cortada no dia para o cortador que tinha interesse no produto.

Nessa perspectiva, compreendemos que são engendradas novas formas de organização de novos valores que, na lógica do mercado, levam ao aumento da produção por meio da competição entre os trabalhadores. São as configurações das novas regras que, no entanto, não acredito ser baseadas na necessidade desses trabalhadores de quererem ser os “vencedores” ou de demonstrarem “competência” e afirmação diante dos outros cortadores.

Mas partindo das experiências e vivências dos trabalhadores no cotidiano, essas ações se justificam porque eles as percebem como oportunidades que lhes são talhadas e não como uma atitude de ilegalidade ou farsa comprar a tonelada da cana de outro amigo e colocar como sua para conseguir a premiação. Essas são formas/estratégias que utilizam diante das condições impostas a eles, a qual a forma de produção por ganho de produtividade faz aumentar a competitividade e consequentemente organiza a elevação da produtividade do trabalho.

Entendemos que esses sujeitos vivem determinadas circunstâncias e necessidades e atribuem sentido/significado às suas experiências, assim como destacamos, além da relação de exploração e competitividade, a luta acerca de determinados valores, a busca por sobrevivência e oportunidades.¹⁵⁴

Logicamente não podemos nos silenciar quanto ao fato de que vivemos e somos influenciados pelo consumismo, pela necessidade de ter objetos que proporcionam *status* no meio social. Isso faz parte da lógica política e econômica do capital, que gera produtos e

¹⁵³ Destacamos que tal conclusão foi expressa pelo trabalhador, portanto não temos um diagnóstico médico que comprove tal fato.

¹⁵⁴ THOMPSON, 1981a.

novas necessidades que influenciam os sujeitos a incorporar novos objetos no cotidiano de consumo que muitas vezes “parecem” dar sentido do e para viver na sociedade.

Quando Agnaldo relatou a competitividade nos canaviais na busca dos sujeitos de ganhar a premiação, fiz a seguinte indagação:

Carla: Então, com as premiações sendo inseridas como possibilidades de ganhos para os cortadores da cana, os trabalhadores deixaram de ajudar um colega que não estava conseguindo terminar o eito, por exemplo. O senhor lembra por volta de que ano começaram a utilizar essas premiações na Usina?

Agnaldo: Não, ainda havia essa ajuda a colegas que estavam precisando até mesmo a terminar o eito, e o sorteio de motos e como disse geladeiras não era sempre não, mas ainda permaneceu a ao colega, porque muitos trabalhadores não importava com isso, porque sabia que não tinha nem possibilidade de ganhar porque cortava menos que os outros e não ficava com essa ambição, essas premiações começou no final dos anos de 1999 a 2000, e igual disse na Trialcool foi no ano de 2002, porque foi quando fui trabalhar lá. E também os próprios cortador implica com esses que ficam doidos para ganhar premiações, com a ambição querendo comprá cana já cortada para ficar com metragem alta (informação verbal).¹⁵⁵

Agnaldo ressalta que apesar de haver as premiações, que fizeram com que a forma de produção e as relações no trabalho se modificassem, ainda permanecia a ajuda aos colegas que necessitavam desta, pois os valores e costumes não eram separados dos sentidos/significados para esses trabalhadores, certos aspectos e relações permaneciam mesmo diante das condições de vida que possuíam em meio à lavoura, isso define que entendemos que essas relações representam conflitos, transformações, cultura, interesses e contradições.

Portanto, como narra o depoente, mesmo ocorrendo a competitividade ainda permanecia a “solidariedade” nos círculos de amizade, como regra e obrigação social. Ele revela também que os próprios colegas de trabalho apresentavam certa desconfiança e implicavam com as atitudes de cortadores que tinham o desejo de conseguir a premiação e não mediam as consequências de seus atos: remetendo a fala Agnaldo “E também os próprios cortador implica com esses que ficam doidos para ganhar premiações, com a ambição querendo comprá cana já cortada para ficar com metragem alta” (informação verbal),¹⁵⁶ tornando uma forma de repressão entre os próprios trabalhadores.

As afirmações dos trabalhadores da cana são relativas à forma como ocorreu o processo de mecanização da Usina Alvorada e contribuem para revelar as condições de trabalho a que estavam expostos, como a falta de segurança no trabalho, pois podiam se cortar; a falta de alimentação oferecida pela instituição privada; o baixo salário oferecido pela

¹⁵⁵ AGNALDO, 2013.

¹⁵⁶ AGNALDO, 2013.

produção, o que é evidenciado pelos desgastes físicos dos trabalhadores, que chegavam a sentir cãibra e a vomitar de tanto esforço para conseguir cortar mais cana, já que dependia de seus braços a produção que gerava recursos para que eles tivessem como se alimentar, pagar aluguel, remédios, entre outros bens básicos de que eram privados.

Os trabalhadores brasileiros são tratados como peças de uma “engrenagem”, pois caso não se encaixem nas regras ou não se adaptem ao mercado flexível posto como caminho da lógica social que vigora no país vivem em um solo movediço de incertezas quanto às condições de alimentação, saúde, moradia e educação.

Essa questão torna-se clara quando Élio afirma, a respeito da mecanização da usina: “quem fala que não tinha medo das máquinas tomarem o lugar do cortador de cana tá mentindo, porque era o serviço que tinha para trabalhar” (informação verbal).¹⁵⁷ Essa afirmativa evidencia como se constituía a vida dos trabalhadores da cana, o medo que tinham de perder o emprego, pois, como destacam, tinham consciência das relações de poder que vivenciavam, precisando muitas vezes subvertê-las para garantir a sobrevivência.

Conjuntamente com esse exercício de confrontação, a lógica favorável ao capital se constitui na exclusão e descarte de determinadas formas de trabalho, como ocorrido no processo de mecanização da Usina Alvorada salientado pelos cortadores, que condicionou a diminuição do contrato de trabalhadores para os canaviais.

Essa realidade foi vivenciada por esses sujeitos que sentem e percebem o descarte do trabalhador quando não mais interessa aos interesses do mercado, sentirem que estão fadados à própria sorte. E são essas vivências e experiências que engendram a visão e os valores dos cortadores de cana, como salientado na fala de Divino, e que os levam a fazer críticas à lógica governamental, econômica e política reinante no país.

As questões narradas pelos cortadores de cana a respeito de suas relações além do trabalho e aspectos como valores e educação serão discutidas no capítulo a seguir. Analisaremos, portanto, os modos dessas pessoas verem o mundo e como atuam no processo histórico.

¹⁵⁷ ÉLIO, 2013.

3 MODOS DE VIDA: EDUCAÇÃO, VALORES E RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO

Iniciamos este capítulo com a apresentação da narrativa jornalística que conta com a participação de dois produtores de cana e de um professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), compreendendo com base nela quais os princípios sociais e políticos que estão a constituindo a sociedade brasileira.

Já o professor de agronomia da Unesp, Ulisses Rocha Antoniassi, 42, disse que o trabalhador impõe o ritmo de trabalho que quer. “Ele não é obrigado a trabalhar muito, trabalha para ganhar mais porque ganha por produtividade”, afirmou. “Não é escravo, é um assalariado. Mas todos pegam no pé do produtor. Se contrata é porque o trabalho é escravo, se mecaniza vai causar desemprego”, disse Leonardo Moreira Cunha, 20, filho de produtor de cana em Quirinópolis (GO). “O salário está muito acima da média brasileira de remuneração. Por isso é que atrai tanta gente”, disse o usineiro Maurilio Biagi Filho.¹⁵⁸

Apresentamos aqui as argumentações dos padrões para manter a exploração da mão de obra do trabalhador no corte de cana. Eles destacam que a média salarial dessas pessoas estaria acima da estimativa de remuneração dos trabalhadores brasileiros, justificando esse quesito com o grande percentual de pessoas que procuram pelo trabalho na lavoura de cana.

Demonstramos por intermédio dessa narrativa como são caracterizados os trabalhadores com o objetivo de questionar e contradizer as formas de legitimação do poder dominante e de abrir novas perspectivas que contradizem a memória dominante, que tem como caminho justificar a exploração da mão de obra do trabalhador utilizando – se de caracterizações do trabalho como “lei da oferta e da procura”.

Questionamos por meio das evidências das falas dos trabalhadores a visão do professor da Unesp Ulisses Rocha de que essas pessoas trabalham ditando a rotina e o ritmo que desejam, pois em suas narrativas apontam que são fiscalizadas pelos “gatos” diariamente.¹⁵⁹ Mas não é apenas essa questão que faz com que esses trabalhadores se excedam no ritmo de trabalho, mas o valor pago pela quantidade de tonelada de cana cortada. Essas condições levam esse profissional a arriscar sua saúde para conseguir no final do mês um salário melhor para o pagamento do aluguel da moradia, para comprar alimentação e remédios, ou seja, é isso o que faz os trabalhadores da cana lutarem contra a própria resistência física de seus corpos: essas e outras necessidades básicas de sobrevivência.

¹⁵⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Boia fria ganha bem, diz usineiro. [2007]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0305200732.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

¹⁵⁹ Essa questão foi relatada pelos entrevistados constitui parte do capítulo 2 da pesquisa.

A fala de Élio apresenta sua visão de mundo:

Carla: O senhor estudou até qual série? O trabalho no corte da cana atrapalhou seus estudos?

Élio: Na época que era criança e meu pai faleceu, não tinha quem sustentasse a casa porque minha mãe sozinha não dava conta, parei de estudar e fiquei apenas trabalhando no corte de cana, depois de um tempo voltei e fiz aquele Mobral¹⁶⁰ e terminei o ensino fundamental e o trabalho era mais difícil estudar, porque você chegava cansado demais não dava vontade de ir pra escola, além que tinha alunos que tinha preconceito com a gente, porque a gente que corta cana fica com as mãos com carvão da cana, cheia de calos, uma mão feia, as unhas ficam pretas de carvão, mesmo lava parece que não sai assim demora, aí tinha uns alunos que ficava falando que mãos sujas dele, ele corta cana (informação verbal).¹⁶¹

A realidade vivenciada por Élio narra a tensão contrária a visão apresentada nos jornais que classifica os trabalhadores como desqualificados e culpados pela própria sorte e condições de vida que enfrentam. A narrativa dos trabalhadores contradiz a narrativa jornalística, pois evidencia que são as circunstâncias e pressões de viver em uma sociedade em que homens e mulheres se relacionam de diferentes modos no enredo das condições materiais que criam as desigualdades e as péssimas condições em que as pessoas moram e vivem na cidade.

É comum encontrar nos relatos dos cortadores de cana o fato de que trabalhavam na lavoura desde criança com os pais. Eles apresentam como justificativa para terem tido uma infância ligada ao mundo do trabalho as necessidades financeiras e os percalços da vida, como Élio, que citou o falecimento do pai.

A possibilidade desses trabalhadores de terem acesso à instrução e sua concepção de mundo passam a ser construídas nos ditames da realidade vivida nos canaviais. O trabalhar torna-se elemento de sobrevivência no meio social, constituindo a formação da visão de mundo dessas pessoas.

Observamos que Élio representa as contradições do real de famílias que não têm boas condições de vida, alimentação, moradia, saúde e, diante dessa situação, necessitam de trabalhar desde criança, tornando-se fundamental para os filhos mais velhos ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos que ainda não têm condição de ir para o trabalho.

Quando perguntamos a escolaridade dos trabalhadores, apenas Élio afirmou ter terminado os estudos fazendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) após ter saído do corte

¹⁶⁰ BRASIL. Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-atualizada-pl.html>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

¹⁶¹ ÉLIO, 2013.

de cana, em 1988. Os outros entrevistados afirmaram que não têm ensino fundamental completo e que isso faz falta. Eles relatam que dependendo do lugar sentem vergonha quando pedem para que eles preencham algum papel, como evidencia José Jesuíno:

Eu mal sei assinar meu nome e leio, mas é pouco, porque a gente quase não foi pra escola porque trabalhava e o que preocupava era em trabalhar porque precisava né, aí acabou que não estudei, e tem mais a gente que não estudou tudo é mais difícil para resolver as vez vai num lugar precisa assinar papel tem que ler não entende o que está no papel, a gente fica meio com vergonha de não saber; e até meio nervoso, porque não dá conta (informação verbal).¹⁶²

José justifica que não possui formação escolar em razão da falta de oportunidade de estudar, pois o cotidiano do trabalho dificultava sua permanência na escola. No momento o que preocupava a sua família era conseguir sobreviver, portanto a prioridade era o trabalho para terem o que comer e onde morar.

O entrevistado relata que sente a necessidade de um histórico escolar na vida para a resolução de assuntos na cidade, demonstrando certo descontentamento e receio quando necessita escrever ou ler papéis em lugares públicos, pois as condições de vida o fizeram buscar outra forma de organização da vida, o que o distanciou da educação formal.

A fala de José demonstra em que configurações e circunstâncias o desenvolvimento e a modernização parcial do país se constituíram, em patamares de interesses e a favor das fronteiras de classe. Dessa forma, ele nos apresenta seu modo de ver o mundo e como buscou alternativas para sobreviver na sociedade. O trabalhar tomou o sentido/significado de “mal necessário”.¹⁶³ Mesmo sendo o trabalho na lavoura de cana desgastante, era o caminho para garantir naquele momento a alimentação da família.

A narrativa de José retrata a pressão social na luta pela sobrevivência, mas também as dificuldades enfrentadas nas relações sociais que estão além do trabalho, pois destaca que por não ter um histórico escolar tem dificuldades de ler e escrever, o que se torna muitas vezes o empecilho e gera constrangimento para ele na sociedade em que vive.

O depoente demonstra sentido/significado de se perceber excluído, constrangido nos espaços sociais, apresentando-nos sua visão social do mundo como constituído de diferenças, hierarquias e explorações de trabalhadores que não tiveram oportunidade de frequentar a escola.

¹⁶² JOSÉ, 2013.

¹⁶³ Esclarecemos que essa referência parte da interpretação das vivências e experiências dos trabalhadores, pois ao relatar que sabiam dos males do trabalho no corte de cana (“ questão da má remuneração, alimentação, risco de saúde”), destacam que era necessário para tentar viver na cidade.

Percebemos pelas narrativas dos trabalhadores as angústias pelas quais passaram em sua trajetória de vida, portanto, ao colocar em discussão as relações de trabalho nos propomos a refletir como se constituíram as vivências dessas pessoas, que representam as diversas realidades sociais.

A proximidade dos relatos dos trabalhadores de cana sobre a escola se pauta na figura do desejo de um caminho diferente para seus filhos, na vontade que apresentam de que eles não passem pelas mesmas situações de constrangimento, dificuldade e angústia que seus pais passaram por terem que trabalhar desde criança, pois não tinham condições básicas para sobreviver. Diante dessas circunstâncias afastaram-se da oportunidade de permanecer na instituição escolar.

Élio: Eu fui terminar os estudos depois de mais velho, já meus filhos teve como oportunidade de estudar mais que eu, porque a gente não quer que eles passa pelo que a gente passa, porque se você não tiver um estudo pelo menos o ensino médio que eles fala, hoje ocê nem arruma serviço, só que eles não fez faculdade não.

Carla: Em que tipo de serviço suas filhas trabalham?

Élio: A mais nova trabalha no supermercado repõe mercadoria faz essas coisas, a outra na prefeitura e a outra não tá trabalhando não (informação verbal).¹⁶⁴

Élio atribui sentido/significado à escola como necessária para sobreviver nos dias atuais, pois acredita que sem o estudo não é possível conseguir “arrumar serviço”. Ele salienta que suas filhas não fizeram faculdade remetendo a um sonho idealizado por muitos de que o ensino superior seja o ápice da formação do conhecimento e uma expectativa de conseguir um emprego melhor.

Sua fala – “porque se você não tiver um estudo pelo menos o ensino médio que eles fala hoje ocê nem arruma serviço”¹⁶⁵ – nos leva a perceber as exigências que cada vez mais instituem padrões de vivência no mercado de trabalho, exigindo uma maior escolaridade para exercer determinadas profissões que antes eram realizadas por pessoas que não tinham nem mesmo o ensino fundamental completo.

Nessa direção, podemos observar que no concurso público realizado em 2008 para o município de Itumbiara foi exigido como requisito para os cargos de zelador, merendeira e cozeiro, profissões classificadas como de serviços gerais, ensino fundamental completo, tendo como remuneração um salário mínimo com jornada de trabalho de 40 horas.

¹⁶⁴ ÉLIO, 2013.

¹⁶⁵ ÉLIO, 2013.

O depoente expressa seu modo de ver o mundo e as relações sociais que se modificam no mercado de trabalho, com cada vez maior exigência de flexibilidade do trabalhador, formação profissional, adequação à disciplina e às normas do mercado de trabalho.

Agnaldo manifesta a dificuldade do trabalhador que não possui escolaridade para conseguir um emprego e buscar novos caminhos de sobrevivência. Ele salienta em sua narrativa as exigências para conseguir um emprego de mototaxista nos tempos atuais, pois, para quem não possui um histórico escolar, torna-se o empecilho a aprovação na prova escrita de legislação de trânsito. Assim relata a experiência vivida e a angústia de não ter estudo.

Carla: Como o senhor relata as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador que tenta mudar de serviço e sair do corte da cana? A falta de uma formação escolar representa um prejuízo?

Agnaldo: Aí fui tirar CNH, pra entrar no mototáxi, porque sabia que não dava mais para arrumá serviço na Usina eu já tava com 40 anos, também não tava dando mais pra trabalhá nesse serviço e também só ia diminuindo os trabalhado e, serviço tava ficando mais ruim porque os cortador só cortando em brejos, em lugar ruim demais, aí a gente já sabe que tá ficando mais velho vai tentando juntar um dinheiro do acerto da firma todos os anos para tentar procurar comprar a moto para trabalhar, vai pensando em arrumar outro serviço.

Carla: A diminuição dos trabalhadores foi em razão da aquisição de máquinas nas usinas? E quanto à chegada dessas máquinas cada vez em maior número? Os cortadores de cana tiveram oportunidade de trabalhar nelas ou de conseguir outro emprego na Usina?

Agnaldo: É, as máquinas cada vez mais era mais aí não precisava de tanto trabalhador como era antes, agora nós que era do corte de cana nem pensava em trabalhar nelas porque a gente não tinha estudo a maioria, tinha que ter carteira de habilitação e ainda os cursos para dirigir, pra nós não teve oportunidade não, aí muitos foi saindo caçando melhoria buscando outros lugar pra trabalhar, outros conseguiram emprego na Usina em outra área que é a irrigação que trabalhei, que também é um serviço ruim, porque trabalha de noite no meio das roças naquele breu tem que tá indo na bomba olhar ela pra ver se tá rodando e é perigoso cobra no meio dos brejos que a gente atravessa e até onça, porque tem, os que ficou na usina dos cortador foi nesse serviço, porque quem tem estudo não qué esse serviço, aí sobrou pros que não têm, igual o D., trabalha até hoje. Carla: Como o senhor já relatou, quem não tinha estudo teve dificuldade para tirar a carteira de habilitação?

Agnaldo: Sim, é difícil porque tem pouco estudo e tem que ler e decorar o que tá naquele livrinho, não é fácil, mas consegui passar de primeira porque tive ajuda das minhas filhas, mas tem amigo meu que bombô três vezes até que conseguiu passá.

Carla: Havia também certa necessidade de tirar a carteira de habilitação porque servia para trabalhar como mototaxista, certo?

Agnaldo: Muitos cortador amigo meu também trabalha no mototáxi, tem o D., o C. e outros, que têm como meio de serviço (informação verbal).¹⁶⁶

A fala de Élio acentua o processo de busca de transformação das relações sociais que vivia o trabalhador. Não apenas ele cita em sua narrativa, mas vários outros cortadores de cana contam que chegando à idade dos 40 anos, tempo em que o corte se torna um trabalho

¹⁶⁶ AGNALDO, 2013. As siglas D e C são em razão de o entrevistado preferir que não fossem identificados por nomes os colegas de trabalho.

mais difícil diante das condições físicas do corpo, buscam alternativas de outros empregos na cidade, lutam contra as condições vividas, pois mesmo sem um histórico escolar tentaram tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH),¹⁶⁷ porque esse não era apenas um desejo, mas uma oportunidade de conseguir um emprego como mototaxista que atendesse as necessidades de sua faixa etária, pois não exigia esforço físico exorbitante e garantia a sobrevivência da família.

Aginaldo ressaltava o processo de substituição dos cortadores de cana por colheitadeiras. Essas transformações diminuíram a necessidade de mão de obra na lavoura, entretanto, o entrevistado questiona o descaso com o trabalhador, pois os profissionais que não atendiam mais ao perfil que a empresa desejava iam sendo descartados, assim a preocupação com a falta de emprego assolava a realidade dessas pessoas.

O entrevistado destaca que o trabalho na lavoura tinha como faixa etária limite por volta dos 40 anos de idade, porque a partir daí o trabalhador passa a diminuir sua produção de toneladas cortadas em razão das dificuldades de resistência ao sol, da má alimentação, da fumaça que muitas das vezes é aspirada por esses trabalhadores.

Maria Gabriela também ressaltou a idade e as dores que começavam a sentir quando os 40 anos chegavam para o trabalhador.

Carla: A respeito de sentir dores e passar até mesmo mal no canavial, isso é comum entre os trabalhadores?

Maria Gabriela: Olha, passá mal de sentir câimbra nas mãos, nas pernas, até vomitar e começá a sentir dores na coluna de tanto abaixar para fazer corte, começa a sentir aquelas pessoas mais velha que vai passando dos 40 anos, porque ai já não aguenta trabalhar do mesmo jeito quando a gente é novo, até mesmo a Usina prefere os mais novo porque é melhor de podão (informação verbal).¹⁶⁸

A narrativa de Maria Gabriela esclarece os motivos de muitos dos trabalhadores que chegaram aos 40 anos buscarem outros caminhos para conseguir a sobrevivência, pois a idade já não oferece as condições necessárias para a rotina de trabalho na lavoura. Também ressaltava que a própria usina “prefere os mais novo porque é melhor de podão” (informação verbal).¹⁶⁹

¹⁶⁷ Entre histórias e risadas lembrando os acontecimentos na vida dos cortadores de cana de Itumbiara, Élio conta que um amigo dele foi renovar a carteira de habilitação e, chegando lá, tinha que preencher um papel, um questionário em que precisava preencher sim ou não. No entanto, diante das dificuldades de leitura e por estar com pressa não leu as questões, foi marcando jogando no bicho, colocando mais sim do que não, só que na hora que a moça pegou o papel olhou para ele e disse: “Senhor, o senhor respondeu até que usa drogas, que tem doença cardíaca, que sofre de problemas de visão, pressão, um monte de coisas”. Aí ele ficou sem jeito e disse: “É que tô meio nervoso hoje com umas coisas, mas me dá outro, preencho de novo”. No final a moça preencheu para ele.

¹⁶⁸ MARIA GABRIELA, 2013.

¹⁶⁹ MARIA GABRIELA, 2013. Em diálogo com trabalhadores perguntei a quantidade de toneladas de cana que um cortador pode chegar a cortar em um dia. Aginaldo afirmou já ter cortado 22 toneladas e falou sobre um

Quando afirma ser melhor de podão está remetendo a trabalhadores que cortam maior número de toneladas de cana, sendo os mais jovens os preferidos, porque têm maior resistência às precárias condições de trabalho que lhes são oferecidas e conseguem produzir melhor, possibilitando maior rentabilidade para os patrões.

Sabendo da realidade latente do desemprego, Agnaldo narra que buscou, ao longo dos anos trabalhados na usina, privar-se de gastos e, com o acerto trabalhista, acumular dinheiro para tentar buscar outro emprego que exigisse menos esforço físico. Nessas circunstâncias

aí a gente já sabe que tá ficando mais velho vai tentando juntar um dinheiro do acerto da firma todos os anos para tentar procurar comprar a moto para trabalhar, vai pensando em arrumar outro serviço (informação verbal).¹⁷⁰

Para Agnaldo foi necessário conviver com as privações para possuir um meio de trabalho (moto) para buscar novas alternativas de ganhar o pão de cada dia.¹⁷¹

Entretanto, Agnaldo revela que para ele e outros trabalhadores foi um enfretamento, pois realizar tarefas e avaliações que exigiam certos conhecimentos básicos adquiridos no ambiente escolar se torna um desafio e se constitui num empecilho para vários trabalhadores de cana que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola, pois estavam a lutar pela sobrevivência de sua família.

Sobre essa situação, posso relatar que ao trabalhar como avaliadora no processo seletivo de avaliação de legislação de trânsito – na prova escrita, sendo o órgão responsável a Universidade Estadual de Goiás – observava que era comum encontrar candidatos que tinham sido reprovados em torno de três vezes ou até mais na avaliação escrita.

Todavia, o que me chamava atenção era que os cortadores de cana eram reconhecidos pela forma como tratavam os colegas, pois dificilmente chegavam sozinhos e sempre estavam em grupos de três ou mais pessoas. Quando da realização da prova, ao me deparar com essas pessoas nos corredores esperando a hora de adentrar na sala e até mesmo no horário que estavam realizando a prova, era visível o nervosismo em que se encontravam. Muitas vezes, quando iam assinar o comprovante da lista de presença em minha mesa, percebia que alguns estavam com as mãos suadas, mas também algo que notava eram as marcas do cotidiano do trabalho no corte de cana, pois as mãos, com o pó da cana, são características das suas condições de trabalho.

colega que trabalhava na lavoura que já chegou a cortar 32 toneladas. Maria Gabriela também disse que cortava em torno de 15 a 18 toneladas por dia.

¹⁷⁰ AGNALDO, 2013.

¹⁷¹ Essa questão de os trabalhadores buscarem outros serviços no período de recebimento do seguro-desemprego foi salientada no capítulo 2.

Relembro que alguns ainda brincavam comentando: “ninguém passa nessa prova, difícil, já bombei três vezes”, talvez com a esperança de que pudéssemos, na condição de avaliadores, ajudá-los.

O ato de dizerem “bombei” se refere à reprovação na avaliação escrita, mas o interessante, sempre observado por mim, era o fato de que andavam em grupos, conforme já dito, pois assim aparentavam sentir mais segurança para realizar a atividade proposta, como se estar em grupo em meio aos colegas de trabalho oferecesse maior estabilidade, estimulasse a perseverança e os deixasse mais desinibidos para realizar a avaliação escrita.

Eles enfrentam julgamentos e preconceitos por serem trabalhadores da cana, e as narrativas dessas pessoas demonstram seu descontentamento com a realidade social, com as pessoas que se fazem nesse meio, pois projetam sobre os trabalhadores uma imagem preconceituosa de incapazes, ignorantes, desprovidos de qualquer noção intelectual, de higienização, ou seja, marcam-nos com a “figura da pobreza”.¹⁷²

A pesquisa de Sérgio Paulo Morais relata sobre questões da pobreza na cidade de Uberlândia, discutindo as formas como são criadas as imagens das pessoas no enquadramento da “inclusão da pobreza”, termos que expressam as tentativas de convencimentos sobre a realidade social:

Considerando o que Richard Hoggart descreveu certa vez como “nós” e “eles”, pude me sentir, ao seguir este modo de abordagem, no lugar “dos outros”, daqueles que duvidam da capacidade dos pobres de nutrir os filhos, em mantê-los em atividades que “retiravam” das ruas, em economizar os poucos recursos para a utilização exclusiva em alimentos, e da incapacidade de pararem de reproduzir. Mesmo não compartilhando destes juízos, estava envolvido em atmosferas de suspeição, nas quais os temas, os termos e as aparências constituíam expressões de convencimentos que ambientavam em tensas fronteiras de classes.¹⁷³

A reflexão elaborada nesta pesquisa nos leva a pensar sobre o contraditório, o outro lado da “moeda”. Com base nessa premissa trazemos como discussão entender como esses trabalhadores se sentiram e se sentem ao serem caracterizados com esses valores e juízos que são manifestados na sociedade cotidianamente demarcando as fronteiras de classes.

O relato de Élio expressa o descontentamento, a angústia, a resistência a subjetivações e classificações que são calcados aos cortadores pela sociedade:

¹⁷² Pesquisa que aponta discussão sobre a temática. Cf. MORAIS, Sérgio Paulo. Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁷³ MORAIS, 2007, p. 91.

Carla: A respeito de como as pessoas veem os cortadores, o preconceito que vocês sofrem, o senhor já passou por isso?

Élio: Já, porque a gente que trabalha no corte de cana fica com uma mão feia, as unhas ficam pretas de carvão, mesmo lavando parece que não saía e tinha gente que olhava a gente com receio como se não tivéssemos limpado (informação verbal).¹⁷⁴

Élio comenta a respeito de como se constitui a sociedade e qual sentimento/significado desses elementos de exclusão em sua vida, marcando sua concepção e visão de mundo. Ele descreve os exemplos reais e amargos das fronteiras sociais em que os trabalhadores da cana tentam sobreviver, o que vai além da exploração da compra de mão de obra barata, constituindo modelos e padrões de diferenciação, vinculando a imagem desse trabalhador à pobreza, discriminando-o.

Sua fala expressa não apenas a luta cotidiana de resistência física dos trabalhadores na lavoura de cana, já narrada pelos cortadores de cana, resistência essa a um serviço pesado, desgastante, realizado debaixo de sol ou chuva, sem condições de alimentação, mas também sua luta cotidiana por espaço social, pelo direito dos cortadores de serem vistos como pessoas que se encontram naquelas condições de trabalho e que trazem essas marcas em suas mãos não por serem incapazes de se higienizar, mas justamente em razão das condições de seu trabalho e, carregam na trajetória de suas vidas a marca da desigualdade social reinante no país.

Os diálogos analisados nos permitem entender conflitos que imprimem formas de disputas na cidade, constituindo os espaços e alternativas de sobrevivência dos trabalhadores da cana, pois salientamos que essas pessoas vivem em bairros tidos como periféricos, apresentando formas demarcadas de exclusão transpostas nas ações da sociedade que convivem os trabalhadores.

Não apenas Élio narra o descontentamento com a forma como as pessoas na sociedade os veem e tratam, demonstrando certo receio de se aproximar. Divino relatou para mim um episódio que marcou sua vida, quando lhe perguntei se havia já sofrido preconceito por ser cortador de cana, se já tinha sido maltratado ao chegar a algum lugar:

Divino: Na escola tinha ficava falando pra gente que nossas mãos eram sujas e também um dia vinha da Usina embora tinha cortado a mão lá e tava pretinho de pó da cana e tava vindo pra cidade era dia de sábado, aí peguei um coletivo, cheguei dentro do ônibus aí os povo tudo arredando quando passava olhando pra gente, aí sentei lá no fundo, balancei a cabeça coloquei o boné e fiquei rindo pra mim mesmo.
Carla: Como o senhor se sentiu ao perceber isso?

Divino: A gente acha ruim, mas não pode esquentar muito com isso não, tem que superar, porque a gente sabe o que a gente passa, sabe que faltou oportunidade pra

¹⁷⁴ ÉLIO, 2013.

nóis estudá e o serviço que tinha era esse de cortar cana era solução mexer com aquilo mesmo (informação verbal).¹⁷⁵

O relato de ambos demonstra que sofreram preconceito e a insatisfação por se sentirem inferiorizados no meio social.

O acontecimento narrado por Divino nos leva a refletir sobre o processo de formação dos cidadãos na sociedade, sobre as relações embasadas em hierarquias, poder e submissão, proliferando elementos que permanecem instituintes e constituintes da vida social, a exclusão e a condição de precariedade da vida de milhões de pessoas decorrente da estruturação do dia a dia das condições de trabalho desses sujeitos.

Desse modo, a narrativa de Divino, ao se referir a esse acontecimento, demarca a situação vivida e seu sentimento de indignação com o que viveu e como agiu diante dessa situação: “balancei a cabeça coloquei o boné e fiquei rindo pra mim mesmo”.¹⁷⁶ Trata-se de uma forma de resposta aos passageiros do ônibus referente ao tratamento que lhe foi dado, como se estivesse a dizer a eles que não poderia acreditar em atitudes tão preconceituosas de pessoas que também são trabalhadores, mesmo que não no corte de cana, pessoas essas que sabiam ou deveriam saber das necessidades e circunstâncias diárias da vida dos trabalhadores brasileiros.

Sua narrativa apresenta as disputas constituídas na cidade por espaço e condições de sobrevivência, demonstrando como as fronteiras sociais perduram na sociedade.

A história de Divino demonstra quais foram os trajetos de sua vida que o colocou naquela condição de trabalhador no corte de cana, justificando que “faltou oportunidade”, mas também destaca a sua atuação para lidar com as situações de preconceito, criando condutas, interpretações e atitudes representativas das vivências e os modos de compreender, desafiar e mesmo aceitar as próprias dinâmicas com as quais convive.¹⁷⁷

Divino justifica o ato de trabalhar como digno, com um sentido/significado que me levasse a convencer-me de suas concepções e valores morais, revelando a forma como sobrevivia por meio do suor de seu trabalho.

Eu não importava com essas pessoas que tinha preconceito com a gente não, porque eu sou trabalhador, porque nunca roubei e não teve ladrão na minha família, todos trabalhado, a gente trabalhava porque tinha que ajudar a família e, o serviço era corte de cana, não tenho vergonha de dizer isso (informação verbal).¹⁷⁸

¹⁷⁵ DIVINO, 2013.

¹⁷⁶ DIVINO, 2013

¹⁷⁷ PORTELLI, 1996.

¹⁷⁸ DIVINO, 2013.

Seus valores advindos do contexto familiar, significam conseguir sobreviver mesmo diante das dificuldades. Os sentidos/significados expostos pelo trabalhador apresentam a tenacidade deste e expressam os viveres incorporados e elaborados como experiências e modelos éticos no contexto familiar. Portanto, estamos a discutir mais do que as formas de exploração exercidas nos canaviais, estamos a lidar com modos de vida, experiências e valores/sentimentos na cultura, a qual cria normas, obrigações familiares, círculos de amizade, discutimos em capítulo anterior as formas de “solidariedade” e convivência nos círculos de amizade, mediante os conflitos e necessidades, constituindo quem são essas pessoas, como vivem, quais os enfrentamentos e os valores destas, permitindo que compreendamos a complexidade e variabilidade do cotidiano dos trabalhadores em seu viver.

Nessa perspectiva, observamos as relações dos cortadores de cana com programas sociais. Vale destacar que o poder público tem como característica vincular à imagem desses trabalhadores à pobreza, a incapazes de sustentar sua própria família, neste aspecto que destacamos um dos programas sociais do governo brasileiro,

Percebemos que os cortadores têm esse auxílio monetário como uma forma de “ajudar” em sua condição financeira. O trabalhador Élio se sente incomodado, no entanto, com a imagem veiculada pela mídia de que os trabalhadores não têm capacidade de manter o vínculo de seus filhos com a escola, seguindo com os estudos apenas em razão do valor em dinheiro que recebem.

Carla: Élio, você recebeu alguma assistência do governo, como renda cidadã ou Bolsa Família?

Élio: Recebia, era o Salário Escola, que era 30 reais por criança, esse dinheiro a gente utilizava para comprar o que precisava, caderno, era pra isso que usava, mas recebemos só um tempo, depois cortou.

Carla: O senhor sabe o motivo de terem cortado esse auxílio? Houve alguma justificativa do governo?

Élio: Não, ele fala que fez recadramento e nesse recadramento cortou o dinheiro na época do Marconi assumiu o segundo governo.

Carla: Mas para manter a bolsa deveria manter suas filhas na escola, certo?

Élio: E essa era a regra, mas também tinha que prestá serviço na escola, todos os dias minha mulher ia para escola que os meninas estudava para fazer serviço como de merendeira ajuda ou na limpeza.

Carla: Quando deixou de receber o Salário Escola você teve que tirar suas filhas da escola?

Élio: Não tirei não, porque mesmo que cortou a bolsa a gente faz esforço a mais para manter os filhos na escola, porque como disse tem que estudar para melhorar a vida, a gente sabe que o estudo é importante.

Carla: Para ganhar a Bolsa Escola tinha que comprovar que não tinha condição financeira para manter as crianças estudando?

Élio: Tinha que comprovar levar documentos que os filhos não estavam faltando na escola, mostrar renda financeira, mostrar comprovantes que a gente ganhava pouco

para conseguir a bolsa, ah e também a mulher tinha que ir na escola prestá serviço (informação verbal).¹⁷⁹

Sua narrativa remonta ao período em que o governo do estado de Goiás criou um programa de assistência aos “necessitados” denominado Salário Escola. Esse benefício foi instituído em 1999, no mandato do governador Marconi Perillo Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) que tinha como regra beneficiar apenas famílias que tinham renda familiar abaixo de R\$ 150,00 *per capita*¹⁸⁰. Segundo dados pesquisados já foram investidos até os tempos atuais aproximadamente R\$ 429 milhões.¹⁸¹

Como afirmado por Élio, para garantir a assistência social do programa Salário Escola os alunos beneficiados deveriam ter uma frequência na escola de 80% em cada disciplina ministrada na instituição. Segundo o governo, essa assistência tinha como objetivo proporcionar às famílias mais pobres a garantia de permanência de seus filhos na escola.¹⁸²

Desse modo, a “doação” dos benefícios do programa representava para a família de Élio uma questão de ajuda “apoio” para a sobrevivência diante de suas condições de vida, no entanto compreendemos que o programa apresentava regras que caracterizavam os merecedores e os não merecedores dos donativos oferecidos, assim seu caráter seletivo perdura em definições que se encaixam nas regras para incluí-los na taxa de pobreza.

Élio contesta os princípios de regulamentação do programa Salário Escola e a forma como cancelavam a assistência oferecida sem explicações plausíveis a respeito, pois afirma que tinha uma conduta correta de cumprimento das regulamentações impostas para a garantia do benefício.

Um dos pontos destacados pelo entrevistado é a forma de utilização do dinheiro vinculado ao benefício afirma tê-lo empregado de forma correta, assumindo um padrão ético para o destino desse dinheiro, tendo-o como uma ajuda para manter as crianças na escola, pois contribuía para a compra de cadernos e até mesmo para a alimentação de seus filhos.

Dessa forma, entendemos que mesmo não havendo nenhuma legislação vigente que expusesse especificamente como deveria ser gasto o valor recebido, criou-se entre os beneficiários um juízo tácito socialmente de que fosse utilizado primordialmente com

¹⁷⁹ ÉLIO, 2013.

¹⁸⁰ Soma da renda financeira total dos integrantes da família dividida pela quantidade de pessoas que a constituem, sendo que para receber o benefício a renda de cada pessoa deveria ficar abaixo de R\$ 150,00.

¹⁸¹ PROGRAMA Salário Escola. [2006]. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=1073>>. Acesso em: 10 mar. 2014. Entretanto, esclarecemos que os resultados desses dados são discutíveis. Destacamos que esse programa de assistência aos beneficiários existiu dentro de um período do mandato de Marconi Perillo, de 1998 – 2006.

¹⁸² PROGRAMA ... [2006]. Entretanto, esclarecemos que os resultados desses dados são discutíveis.

alimentação, uma concepção moralmente aceita e tida como correta para o uso do dinheiro do benefício.

Nesse sentido, compreendemos que essa regra tornou-se uma moralidade comum em razão de os beneficiários serem de famílias de baixa renda, o que obrigatoriamente os levava a gastar o valor recebido primordialmente com a alimentação da família, pois diante das condições em que viviam, esse era o primeiro passo para manter a sobrevivência.

Nesse sentido, destacamos a narrativa jornalística por apresentar as precárias condições de vida de muitas famílias em Itumbiara, famílias essas que não possuem assistência médica, pois o atendimento dos pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS) se constitui em um problema social, estando fadadas as pessoas de baixa renda que não têm como serem atendidas por instituições privadas a recorrer a esse sistema. Essas situações fazem parte da constituição das relações sociais em disseminar os trabalhadores à “inclusão à pobreza”.¹⁸³

Desta forma, discutimos as formas de atendimento nos órgãos públicos de saúde na cidade em razão de perceber cotidianamente as reclamações dos moradores sobre o assunto e de observar que os cortadores de cana não possuem nenhuma assistência ou cadastramento em plano de saúde particular. Assim, são cidadãos que utilizam o serviço público de saúde, o que nos instigou a trazer como discussão a relação entre atendimento realizado nesse sistema oferecido aos trabalhadores.

Como observado ao longo das narrativas dos trabalhadores, estes afirmam as condições precárias do trabalho na lavoura. Durante as entrevistas perguntei sobre a saúde dessas pessoas.

Carla: Em razão de ter trabalhado no corte de cana e por ser um serviço desgastante e repetitivo, a senhora possui algum problema de saúde que acredita ter adquirido diante das circunstâncias do trabalho?

Maria Gabriela: Olha, até que eu só de saúde, mas meu problema maior é na coluna porque como a gente trabalhava abaixando e levantando toda hora curvada as costas, tenho essa dor e quando ataca, nossa, mas graças a Deus não sofro do coração, nem pressão só a coluna mesmo.

Carla: A senhora possui algum plano de saúde para tratamento da coluna?

Maria Gabriela: Nada, nadinha, a gente quando tá sentindo dor procura ir no médico mesmo no Hospital Municipal, mas lá mal atende a gente e passa um remédio, nem

¹⁸³ GLOBO TV. Pacientes reclamam de atendimentos no hospital público de Itumbiara. [2014]. Disponível em: <<http://globo.tv.globo.com/tv-anhanguera-go/bom-dia-go/v/pacientes-reclamam-do-atendimento-em-hospital-publico-de-itumbiara/3286994/>>. Acesso em: 17 abr. 2014. Melhor discussão Cf. MEIRA, Júlio Cesar. Hospital e Maternidade São Marcos: narrativas orais na resignificação da memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2013. **Apresentação X Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

sequer olha direito, não pede nem exame para olhar como que tá (informação verbal).¹⁸⁴

A entrevistada narra o problema de saúde que adquiriu no exercício do trabalho na lavoura, mas destaca as condições de tratamento oferecidas no SUS no Hospital Municipal Modesto Carvalho. Ela questiona a forma como são oferecidos os atendimentos, pois não são feitos exames radiográficos para diagnosticar as condições das lesões na coluna do paciente: “mas lá mal atende a gente e passa um remédio, nem sequer olha direito na gente, não pede nem exame para olhar como que tá”.¹⁸⁵ Entendemos que ao dizer que os médicos mal olham para o paciente, ela se refere ao péssimo atendimento oferecido e à discriminação com as pessoas que necessitam desse direito que muitas vezes é visto como “esmola”, como se o governo e os próprios profissionais da saúde estivessem fazendo um favor aos “necessitados”.

Élio, como os outros trabalhadores, possui problemas nas articulações. É comum perceber nas narrativas dos trabalhadores relatos sobre a friagem que passavam ao trabalhar nos canaviais debaixo de chuva, ficando com a roupa molhada até secar no corpo. Nessas falas recordam as condições de trabalho, mas também parecem acreditar que essas condições influenciaram na aquisição dos problemas de saúde que possuem.

O entrevistado destaca o descaso com o atendimento nos órgãos públicos de saúde na cidade, pois procurar atendimento nestes tornava-se uma tarefa árdua. Ele relembra as madrugadas, quando ainda era cortador de cana, em que para conseguir uma consulta médica tem que acordar de madrugada para ir para o Centro de Assistência e Atendimento Ambulatorial (Cais), pois são poucas as vagas oferecidas pelo SUS.

Nesse aspecto, as falas dos trabalhadores apresentam a realidade com que convivem no atendimento público de saúde, falas que nos demonstram que buscam esse direito não apenas como cumprimento de obrigações das condicionalidades impostas nos programas de transferência de renda como o Salário Escola, que Élio recebeu do governo do estado de Goiás. Os trabalhadores buscam esses serviços, pois necessitam destes para eles e seus filhos, e questionam o grau de dificuldade para conseguir tratamento e consulta médica na cidade, além das circunstâncias em que são oferecidos os direitos sociais para os trabalhadores na sociedade desigual brasileira.

É nessa perspectiva que trazemos para a discussão a narrativa jornalística a respeito do atendimento na saúde pública:

¹⁸⁴ MARIA GABRIELA, 2013.

¹⁸⁵ MARIA GABRIELA, 2013.

Segundo uma neta da idosa, o quadro da avó é delicado. “O estado de saúde da minha avó é grave e ninguém faz nada, já tentamos de todo jeito, lá no hospital, eles só pedem pra esperar. Esse hospital é uma [...], minha avó só vai piorando. Olha a situação do pé dela”, lamentou a jovem. Como já foi mostrada em outras reportagens da TV Caramuru, a situação da área da saúde de Itumbiara é uma catástrofe. Na semana passada, mostramos o desespero de uma mãe que precisava de uma UTI Neonatal para o filho, como Itumbiara não tem nada, ela tinha que levar o filho para Santa Helena e o município não queria nem fornecer uma ambulância para levar o recém-nascido (informação verbal).¹⁸⁶

A narrativa expressa descontentamento com o atendimento público na área da saúde na cidade, questões que são evidenciadas cotidianamente não apenas nessa localidade, mas no Brasil, como consequência da desorganização dos investimentos públicos no Sistema Único de Saúde.

É comum para nós, moradores da cidade, conviver com essa realidade social da área da saúde. Torna-se comum ouvir narrativas como “se precisar de atendimento no Municipal morre”, narrativas que expressam em quais condições é oferecido o atendimento de saúde e que demonstram ao mesmo tempo indignação e medo de necessitar deste e de ficar na fila de espera diante das péssimas condições oferecidas no local.

A narrativa jornalística abaixo coloca em questão a vivência entrelaçada a uma luta diária que os cidadãos travam para conseguir fazer cumprir seus direitos de atendimento público no Hospital Municipal Modesto de Carvalho.

O fato aconteceu neste dia 10 de abril de 2014 no Hospital Municipal Modesto de Carvalho. Como já foi noticiado pela TV Caramuru, Itumbiara não tem UTI, devido à gravidade do caso, o recém-nascido com apenas 60 dias de vida, necessitava de uma UTI Neonatal, e como Itumbiara não tem nada na área da saúde, a mãe desesperada necessitava de uma ambulância para levar o filho para a UTI de Santa Helena.¹⁸⁷

Nesse aspecto, a realidade do Sistema Único de Saúde contradiz as políticas públicas brasileiras que exigem dos beneficiários dos programas de transferência de renda cumprimento das condicionalidades impostas na área da saúde e educação, como manter a frequência escolar e consultas médicas mensais das crianças. Porém, como cobrar o

¹⁸⁶ TV CARAMURU. **Idosa agoniza em Itumbiara à espera de atendimento**. [2014a]. Disponível em: <<http://www.tvcaramuru.com.br/idosa-agoniza-itumbiara-espera-atendimento-medico-hospital-municipal-modesto-carvalho/>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

¹⁸⁷ TV CARAMURU. **Caos na área de saúde em Itumbiara**. [2014b]. Disponível em: <<http://www.tvcaramuru.com.br/caos-area-saude-itumbiara-mae-so-consegue-transporte-filho-apos-mobilizacao-ex-vereador-facebook/>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

cumprimento das regras do programa de transferência de renda se não se consegue oferecer condições básicas de atendimento para a população?

O relato de Agnaldo expressa a quais circunstâncias tem que se expor para conseguir uma consulta médica com um ortopedista em razão das dores frequentes sentidas nas articulações do joelho direito.

Carla: Como o senhor relatou que no serviço de cana passava muita friagem, que ficava com a roupa toda molhada do sereno da noite que tinha molhado as canas, o senhor acredita que essa dor no joelho seja do trabalho?

Agnaldo: Acho que é sim, porque trabalha demais esforça o ossos e dá desgaste porque o médico falô uma vez que eu tinha dado artrite, só que pra gente tratá mesmo seguir um tratamento fica difícil porque a gente pra consegui uma consulta demora meses e ainda tem que madrugar acordar e ir para Cais (Centro de Assistência e Atendimento Ambulatorial) às 4 horas pra ver se estão marcando consulta pro médico e acontece que muitas vezes você chega lá e não tem vaga aberta porque nesse dia não disponibilizou no sistema marcar consulta, aí a gente pergunta que dia que vai estar marcando, as atendente fala não tem dia certo tem que estar vindo aqui cedo para saber se tem vaga para consulta.¹⁸⁸

As narrativas, tanto de Agnaldo quanto de Maria Gabriela, instigam-nos a pensar como a vida dos trabalhadores é uma luta constante. Mesmo deixando de trabalhar no corte de cana, as condições de trabalho ficam marcadas nas condições de saúde dessas pessoas, pois acreditam ter esses problemas de saúde em razão das condições de trabalho e dos movimentos repetitivos que eram obrigados a fazer em virtude de suas péssimas condições de trabalho.

Nesse sentido é que discutimos a questão do atendimento da saúde pública às pessoas que mais necessitam desse serviço, trabalhadores que permanecem na luta pela sobrevivência e pelo direito de conseguirem ser atendidos em um órgão público de saúde para o tratamento de males que adquiriram justamente por viver em um país em que o trabalho e as relações de produção, poder e exploração condicionam as relações sociais de desigualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, abordamos as relações de programas de transferência de renda oferecidos pelos governantes aos “necessitados” de ajuda financeira e contradizemos o discurso das condicionalidades impostas aos beneficiários dos programas na área da saúde e educação como uma obrigação a cumprir pelos cidadãos beneficiados.

Dessa forma, contradizemos essa perspectiva que coloca o cidadão à mercê da falta de interesse que esses direitos sejam oferecidos com qualidade aos trabalhadores, pois, como evidenciado em suas falas, estes sonham em ser atendidos com qualidade nos órgãos públicos de saúde. No que se refere à educação pública, almejam um ensino público de qualidade para

¹⁸⁸ AGNALDO, 2013.

seus filhos, para que não tenham que percorrer os mesmos caminhos de seus pais, trabalhando na lavoura de cana.

Atualmente um dos programas de transferência de renda mais comum é o Bolsa Família, criado em 2003, sendo que suas atividades foram implantadas no ano de 2004. O Bolsa Família é resultado da união de outros programas, como Vale Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação.¹⁸⁹

Os beneficiários cumprem determinadas condicionalidades para enquadramento no programa de transferência de renda, seja o Bolsa Família ou o Salário Escola, como foi citado por Élio na entrevista. A filiação a esses programas se vincula a certas regras que são comuns na organização dos benefícios.

A seleção das famílias aptas a receber o benefício é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com base nos dados inseridos pelas prefeituras no CadÚnico. A seleção é realizada mensalmente e o critério principal é a renda per capita da família. Isto é, têm preferência de inclusão no programa aquelas com menor renda.¹⁹⁰

Nessa perspectiva, o programa de transferência de renda se constitui de políticas públicas que se propõem a diminuir as necessidades básicas de alimentação, saúde e saneamento das famílias de baixa renda. Para conseguir ter acesso ao benefício, além de comprovação das necessidades básicas em razão da renda financeira, as famílias devem se adequar às seguintes condicionalidades:

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social. A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o

¹⁸⁹ Destaco que ao perguntar aos trabalhadores se recebiam ainda algum benefício de transferência de renda eles salientaram que não, e até mesmo justificaram não receber porque os filhos tinham crescido e esses benefícios são dados frequentemente para famílias com crianças menores de idade.

¹⁹⁰ CRITÉRIOS DE SELEÇÃO. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/criterios-de-selecao> Acesso 02 de outubro 2014.

Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.¹⁹¹

O que discutimos são as formas de se definir a organização desses programas, que impõem inúmeros quesitos para que se possa usufruir destes, tanto na área da saúde quanto da educação. É interessante perceber que os benefícios advindos desses programas são caracterizados como uma dádiva proporcionada pelo governo, um privilégio e, portanto, deve-se obedecer às normas estabelecidas para merecê-los.

As pessoas que recebem o benefício são obrigadas a manter a frequência dos seus filhos na escola e a avaliação da saúde destes deve ser feita mensalmente, entretanto destacamos que esses programas apresentam tais subvenções não como direito dos cidadãos, mas como obrigação a ser cumprida diante da “dádiva” do benefício.

Nesse sentido, retomamos a fala de Élio como uma forma de contradizer a ideia de que esses cidadãos são incapazes de entender seus direitos e a importância destes para a sobrevivência cotidiana no circuito capitalista.

Carla: Quando deixou de receber o Salário Escola, teve que tirar suas filhas da escola?

Élio: Não tirei não, porque mesmo que cortou a bolsa a gente faz esforço a mais para manter os filhos na escola, porque como disse tem que estudar para melhorar a vida, a gente sabe que o estudo é importante (informação verbal).¹⁹²

A narrativa de Élio esclarece como percebe o papel da educação formalizada para seus filhos, como a possibilidade de transformação da realidade vivida, desmitificando assim o ideário das condicionalidades dos programas de transferência de renda, que expõem aos beneficiários obrigações na área da educação e saúde. Em sua narrativa o entrevistado esclarece que não percebe como uma obrigação que deve ser cumprida em razão do benefício monetário recebido pelo governo, mas como um direito social que possui como cidadão.

Destacamos na narrativa jornalística abaixo como se constitui o discurso de assistência social da Fundação Solidariedade (Funsol), órgão responsável pela organização dos

¹⁹¹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Condicionalidades**. [s./a.]. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

¹⁹² ÉLIO, 2013.

programas de assistência realizado no município, que qualifica as pessoas como necessitados de ajuda, pois estão na condição de “vulnerabilidade social”.¹⁹³

A Prefeitura Municipal de Itumbiara, por meio da Fundação de Solidariedade, e de sua Presidente Interina Maristela Gouveia, participou ontem (15) do lançamento do Programa Goiás Sem Frio. O evento foi realizado na sede da OVG – Organização das Voluntárias de Goiás, com a presença da Presidente da Organização, Valéria Perillo. O *Programa Goiás Sem Frio* vai distribuir até o final do mês 200 mil cobertores para municípios e entidades sociais goianas. A ação busca garantir às pessoas de baixa renda proteção durante o inverno. O frio em Itumbiara não costuma ser muito rigoroso, mas nos dias de temperaturas mais baixas, os cobertores ajudam a evitar o sofrimento de milhares de pessoas. São 2.440 cobertores destinados ao município, que serão distribuídos com o objetivo de atender primordialmente as famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, garantindo assim mais conforto e proteção durante o período de baixas temperaturas.¹⁹⁴

Assim como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti),¹⁹⁵ que prioriza jovens de 7 a 15 anos em suas atividades pedagógicas ensinando artesanato, atividades de dança, teatro, música, entre outras, também o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem),¹⁹⁶ que atende a faixa etária de 18 a 29 anos e tem como objetivo instrumentalizar o jovem para o mercado de trabalho por meio de cursos preparatórios.

Com o objetivo de retirar os adolescentes das ruas e do contato com as drogas e com a violência, a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) inicia nesta segunda-feira (4), as inscrições ao ProJovem Adolescente. Serão ofertados 1.125 vagas, destinadas a jovens que estejam em vulnerabilidade social, preferencialmente das famílias cadastradas no Bolsa Família. O projeto é uma parceria entre os governos Municipal e Federal, e tem por objetivo oferecer aos jovens, com idade entre 14 e 17 anos, a oportunidade de participarem de oficinas de esporte, arte, lazer, cultura e orientação profissional no contra-turno escolar.¹⁹⁷

Deste modo, observa-se que os programas sociais têm como discurso político-social atender famílias carentes retirando crianças das ruas e melhorando a produtividade escolar desde a infância para formar jovens capazes de atuar mercado de trabalho, dando

¹⁹³ Interessante perceber que os discursos dos programas de transferência de renda tendem a utilizar essa caracterização para as pessoas beneficiárias, como sujeitos que estão à mercê das más condições de moradia, saneamento e muitas vezes desempregados, assim sendo definidos como incapazes de se autossustentarem sem a ajuda do governo e, caso este não propicie essa “ajuda”, têm possibilidades de praticar a violência e a criminalidade.

¹⁹⁴ PREFEITURA DE ITUMBIARA. **Funsol distribui 2.440 cobertores**. Disponível em: <http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/1.php?p=noticias_ver&id=1621>. Acesso em: 21 mai. 2014.

¹⁹⁵ PREFEITURA DE ITUMBIARA. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Disponível em: <http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/1.php?p=noticias_ver&id=492>. Acesso em: 20 mar. 2014.

¹⁹⁶ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Projovem Trabalhador**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

¹⁹⁷ O POPULAR. **Secretária abre vagas para jovens**. Disponível em <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/secretaria-abre-vagas-para-o-projovem-adolescente-1.272682?r=1>. Acesso 6 maio de 2014.

oportunidade a estes de que se “reintegrem” na sociedade, prevenindo a marginalidade e o uso de drogas. São esses os elementos que constituem as ações assistencialistas, as quais determinam os padrões culturais e funções que os filhos de famílias tidas como “carentes” estabelecerão na cidade.

Todavia, compreende-se na fala de Élio uma contra resistência a essas perspectivas quando ele afirma: “Não tirei não, porque mesmo que cortou a bolsa a gente faz esforço a mais para manter os filhos na escola, porque como disse tem que estudar para melhorar a vida, a gente sabe que o estudo é importante”.¹⁹⁸ Ele contradiz a perspectiva dos programas sociais de que os filhos de pais de família carente têm como “determinismo social” praticar a violência e entrar no comércio do tráfico de drogas, ou seja, essa é a visão política dos governantes sobre as pessoas que necessitam dos programas sociais oferecidos pelo governo, pessoas essas vistas como incapazes de se adequar às exigências das relações sociais.

A imagem criada pela mídia dos beneficiários das políticas públicas governamentais é a de geradores de problemas sociais como a marginalidade, criando estereótipos para os bairros periféricos e seus moradores.

A tensão contrária à imposição de padrões culturais de pobreza aos trabalhadores e à sua família é evidenciada na narrativa destes, os quais relatam a busca de um futuro melhor para seus filhos, diferente do que passaram em sua trajetória de vida. Portanto, destacam em suas falas a visão de mundo de que a educação formal é o caminho para mudar as relações e condições materiais com as quais convivem, desmitificando o ideário hegemônico de que não possuem interesse na formação educacional e destacando que não deixaram de estudar por falta de vontade, mas deixando claro que o que condicionou seu afastamento da educação formal foi a falta de condições necessárias de sobrevivência de sua família.

Torna-se comum observar que esses sujeitos em seus relatos constroem justificativas e tornam a salientar o trabalhar ligado a valores como dignidade e moral, contradizendo a imagem construída pelos programas sociais de que são pessoas que vivem na vulnerabilidade e propícias a entrarem na “criminalidade” social.

Carla: Sobre a questão da educação e da relação com o trabalho, o senhor percebe algum tipo de discriminação em relação aos cortadores de cana?

Élio: Pra nós que não teve estudo fica o serviço grosseiro, porque era o serviço que tinha pra quem não tinha escolaridade, só que a gente não estudou mais porque não teve jeito, e acaba que só trabalha em serviço melhor quem tem profissão.

Carla: Como o senhor havia me dito que se aposentou em razão de invalidez, quais os problemas de saúde que o senhor possui e acredita que tenham alguma ligação com o fato de ter trabalhado 10 anos na lavoura da cana?

¹⁹⁸ ÉLIO, 2013.

Élio: Eu fui encostado por problema de coluna e artrite, até que consegui aposentar por invalidez, quando a gente trabalhava no corte de cana tomava chuva trabalhava com a roupa molhada o dia todo, era serviço pesado de ficar curvado a coluna, acaba que prejudica a saúde da gente sim.

Carla: Para tratamento da saúde o senhor tem algum plano de saúde particular ou procura atendimento público?

Élio: Não tenho, a gente fica buscando tratar no público, porque se for pagar a aposentadoria é pouca e pra conseguir uma consulta tem que madruga na porta do Cais para marcar e ainda tem vez que nem tem vaga, e a doença da gente ou a dor que está sentido tem que esperar o dia que der certo para consultar (informação verbal).¹⁹⁹

O entrevistado destaca que as pessoas que não possuem uma formação escolar ficam à mercê de realizar as atividades grosseiras no campo ou mesmo na cidade, no entanto, quando diz “só que a gente não estudou mais porque não teve jeito, e acaba que só trabalha em serviço melhor quem tem profissão” (informação verbal),²⁰⁰ apresenta uma contradição com a forma como são constituídas as relações sociais na sociedade brasileira em razão das diferenças e fronteiras de classes que contribuem para que os cidadãos tenham que lutar pela sobrevivência.

Ao nos atentarmos ao campo conflituoso vivido por essas pessoas, entendemos que essas disputas e tensões na cidade constituem práticas que envolvem valores, sentimentos e interesses. Nesse sentido, destacamos as palavras de Yara Aun Khoury como reflexão:

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para os modos como os processos sócioais criam significações e como essas interferem na própria história. Neste sentido é que entendemos e lidamos com a cultura como todo um modo de vida.²⁰¹

Essa dinâmica envolve as formas como são constituídos os valores na sociedade que enreda o olhar sobre os cortadores de cana. Evidenciamos significações em suas lutas e nas vivências das contradições da sociedade desigual e dos caminhos da reconstrução de seu passado articulado ao presente.

O relato de Eunóquio também se remete às condições de vida de sua família como explicação para a realidade social vivenciada, pois destaca que não recebia nenhum tipo de ajuda ou assistência governamental.

¹⁹⁹ ÉLIO, 2013.

²⁰⁰ ÉLIO, 2013.

²⁰¹ KHOURY, 2004, p. 117.

Carla: O senhor e sua família já receberam ou recebem alguma assistência de programas sociais do governo como Bolsa Escola, Salário Escola, Salário Família ou até mesmo algum tipo de cesta?

Eunóquio: Nunca tive ajuda desses programas aí e de nenhum outro, porque tudo que tenho foi feito do meu trabalho.

Carla: Mas o senhor já fez cadastro em algum?

Eunóquio: Cadastrá a gente já cadastrô um, diz que vão avaliar a renda até ir na casa da gente olhar, mas nunca teve ninguém, porque se visse iria vê que a gente passava dificuldade em casa, porque era três meninos pequenos e só eu trabalhava, mas nunca recebi não (informação verbal).²⁰²

Defrontamos-nos com o descontentamento de Eunóquio ao afirmar que se cadastrou em programas sociais como Renda Cidadã, mas que não conseguiu ser beneficiado, embora afirme que se houvesse realmente uma avaliação nas casas das pessoas ele teria acesso a esse benefício. Observa-se como o narrador coloca que diante de suas condições de vida teve seus direitos usurpados. Seu depoimento é construído em meio à lamentação por não ter salário digno e ao mesmo tempo demonstra que apesar do sofrimento suas conquistas foram realizadas com o suor do trabalho. Novamente percebemos que os trabalhadores se remetem ao sentido do ato de trabalhar como um ato moral, carregado de dignidade e honestidade.

No entanto, não entendemos essas manifestações dos trabalhadores como dramas pessoais, mas as percebemos como constituem a lógica social do capitalismo, pois mesmo tendo necessidades básicas de sobrevivência Eunóquio não teve acesso aos programas de benefícios do governo do estado de Goiás, portanto a fala de Eunóquio nos faz pensar qual o sentido de proporcionar e selecionar alguns merecedores enquanto outros que também vivem nas mesmas condições de vida não possuem o mesmo direito. Seria uma questão sobre a qual nós, historiadores comprometidos com o social, deveríamos refletir. Destaco que a proposta da pesquisa não é abordar essas circunstâncias, mas não podemos deixar de colocá-las como reflexão.

Assim, demonstramos ao longo do entretecer das narrativas como os cortadores de cana vivem, relatando as condições de trabalho oferecidas nos canaviais. Dessa forma, buscamos entender como apresentam sua concepção a respeito das relações construídas na sociedade, relações essas que determinam os “excluídos” do mercado de trabalho, os métodos de exploração, as formas de coerção, relatando-nos o modo como percebem o mundo em uma constante luta pela sobrevivência em uma sociedade injusta e desigual.

Nesse sentido, os trabalhadores da cana reelaboram seus significados nas multifacetadas dos mundos do trabalho, em suas trajetórias, concepções, valores e expectativas, as quais

²⁰² Cidade: Itumbiara; local: residência do entrevistado Eunóquio Luciano Araújo; data: 26/10/2013; duração: 60 minutos.

demarcam os sentidos/significados da sua visão da realidade em meio a espaços fragmentados em fronteiras. Nessa perspectiva são constituídos na luta cotidiana pela sobrevivência e constituintes desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer como discussão as vivências dos trabalhadores da cana que vieram a residir em Itumbiara por volta dos anos 1970, propusemos como reflexão entender os motivos que influenciaram essas pessoas a buscarem essa cidade para viver.

Desta forma, essas considerações nos levaram a entender o processo de manutenção, instalação morar/viver na cidade, as dificuldades e conflitos na busca por espaço na luta cotidiana de sobrevivência. Os cortadores de cana vivenciaram as transformações na lógica da cidade e da vida urbana encadeada as relações de trabalho, essas indagações colocaram em reflexão entender a luta por moradia, educação para seus filhos, transporte e saneamento básico.

Assim, demonstrando como constitui as diferenças sociais na sociedade e, como homens e mulheres se fazem no social diante de seus recursos e dos condicionamentos materiais do viver, constituindo a sociedade demarcada pela desigualdade social, pela necessidade de sobreviver através de um trabalho árduo – e lucrativo para os que o comprem.

Nesse sentido, a lógica liberal, coloca esses trabalhadores como responsáveis por suas próprias mazelas, os caracterizando como “desqualificados” e sem estudo, a qual torna justificativa para exploração dessas pessoas.

Partimos do viés de contradição a essa ótica imposta como hegemônica, percebemos que essas questões devem ser analisadas dentro processo histórico, a qual a pesquisa empírica torna-se elementar para compreender os fatores sociais presentes na sociedade que motivaram essas pessoas a saírem de sua cidade de origem, a luta por espaço social, por emprego, moradia, direitos trabalhistas.

Dessa forma, entender os motivos e fatores que os colocaram nas condições sociais vivenciadas pelos cortadores de cana, pois esse é o sentido de uma pesquisa no campo da história social, buscar:

Ao propor outra abordagem, buscamos refletir sobre o significado social destas e de outras fontes, explorando suas possibilidades, avaliando seus limites, indagando sobre as relações sociais, políticas e ideológicas inscritas no processo mesmo de sua produção e preservação. Quando em nossas análises, perguntamos quem as produziu, quando, onde e em quais circunstâncias, não estamos buscando simples autoria, nem meras datas, ou contextos já dados, que lhes são, portanto, anteriores e exteriores. Estamos considerando que elas expressam sujeitos históricos, inseridos

ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intricado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar.²⁰³

Pautando dessa relação, as narrativas dos cortadores da cana abrem “possibilidades” para entender as formas de exploração da mão de obra dessas pessoas, a vida de privações enfrentadas, sonhos de conseguirem moradia própria, interpretar as diferentes formas do enredo social da trajetória de vida e trabalho desses sujeitos.

A ação de chegada, manutenção e sobrevivência dos cortadores da cana demonstram formas de organizarem em busca de espaço na cidade, formas alternativas de resistências as relações de poder, criam dentro dos círculos de amizade regras de convívio e sobrevivência, como alternativa de luta contra as condições que estão fadados diante as relações vivenciadas como, a instabilidade econômica, desemprego, a falta de moradia, tornam-se necessárias para sobrevivência humana cotidiano dessas pessoas.

Quando propomos abordar que essas pessoas deixaram seu local de origem diante as condicionantes e necessidades de alimentação, educação, saúde. Ressaltamos a forma como os meios de comunicação como jornais expõem esses como “migrantes”, pessoas que migram de um lugar para outro, no entanto, desmitificando essas concepções que desvinculam o olhar das relações sociais e de classe permanentes na sociedade, esclareço que pensamos essas pessoas como sujeitos intercalados a uma conjuntura social, política, econômica e cultural em seu tempo, não pensá-los como coisas que pairam na sociedade, mas pessoas que vivem entre limites e pressões e condicionantes que emergiram na necessidade de migrarem em busca da sobrevivência que os fazem diante as condições que lhe são oportunizadas.²⁰⁴

Nessa reflexão, essas pessoas fugiam da hostilidade do local de origem, sujeitos que vieram do campo “bóias-frias” que não tinham, moradia, não trabalharam com carteira assinada, não tiveram oportunidades de ter um estudo formalizado, são frutos das relações de desigualdade e pobreza que perduram nas relações de poder vinculadas a conjuntura social, pessoas que foram e são explorados pelas relações de trabalho precárias.

São sujeitos que vivem em privações econômicas diante as condições salariais que lhe são impostas, mas são influenciados cotidianamente a consumir produtos no mercado que tornam muitas das vezes frustrações em suas vidas e, sentido do e para viver, pois é

²⁰³ FENELON; CRUZ, 2004, p. 10.

²⁰⁴ Cf. NASSER, 2008.

influenciado pelo desejo do consumismo, mas lhe é privado diante suas condições financeiras.²⁰⁵

Nesse sentido, abordar essas questões da cultura dos/ e para sujeitos e as relações de consumo na sociedade é complexo e a várias outras concepções que podem ser analisadas, mas o que não podemos è deixar serem silenciadas. Temos a pesquisa como caminho de mudança social, que deixe de ser apenas assunto acadêmico e ultrapasse esses muros para buscarmos um amanhã melhor.

Isso implica, no nosso entender, a compreensão das pessoas vivendo ativamente a dinâmica social e significando a experiência vivida, implica o exercício de manter nossa produção acadêmica conectada a perspectivas políticas de mudança social, buscando compreender os significados culturais e políticos das questões que estudamos, avaliando-as em relação às nossas próprias perspectivas intelectuais e políticas, as nossas inquietações e expectativas. Usando os termos Stuart Hall, trata-se de compreender que a cultura não transcende a política, ma representa os termos em que a política articula.²⁰⁶

Nessa perspectiva que tentamos constituir a pesquisa, apesar de suas delimitações. Compreendemos que entender as relações sociais trabalhando história, memória e cultura, partindo das experiências e vivências dos trabalhadores do corte de cana como constituintes de sentidos/significados instituiu o fator motivador da pesquisa

²⁰⁵ Abordado no segundo capítulo, a respeito das premiações das usinas como moto para influenciar a competitividade e rentabilidade na produção, utilizando-se de artifícios do desejo consumismo de produtos e bens na sociedade.

²⁰⁶ KHOURY, 2004, p. 122.

REFERÊNCIAS

Fontes

Entrevistas

ARAÚJO, Eunóquio Luciano. **Entrevista**. [26 out. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

CRUZ, Maria Gabriela da. **Entrevista**. [25 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência da entrevistada. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

JENUÍNO, José. **Entrevista**. [26 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

PEIXOTO, Élio Pereira de Azevedo. **Entrevista**. [23 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

PEREIRA, Divino. **Entrevista**. [26 set. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

SILVA, Agnaldo José. **Entrevista**. [28 ago. 2013]. Entrevistadora: Carla Aparecida Lopes Silva. Itumbiara-GO: residência do entrevistado. 1 arquivo .mp3. (60 min.).

Legislação:

BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931. **Regula a sindicalização das classes patronais e operárias**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.

_____. Decreto n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. **Dispõe sobre a organização da vida rural**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Decreto Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 1943.

_____. Lei Ordinária n.º 4214, de 02 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília, 1963. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 01/02/2014.

_____. Decreto n.º 53.831, de 25 de março de 1964. **Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960.** Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D53831.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. Lei n.º 5.727, de 4 de novembro de 1971. Brasília, 1971a. **Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 1972 a 1974.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Lei complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências.** Brasília, 1971b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Lei n.º 5889, de 8 de junho de 1973. Brasília, 1973. **Institui as normas reguladoras do trabalho rural.** Brasília, 1973.

_____. Decreto n.º 76.593, de 14 de novembro de 1975. **Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras providências.** Brasília, 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Lei n.º 9.489, de 19 de julho de 1984. **Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR**. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/lte/lte_ver_40_3_htm/Fomentar/Leis/L_09489.htm#L9489>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **Serviço social rural.** Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1955-002613-fssr/2613-55-fssr.htm>. Acesso em: 01 nov. 2014.

Relatório

PLATAFORMA DHESCABR. **Relatórios Nacionais aos Direitos Humanos ao Trabalho.** Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_docman&Itemid=172>. Acesso em: 20 out. 2013.

Materiais de divulgação

Revista Itumbiara não pode parar (publicação exclusiva da Prefeitura Municipal de Itumbiara, 2009).

Periódicos

FOLHA DE NOTÍCIAS. Itumbiara. 1990-2010. Exemplares avulsos. Acervo disponibilizado na sede do jornal.

REGIONAL. Itumbiara, 1999-2010. Exemplares avulsos. Acervo disponibilizado na própria sede do jornal.

REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara 2008-2009. Exemplares avulsos. Acervo da própria editora da revista.

JORNAL ITUMBIARA. 1980-1990. Acervo Biblioteca Municipal de Itumbiara.

Mapas

MAPA da cidade de Itumbiara – GO. [s./a.]. Disponível em: <www.google.com.br/search?q=mapa+itumbiara+go&tbm=isch&itbo=u&source=univ&sa=X&ei=SwzAUvTwHYr4kQef14Fw&ved=0CDkQsAQ&biw>. Acesso em: 15 dez. 2013

Meios eletrônicos

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_0939_29_boletim_cana_p_ortugues__abril_2013_1o_lev.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Boia fria ganha bem, diz usineiro**. [2007]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0305200732.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

GLOBO TV. **Pacientes reclamam do atendimento no hospital público de Itumbiara**. [2014]. Disponível em: <<http://globo.tv.globo.com/tv-anhanguera-go/bom-dia-go/v/pacientes-reclamam-do-atendimento-em-hospital-publico-de-itumbiara/3286994/>>. Acesso em: 17/ abr. 2014.

HISTÓRIA do sindicalismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>. Acesso em: 03 set. 14.

IBGE. **Itumbiara – GO**. [s./a.]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521150&search=goias|itumbiara|infograficos:-historico>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

INFO ESCOLA. Organização dos países exportadores de Goiás. [s./a.]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/oep-organizacao-dos-paises-exportadores-de-petroleo/>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

LIGA OPERÁRIA. **Movimento sindical no Brasil: balanço histórico**. [1954]. Disponível em: <<http://www.ligaoperaria.org.br/documentos/congresso2-1.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Condicionalidades**. [s./a.]. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Projovem Trabalhador**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PREFEITURA DE ITUMBIARA. **Funsol distribui 2.440 cobertores**. Disponível em: <http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/1.php?p=noticias_ver&id=1621>. Acesso em: 21 mai. 2014.

PREFEITURA DE ITUMBIARA. Disponível em: <<http://www.turismo.itumbiara.go.gov.br/historia/prefeitos.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Disponível em: <http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/1.php?p=noticias_ver&id=492>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PROGRAMA Salário Escola. [2006]. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=1073>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

REVISTA Contag 40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo. [s./a.]. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA. **Declaração de São Bernardo do Campo**. São Bernardo, 1976. Disponível em: <www.abcdeluta.org.br>. Acesso em: 08 mar. 2014.

TV CARAMURU. **Idosa agoniza em Itumbiara à espera de atendimento**. [2014a]. Disponível em: <<http://www.tvcaramuru.com.br/idos-a-agoniza-itumbiara-espera-atendimento-medico-hospital-municipal-modesto-carvalho/>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

_____. **Caos na área de saúde em Itumbiara**. [2014b]. Disponível em: <<http://www.tvcaramuru.com.br/caos-area-saude-itumbiara-mae-so-consegue-transporte-filho-apos-mobilizacao-ex-vereador-facebook/>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

USINA ALVORADA. Disponível em: <<http://www.usinaalvorada.com.br/index.php/producao/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

Bibliografia

ABRAMO, L. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Círculos operários católicos**: práticas de assistência e de controle no Brasil. 1992. Dissertação– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Encantos e desencantos da cidade: Trajetória, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia 1970-2000. In: FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo. Olho d' Água, 2004.

_____. Cada um tem um sonho diferente: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MORAIS, Sérgio Paulo. **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo. Olho d' Água, 2006. p. 44-60.

BEZERRA, Antonio Alves. **O jornal dos trabalhadores rurais sem terra e seus temas 1981-2001**. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). **Coletânea do Programa de Pós-graduação em História/UFU**. Uberlândia: Edufu, 2005.

CRUZ, Heloisa Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. **História e perspectivas**, Uberlândia, n. 39, jul./dez. 2008.

FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004. p. 13.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: Quatro, 1982.

FERREIRA, Horácio Marques. **Trabalhadores bóias-frias da cidade de Pontalinda-SP: trajetórias e cultura – 1991-2010**. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: HALL, Stuart. HALL, Stuart.. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003.

HOBBSBAMW, E. Deveriam os pobres se organizar. In: HOBBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAMW, E; SCOTT, JOAN W. Sapateiros politizados. In: HOBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOGGART, Richard. Quem são as classes trabalhadoras? E “nós” e “eles”. In: **As utilizações da cultura 1**: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KHOURY, Yara. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, jun. 2001.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004.

LINEBAUGH, P. Todas as montanhas Atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 03, n. 06, set. 1983.

_____. Réplica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 08, n. 16, set. 1988.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In: FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004..

MARINHO, Yanglely Adriano. “**É uma experiência dos pobres**”: trajetórias de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara (1980-2010). 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEIRA, Júlio Cesar. Hospital e Maternidade São Marcos: narrativas orais na resignificação da memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2013. **Apresentação X Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba 1984-1985**. 1999. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 35-51.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Uberlândia, Uberlândia, 2002.

_____. Narrativas, subjetivações e cultura de empobrecimento em Uberlândia. **Outras histórias**: memórias e linguagens: Olho d' Água, 2006.

_____. Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2007.

NASSER, Sérgio Daniel. **“Eu vou entrar no mundo”**: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto – 1980-2007. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

O POPULAR. Grupo Memória. Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa R; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987..

PEREIRA, Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Pablo Guilherme Marcelino. **Reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e os impactos no sindicalismo rural**: um estudo de caso no município de Ituitaba/MG na década de 2000. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto história**, São Paulo, n. 15, , abr. 1997a.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 14, fev. 1997b.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto história**, São Paulo, n. 14, fev. 1997c.

_____. História oral como gênero. **Projeto História**, n. 22, jun 2001.

_____. Vou dizer agora: entrevistando o movimento. **História e perspectiva**, Uberlândia, n. 36, , jan./dez. 2007.

_____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RESENDE, Renata Carolina. **Os trabalhadores da cana sob múltiplos olhares**: instituições, narrativas e interpretações – Centralina e Araporã-MG (1980-2009). 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.

SOUSA, Jessie Jane Vieira. **“Transcendência à disciplina”**: os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964). 1998. Tese Doutorado– *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1998.

SWEENY. R. Outras canções de liberdade: uma critica de “Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 08, n. 16, 1988.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes**: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. 1984. Dissertação – Universidade São Paulo, São Paulo, 1984.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981a.

_____. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.

_____. **Campo e cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOD, E. M. Classe como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.